

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

GABRIEL DUQUE COELHO NOVAES

VIDA ASSOCIATIVA:

um estudo a partir da organização de produtores de alimentos orgânicos em Juiz de Fora e região

JUIZ DE FORA
2022

GABRIEL DUQUE COELHO NOVAES

VIDA ASSOCIATIVA:

um estudo a partir da organização de produtores de alimentos orgânicos em Juiz de Fora e região

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais. Área de Concentração: Cultura, Produções Simbólicas e Processos Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a. Rogéria Campos de Almeida Dutra

JUIZ DE FORA
2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Novaes , Gabriel Duque Coelho.

Vida associativa : um estudo a partir da organização de produtores de alimentos orgânicos em Juiz de Fora e região / Gabriel Duque Coelho Novaes . -- 2022.

156 f. : il.

Orientadora: Rogéria Campos de Almeida Dutra

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de

Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2022.

1. Associação e Cooperação. 2. Agroecologia . 3. Agricultura Orgânica. 4. Mercado Local. 5. Ação coletiva . I. Dutra, Rogéria Campos de Almeida, orient. II. Título.

GABRIEL DUQUE COELHO NOVAES

VIDA ASSOCIATIVA: um estudo a partir da organização de produtores de alimentos orgânicos em Juiz de Fora e região

Dissertação apresentada ao Programa de Pós graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições.

Aprovada em 6 de janeiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a) Rogéria Campos de Almeida Dutra - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Luzimar Paulo Pereira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Claudia Job Schmitt
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Juiz de Fora, 15/12/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Rogéria Campos de Almeida Dutra, Professor(a)**, em 08/01/2023, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luzimar Paulo Pereira, Professor(a)**, em 09/01/2023, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Job Schmitt, Usuário Externo**, em 31/01/2023, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1080201** e o código CRC **2979ACA4**.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus eternos professores Leonardo Carneiro, companheiro de luta, provedor de uma ciência transformadora lado a lado com os povos e saberes tradicionais, Antônio Coelho, meu tio, grande estudioso das palavras e criativo da comunicação, e Felipe Gomes, mestre tambozeiro e educador popular. Vivos em memória, por suas histórias de vida, presentes em nossas saudades e que completaram suas caminhadas terrena.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho marca uma fase de amadurecimento intelectual em minha vida. Foi durante os sete anos que passei pela Universidade Federal de Juiz de Fora, desde o ingresso no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, Especialização em Conhecimentos Tradicionais aplicados à Educação Básica, e por fim no curso de Mestrado em Ciências Sociais, que pude iniciar uma trajetória de muito esclarecimento e esperança, de amorosidade e apreensão, ao conciliar novidades, afetos e lutas no meu coração de estudante.

Por isso que inicialmente agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora por ter possibilitado me aprofundar ainda mais em uma formação acadêmica, me proporcionando a troca de conhecimentos e experiências que somaram para minha construção profissional, social e pessoal.

Em seguida, à CAPES a quem também agradeço. Em tempos de cortes para a pesquisa científica no país, fui agraciado pelo financiamento durante dois anos, o que trouxe tranquilidade para seguir o caminho da ciência. Viva a educação pública de qualidade! Que possamos continuar produzindo pesquisa, ensino e extensão, reconhecendo e aprimorando o saber de nossos povos.

Não poderia deixar de agradecer mais uma vez, uma das pessoas para quem dedico este trabalho, Professor Leonardo Carneiro (*In memoriam*), por ser o meu primeiro guia no caminho da Agroecologia, fazendo meu coração vibrar em momentos especiais, através de viagens, trabalhos de campo, da pesquisa participante e/ou participação observante, como práxis e valores estimulados pelo seu ser, estando sempre que possível, comprometido com a função social.

Agradeço ao Professor Dileno Dustan, pois foi quem me apresentou a luta pela justiça, por meio da educação do campo, da ação coletiva, política e cultural, cultivando (plenamente!) em mutirão o jardim comestível de belas flores que alimentam a esperança de tantas vidas.

Agradeço imensamente à minha orientadora e Professora Rogéria Dutra, por suas recomendações acadêmicas, sempre generosas, pela iniciação científica, e claro, pelas “corriminhadas” seguidas de orientação, o que certamente fez toda a diferença para a construção desse trabalho. Hoje sou um jovem cientista, mais atento e ciente do quanto tenho que melhorar, não só como pesquisador e professor, mas também, como pessoa, graças a Rogéria.

Agradeço também aos demais professores e professoras que pude ter contato com maior afinidade durante os anos que vivenciei durante a graduação na Universidade Federal de Juiz de Fora, aos quais devo muito do que eu sou e do que serei nessa minha jornada na Terra.

Agradeço a equipe da INTECOOP/MG que me permitiu adentrar de forma institucional no contexto de pesquisa, principalmente a Frente de Agroecologia, que me fez especializar e apaixonar ainda mais nessa área de atuação, como processo de formação, intermediação e aprendizagem em movimentos populares e solidários no campo e na cidade.

É claro, agradeço muitíssimo a todos os membros da associação MOGICO, aos produtores e às famílias dos agricultores e agricultoras que diretamente estão comprometidos com a realização deste trabalho.

Agradeço bastante aos amigos e amigas, antigos e recentes. Vocês sabem quem são. Sempre próximos, mesmo que, às vezes, distantes fisicamente.

Agradeço a toda minha família pelo apoio em todos os momentos e pela força e estímulo nos momentos de desânimo. Em especial a minha mãe Rosana, que desde cedo me permitiu o privilégio da vida, de conviver, aprender e valorizar princípios de compaixão em nosso mundo.

Agradeço especialmente à Carol por sua cumplicidade e companheirismo durante todos os momentos de nossa caminhada, além, com toda certeza, das revisões textuais que conseguiram aperfeiçoar e deixar minha escrita mais compreensível em muitas ocasiões.

E por último, agindo a todo instante, a força Divina e Espiritual que nos mantém vivos, trazendo com clareza a harmonia da verdade, ajudando nos grandes desafios de nossa evolução.

RESUMO

Esta dissertação procura investigar as formas de agenciamento, bem como os vínculos sociais estabelecidos entre pequenos produtores, agricultores familiares, consumidores de alimentos orgânicos e técnicos de extensão rural participantes da associação MOGICO (Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico), localizados na cidade de Juiz de Fora e região. A pesquisa se desenvolveu através de um olhar microsociológico elaborado a partir da realização de trabalho de campo e da etnografia sobre o cotidiano da associação. Tem como objetivo reconhecer como é feita a “vida associativa”, especialmente a partir das formas de organização e práticas estabelecidas pelos atores participantes da associação, dentre as quais se destaca o processo de certificação participativa responsável pela conformidade da produção orgânica. No primeiro capítulo desta dissertação procurei resgatar o histórico de formação dos atores, tanto na escala nacional através da esteira do movimento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), como em escala local através do surgimento da associação a partir de uma comunidade escolar conectada com os princípios da Pedagogia Waldorf no município de Juiz de Fora. Paralelamente a isso, começa emergir em escala local e regional diversas ações e políticas locais, envolvendo universidades, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais, incubadoras tecnológicas e demais atores em uma agenda de encontros, cursos e oficinas na busca do fortalecimento em rede do movimento de agroecologia e produção orgânica na cidade de Juiz de Fora e região. No segundo momento, busquei refletir sobre a construção simbólica do movimento cultural da produção e do consumo de alimentos na agricultura orgânica, a partir do seu processo de institucionalização, tomando como fundo a contextualização de algumas experiências de pequenos produtores, sejam eles, agricultores e agricultoras de origem urbana e agricultores e agricultoras familiares que pertencem a associação MOGICO. Para destacar a importância da institucionalização da Agricultura Orgânica (AO), também procurei descrever as atividades da associação, como dias de campo, visitas de verificação e reuniões entre seus membros participantes do Sistema Participativo de Garantia (SPG) da associação. Na última parte, o texto contribui para a reflexão sobre a vida associativa, tendo como base o agenciamento de reuniões e encontros, o processo de ação e mobilização coletiva, bem como o uso de tecnologia social, especialmente ao explorar ideias que emergem através da metamorfose social e da nova agenda política local, enquanto um processo de “associação de associações”. Em outras palavras, busquei analisar a proliferação de novos atores que surgem em busca de articulação e construção social, bem como suas estratégias para seguir um caminho de fortalecimento da agroecologia e produção orgânica em forma de rede.

Palavras-chave: Associação e cooperação; Agroecologia; Agricultura Orgânica; Mercado local; Ação coletiva.

ABSTRACT

This dissertation seeks to investigate the forms of agency, as well as the social bonds established between small producers, family farmers, organic food consumers and rural extension technicians participating in the association MOGICO (Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico) located in the city of Juiz de Fora and cities nearby. The research was developed through a microsociological perspective drawn from fieldwork and ethnography on the daily life of the association. It aims to recognize how “associative life” is carried out, especially based on the forms of organization and practices established by the actors participating in the association, among which the participatory certification process responsible for the compliance of organic production stands out. In the first chapter of this dissertation I sought to recover the history of the actors' formation, both on a national scale, through the wake of the National Policy for Agroecology and Organic Production (PNAPO) movement, and on a local scale, through the emergence of the association from a school community connected with the principles of Waldorf Pedagogy in Juiz de Fora. Parallel to this, several local actions and policies begin to emerge on a local and regional scale, involving universities, public and private institutions, non-governmental organizations, technological incubators and other actors in an agenda of meetings, courses and workshops in the search for strengthening the network of agroecology and organic production movement in Juiz de Fora and cities nearby. In a second moment, I sought to reflect on the symbolic construction of the cultural movement of food production and consumption of organic agriculture, based on its institutionalization process, taking as a background the contextualization of some experiences of small producers, whether male or female farmers of urban origin and family farmers who belong to the MOGICO association. To highlight the importance of institutionalizing Organic Agriculture (OA), I also sought to describe the association's activities, such as field days, verification visits and meetings between its members participating in the association's Participatory Guarantee System (PGS). In the last part, the text contributes to the reflection on associative life, based on the organization of meetings and encounters, the process of collective action and mobilization, as well as the use of social technology, especially when exploring ideas that emerge through social metamorphosis and the new local political agenda, as a process of “association of associations”. In other words, I sought to analyze the proliferation of new actors that emerge in search of articulation and social construction, as well as their strategies to follow a path of strengthening agroecology and organic production in the form of a network.

Keywords: Association and cooperation; Agroecology; Organic agriculture; Local market; Collective action.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AARJ	Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABIO	Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
AGROJUF	Associação de Produtores Rurais da Agroindústria Familiar de Juiz de Fora
AMA	Articulação Mineira de Agroecologia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
AO	Agricultura Orgânica
AS	Aliança Social
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BSC	Banco de Semente Comunitário
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEASAMINAS	Centro de Abastecimento de Minas Gerais
CEPAL-OPAS	Comissão Econômica para América Latina e Caribe e a Organização Pan-Americana de Saúde
CERU/USP	Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo
CNAPO	Comitê Nacional de Produtos Orgânicos
CNPO	Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
CNPORG	Comissão Nacional de Produção Orgânica
CPORGs	Comissões Estaduais de Produção Orgânica
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
COOPDEF	Cooperativa de Deficientes de Juiz de Fora
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
CTA	Centro de Tecnologia Alternativa
DUAC	Documentos Únicos de Avaliação da Conformidade
DPDAG/SFA	Divisão de Produção e Desenvolvimento Agropecuário da Superintendência Federal da Agricultura do Governo Federal
EMATER/MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ERE	Ensino Remoto Emergencial
EUA	Estados Unidos da América
FACED/UFJF	Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FOMEPS	Fórum Municipal de Economia Popular Solidária
GAO	Grupo de Agricultura Orgânica
GEA	Grupo de Educação Ambiental
GT	Grupo de Trabalho
HLPE	High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition
IBD	Instituto Biodinâmico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOAM	International Federation of Organic Agriculture Movements
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
IG	Indicações Geográficas
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
INTECOOP/UFJF	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
ITCP/UFV	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa
MAPA	Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEXPAR	Metodologia Participativa de Extensão Rural
MOGICO	Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Sem Terra
NEA	Núcleo de Estudos em Agroecologia
NEA-EWÈ	Núcleo de Estudos em Agroecologia Ewè
NEPA	Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada

OCS Organização de Controle Social
ONG Organização não Governamental
OPAC Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica
OPAC/ABIO Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica da Associação
de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
OSC Organização da Sociedade Civil
PANCS Plantas Alimentícias não Convencionais
PESAGRO/RIO Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PJF Prefeitura de Juiz de Fora
PMO Plano de Manejo Orgânico
PNAPO Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PPGAO/UFRRJ Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro
PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar
PROEX/UFJF Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora
PT Partido dos Trabalhadores
REMA Rede Maniva de Agroecologia
RPPN Reserva Particular de Patrimônio Natural
RLI Rhodes Livingstone Institute
SAF Sistema Agroflorestal
SEAPA/PJF Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Prefeitura de Juiz de Fora
SEDA Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário
SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SISORG Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica
SUS Sistema Único de Saúde
SPG Sistema Participativo de Garantia
TAEs Técnicos Administrativos da Educação
TIC Tecnologias de Informação e Comunicação
TS Tecnologia Social
UC Unidade de Conservação

UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora
UFV Universidade Federal de Viçosa
UNICAMP Universidade Estadual de Campinas
UNIMED Composição das palavras União e Médico

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1: Município de Juiz de Fora no centro e outros municípios no entorno	9
Imagem 1: Comunidade escolar reunida no centro da escola	11
Imagem 2: Primeira logo oficial do MOGICO	14
Imagem 3: Tripé de sustentação da Associação MOGICO	14
Imagem 4: Cartaz de divulgação do 1º Dia Agroecológico	19
Imagem 5: Cartaz de divulgação do 2º Dia Agroecológico incluindo a programação	20
Imagem 6: Cartaz de divulgação do Seminário Integrado em conjunto com o 3º Dia Agroecológico incluindo a programação	23
Imagem 7: Cartaz de divulgação do 4º Dia Agroecológico incluindo a programação	24
Imagem 8: Cartaz de divulgação do 5º Dia Agroecológico incluindo a programação	25
Imagem 9: Cartaz de divulgação do 6º Dia Agroecológico incluindo a programação	26
Imagem 10: Fotos reunidas do 6º Dia Agroecológico no Parque Natural Municipal da Lajinha..	29
Imagem 11: Trocas de sementes, produtores compartilham experiências de produção, enquanto apresentam algumas culturas para partilha	30
Imagem 12: As fotos representam a distribuição das barracas (...)	35
Imagem 13: Divulgação da cesta coletiva do MOGICO (...)	40
Imagem 14: Na foto da esquerda aparece “Bastião”, agricultor camponês que vive em seu sítio no alto da serra de Ibitipoca, ao lado está Lúcia, mostrando como é armazenado o milho (...)	56
Imagem 15: Dois selos de certificação por auditoria e sistema participativo	70
Imagem 16: Unidade produtiva familiar do Sítio do Catumba (...)	79

Imagem 17: No lado esquerdo superior, "João", o filho de Firmino e Liana dirigindo a tobata enquanto sobe em direção ao bananal (...)	80
Imagem 18: No lado esquerdo, Cleiton e Zé conversando e examinando a tobata. No lado direito, as primeiras manobras de Cleiton montado (...)	83
Imagem 19: Utilizei as ferramentas de trabalho do <i>software</i> "Miro" disponíveis gratuitamente na internet para elaborar um mapeamento de rede (...)	115

LISTA DE QUADROS

Box 1: Políticas de fortalecimento da Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil	17
Box 2: Feira Orgânica MOGICO na Praça do Bom Pastor	38
Box 3: Modelo de ata utilizado em reunião geral do MOGICO	112
Tabela 1: Lista de produtores orgânicos participantes no espaço de comercialização MOGICO (...)	36
Tabela 2: Lista de produtores orgânicos participantes do SPG associado ao MOGICO	44
Tabela 3: Pautas e eventos da Associação de acordo com o desenvolvimento local (...)	110
Tabela 4: Sistematização de situações e atores a partir das Oficinas Agroecológicas (...)	120

LISTA DAS MARCAÇÕES GRÁFICAS

<i>Itálico</i>	Representam palavras ou expressões utilizadas pelos interlocutores da pesquisa, referência a títulos e subtítulos ou termos em idioma estrangeiro.
“ ”	Serão utilizadas para destacar falas, conceitos, citações ou realce de proposições.
(...)	Subtração de trecho citado e transcrito.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
QUESTÃO DE PESQUISA	5
1. MONTE DE GENTE INTERESSADA EM CULTIVO ORGÂNICO NA CIDADE DE JUIZ DE FORA	8
1.1 DA PRIMEIRA BARRACA À FORMAÇÃO DO MOGICO	11
1.2 MOVIMENTO DE AGROECOLOGIA E AS MOBILIZAÇÕES DO “DIA AGROECOLÓGICO”	15
1.3 “MONTE DE GENTE” COMO ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL	32
1.3.1 Organizando a comercialização	35
1.3.2 A formação do Sistema Participativo de Garantia do MOGICO	42
2. ESTILO DE VIDA NA AGRICULTURA ORGÂNICA	47
2.1 AGRICULTORES E AGRICULTORAS DE ORIGEM URBANA INTERESSADOS NA INOVAÇÃO	51
2.2 REVISITANDO A ESCOLA DE MANCHESTER E A ANTROPOLOGIA SOCIAL BRITÂNICA	59
2.3 SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA COMO SITUAÇÃO SOCIAL E RITUAL NA AGRICULTURA ORGÂNICA	63
2.4 NOTAS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E A RESILIÊNCIA CAMPONESA NO MOGICO	76
3. AÇÃO ASSOCIATIVA COMO DESENVOLVIMENTO LOCAL	88
3.1 UMA SÓCIO-ANTROPOLOGIA POLÍTICA DA VIDA ASSOCIATIVA	89
3.1.1 A crítica da reciprocidade no Desenvolvimento local	92
3.1.2 Reciprocidade como aprendizagem coletiva no território	93
3.2 TECNOLOGIA SOCIAL COMO FENÔMENO DA AÇÃO ASSOCIATIVA	96
3.2.1 A incorporação de tecnologias de informação e comunicação na vida associativa ...	100
3.3 REUNIÕES E PAUTAS MOBILIZANDO A REDE SOCIOTÉCNICA	108
3.4 METAMORFOSE ORGÂNICOS DA MATA	117
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

INTRODUÇÃO

A essência deste trabalho é impactada pela pandemia do Covid-19. Alguns eventos narrados entre 2020 e 2022, aconteceram em meio a muitas incertezas e restrições geradas pelo "distanciamento social"¹. Nem tudo fez o coração vibrar, constantemente até este momento, inúmeros recomeços tiveram que ser executados para realizar este estudo.

Trago como ponto de partida a pandemia do novo coronavírus, pois não há como negar, enquanto fenômeno global, que tenha provocado um extenso impacto social, principalmente, nos países e nas regiões atingidas pelo Mapa da Fome. O antropólogo Jean Segata, define bem, quando diz que “tem sido complicado pensar o contemporâneo sem a Covid-19” (2020, p. 277)². Nesse caso, se pararmos para pensar como uma ameaça invisível e biológica, avassaladora e simbólica, a pandemia chegou a reproduz ainda mais marcadores de sofrimentos, ansiedades e incertezas frente ao futuro da humanidade, que, ao expor vulnerabilidades estruturais, desigualdades, e múltiplas reordenações dos modos de vida trazem impacto na vida de seres humanos e não-humanos que cruzam seus caminhos neste “evento crítico”³.

Inspirando-me na proposta de Poulain e Proença (2003) a respeito das possibilidades de investigação sobre o “espaço social alimentar”, tenho como foco interpretativo discutir e analisar a produção e o consumo de alimentos, efetuada especialmente, a partir de práticas alternativas, sendo assim, na contramão ao modelo da agricultura moderna-industrial de grande escala. Seguindo esse raciocínio, recentemente, comecei a investigar a oferta do mercado de alimentos orgânicos e agroecológicos em Juiz de Fora/MG, o que tornou-se ainda mais essencial com a chegada do Covid-19. Levando em conta as discussões que atravessaram os debates públicos da grande mídia durante os primeiros meses de pandemia, como o preço dos alimentos, a segurança e soberania alimentar, o papel importante dos mercados locais e sistemas agroalimentares, além de outras conexões em interface com a agricultura familiar.

¹ Para preservar as pessoas que continuam produzindo e materializando o sentido do universo pesquisado, um conjunto de ações foram tomadas para manter em segurança, a minha saúde e das pessoas que convivem comigo. Principalmente, para conter a circulação do "vírus" do Covid-19.

² SEGATA, Jean. **Covid-19, biossegurança e antropologia**. Horiz. Antropol. Porto Alegre, ano 26, n. 57, p. 275-313, maio/ago. 2020. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832020000200010>>

³ A pandemia do Covid-19 também pode ser narrada e mobilizada através da noção de critical events, introduzida para caracterizar acontecimentos traumáticos e extremos que geram um conjunto de transformações e reinterpretações sobre as estruturas e agências que um conjunto de sujeitos vivenciam em determinado momento específico. Este conceito ficou conhecido popularmente no campo da ciências sociais através do trabalho de DAS, Veena. **Critical Events: Anthropological Perspective on Contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press. 230 pp.

Em 2020, o comitê de especialistas em Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), avaliou que ao longo do primeiro ano de pandemia foi constatado um aumento significativo da pobreza. Considerando os países da América Latina e Caribe, milhares de famílias perderam o poder de compra e o acesso a recursos básicos com estimativas de que o aumento da pobreza causada pela pandemia levou cerca 231 milhões de pessoas à condição de pobreza e outras 96 milhões à condição de extrema pobreza (CEPAL-OPAS, 2020).

De acordo com os analistas da FAO (2020), a crise instaurada pela pandemia do Covid-19 trouxe riscos à segurança alimentar e nutricional em milhares de territórios, associados à desestruturação geopolítica das diversas cadeias globais de abastecimento e distribuição alimentar, por meio de bloqueios comerciais e impactos na produção agroalimentar que vão desde aumento de preços no grande mercado de *commodities* e a safras de alimentos perdidos, devolvidos, despejados e desperdiçados em muitas unidades produtivas. Estes bloqueios e interrupções geradas pelo Covid-19 também mostraram a fragilidade das pessoas no acesso aos direitos à saúde e à alimentação (HLPE, 2020)⁴.

Não foi por acaso que no primeiro semestre da pandemia, espaços sociais importantes para agricultura familiar e fortalecimento da pequena produção, que são responsáveis pela circulação de produtos em mercados locais, enfrentam restrições de circulação de insumos, bem como de consumidores. Segundo o estudo do IICA (2020), 70% dos agricultores familiares da América Latina e Caribe entrevistados, relatam sobre a redução de suas receitas econômicas e a suspensão de atividades produtivas e comerciais ligados à produção de alimentos⁵.

No caso do Brasil, apesar das políticas protecionistas ligadas a alimentação serem quase inexistentes ou insuficientes, já que as operações governamentais se centralizaram apenas na política assistencial através do “auxílio emergencial”⁶, Schneider *et. al.* (2020) têm apontado que

⁴ No painel, ainda é possível visualizar outros impactos ocasionados nas políticas de combate à fome durante o período da pandemia. HLPE. 2020. **Impacts of COVID-19 on food security and nutrition: developing effective policy responses to address the hunger and malnutrition pandemic.** Rome. <https://doi.org/10.4060/cb1000en>. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/cb1000en/cb1000en.pdf>>

⁵ INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA. La agricultura familiar y el abastecimiento agroalimentario ante la pandemia Covid-19 en América Latina y el Caribe. Programa de Desarrollo Territorial y Agricultura Familiar. Costa Rica, junio 2020

⁶ Suporte financeiro fornecido pelo Governo Federal do Brasil e estabelecido pela Lei. 13.982, de 2 de abril de 2020 para trabalhadores informais, microempreendedores (MEI), autônomos e desempregados durante o contexto de pandemia da Covid-19. O pagamento, também conhecido como “coronavaucher”, previu três meses a partir do período mais contundente da crise, parcelas de R\$600,00 e limitado a R\$1.200, por cada núcleo familiar, estendidos no prazo de mais dois meses. Vale lembrar que se teve mais um alargamento das parcelas, mas com valores

a pandemia poderá ter efeitos benéficos (médio e longo prazo), em especial para o aumento das demandas e ofertas internacionais interessadas no agronegócio do Brasil⁷. Seguindo nessa contrapartida, considerando o processo de resiliência dos mercados locais da pequena produção e agricultura familiar, mesmo expondo um quadro de problemas instáveis e imprevisíveis, pesquisadores apontam que a pandemia vem refletindo um cenário com amplos acontecimentos, novas dinâmicas e adaptações, tendo como aspecto fundamental, a organização social e política, seja por meio de associações produtivas e cooperativas, alinhadas com redes e circuitos curtos de comercialização, como ocorre, especialmente, no caso de pequenos produtores envolvidos com a agroecologia, agricultura e produção orgânica (SCHNEIDER, et. al, 2020, p. 179).

Jan Douwe van der Ploeg (et. al. 2004; 2008; 2016) vem mostrando há algum tempo que as novas tendências de desenvolvimento social são potencializadas pela “capacidade inovadora” e “co-produtiva” das organizações na agricultura camponesa. Para o pesquisador, o surgimento de novos movimentos rurais têm provocado a constante transformação do espaço social alimentar, podendo alterar as relações de forma dinâmica com potencial de prosperidade dentro e fora do ambiente agrário. O que se abre as possibilidades de produzir comércios mais justos; promover novos canais de circulação e do bem-estar entre o campo e a cidade; preservando-se a biodiversidade e o conhecimento local. Destaca-se ainda nestes “modos de fazer agricultura” - seja agroecologia, agricultura orgânica, biodinâmica e alternativa - como resistência, a potencialidade de se conquistar maior equilíbrio entre trabalho-consumo e produção-reprodução das pequenas unidades produtivas, familiares e camponesas, assim como a defesa de modos de vida alternativos, mais ecológicos e socialmente organizados.

Em diálogo com estas perspectivas, Preiss, *et. al* (2020a; 2020b) têm afirmado que a agricultura familiar, a agroecologia, a produção e o consumo da agricultura orgânica assumiram um “protagonismo estratégico” para a superação da crise instaurada pela pandemia do Covid-19. Soares (2018, p.16) também reconhece que a crescente demanda de consumidores urbanos conscientes por produtos e alimentos orgânicos está sendo determinante para o incentivo de

reduzidos para R\$300,00, posteriormente, R\$250,00, nos meses seguintes da pandemia. Para saber mais: CORREIA, D.; FERNANDA DOS SANTOS, A.; PAULA DO AMARAL BRITO, K.; DIAS DA SILVA GUERRA, L.; JOSÉ VIEIRA, K.; LECI DE SOUZA REZENDE, C. Auxílio emergencial no contexto de pandemia da COVID-19: garantia de uma proteção social?. JMPHC | **Journal of Management & Primary Health Care** | ISSN 2179-6750, v. 12, p. 1-9, 26 out. 2020.

⁷ Acima de tudo, pelo acirramento da disputa comercial dada atenção pela chamada “Guerra Fria 2.0” entre EUA e China no controle geopolítico das exportações e do mercado internacional agroalimentar. PEREIRA, P. H. O Brasil no meio da luta comercial entre Estados Unidos e China. Valor Econômico - Opinião. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/o-brasil-no-meio-da-disputa-comercial-entre-eua-e-china.ghtml>>.

agricultores e produtores convencionais - aqueles que se baseiam em sistemas de produção que se utilizam nutrientes químicos, de solubilidade imediata, chamados agrotóxicos, herbicidas, inseticidas, fungicidas, entre outros - iniciarem a conversão para sistemas produtivos mais sustentáveis de base agroecológica.

O Brasil tem se apresentado como um dos principais atores no cenário mundial com alternativas no campo da agroecologia e produção orgânica, destacando pelas suas diversas experiências de sistemas alimentares com base em agriculturas mais sustentáveis e ecológicas, onde boa parte têm suas origens principalmente na pequena produção, agricultura familiar e camponesa. Entre muitos exemplos que podemos destacar relacionados às experiências brasileiras, realçamos uma tecnologia social que tem agregado valor e desenvolvimento na produção orgânica em múltiplos territórios, conhecida como um método inovador de certificação participativa da conformidade na Produção Orgânica, chamado de Sistema Participativo de Garantia (SPG).

Hirata e Rocha (2020), analistas de metodologias presente no SPG, reconhecem que sua base geralmente é montada pela participação ativa de atores sociais organizados em rede, sejam eles produtores, agricultores, consumidores, técnicos, professores e demais colaboradores que de modo interconectados procuram estabelecer relações e trocas de confiança, como controle social em processo de formação, produção e comercialização. Na maior parte, os casos de SPGs garantem a qualidade orgânica, especialmente em mercados locais de alimentos orgânicos, além de promover a agroecologia como base social e política de desenvolvimento rural sustentável.

Tomando como partida o cenário da pandemia, algumas referências e suas discussões introdutórias, uma série de problemas surgem como questão de pesquisa. Neste trabalho investiguei um pouco mais sobre os processos sociais de produção e consumo de alimentos orgânicos, buscando aprofundar principalmente como acontece na prática a organização de pequenos produtores locais em um sistema alimentar alternativo, além de analisar suas formas de se conectarem de modo associativo no território de investigação. Pois, afinal, quis compreender qual é o conhecimento que se produz por meio de políticas locais e tecnologias sociais inovadoras, correlacionando processos organizacionais, associativos e cooperativos em diferentes escalas, através de múltiplos atores sociais, instituições e suas governanças, tendo como objetivo o fortalecimento da Agroecologia e Produção Orgânica.

QUESTÃO DE PESQUISA

Esta dissertação procurou investigar o agenciamento, as formas de existência e vínculos sociais de pequenos produtores, agricultores familiares, consumidores de alimentos e técnicos de extensão rural da associação MOGICO, o “Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico”, localizada na cidade de Juiz de Fora e região. Através de um olhar microssociológico, através do trabalho de campo e da etnografia, o trabalho busca reconhecer como é feita a “vida associativa” por meio da organização formada pelos atores da associação. O foco principal desta pesquisa é analisar atores sociais do MOGICO, em particular os que fazem parte de um Sistema Participativo de Garantia (SPG), ao praticarem a certificação participativa da conformidade orgânica⁸.

O associativismo e suas formas de organização como uma questão social demanda investigar uma multiplicidade de papéis, situações e eventos que podem determinar ações coletivas, políticas locais e mudanças significativas no território. Isso exige o exercício de reconhecer quais são os atores que criam vínculos e ordens sociais, além de compreender como articulam, interagem, combinam e coordenam suas ações conjuntas, conforme demandas associativas e locais. Nesta análise, busquei mapear as dinâmicas coletivas e práticas organizacionais do MOGICO, sejam elas direcionadas para produção, consumo e certificação de alimentos orgânicos, além de analisar as conexões com outras redes e movimentos de agroecologia na cidade de Juiz de Fora e região.

Ao longo da dissertação, o processo de pesquisa teve em seu desencadeamento diferentes estratégias metodológicas tais como: pesquisa documental sobre associativismo local; mapeamento dos atores na microrregião; pesquisa-ação; observação participante; e etnografia digital. As fontes de evidências surgiram através da revisão bibliográfica em diferentes abordagens sobre o tema de pesquisa; o acompanhamento em diversos eventos como reuniões, encontros, assembléias, feiras, visitas de verificação, visitas de pares e planejamentos coletivos, além das escritas de atas, entrevistas semiestruturadas, conversações, participação e mobilização de encontros envolvendo a incubação da associação MOGICO.

⁸ Apesar da diversidade de atores sociais (agricultores familiares, pequenos produtores, agricultores de origem urbana, técnicos, facilitadores, professores, fiscais, colaboradores e etc.) envolvidos no cenário da investigação local, deixamos destacado no título da dissertação apenas a identificação de “**produtores de alimentos orgânicos**”, justamente por ser a própria categoria nativa utilizada que busca assim, abranger a sua autoimagem e identidade comum da associação local e regional.

Deste modo, o processo de pesquisa na associação, buscou trabalhar diferentes abordagens das ciências sociais, especialmente, na área de pesquisa da antropologia e sociologia do desenvolvimento, dando ênfase a uma perspectiva orientada ao ator (POA), em que busca compreender os atores sociais como os próprios agentes e criadores das mudanças sociais e transformações territorialmente situadas (ARCE; LONG, 2000; 2010; LONG, 2007; ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2021).

Minha aproximação com a associação MOGICO, primeiramente se deu pelo meu papel institucional, como bolsista na Frente de Agroecologia, coordenado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Programa de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora (INTECOOP/UFJF). Retorno mais à frente para a reconstituição da minha entrada no contexto de pesquisa, procurando dar luz a alguns detalhes que ocorreram ao longo de dois anos de trabalho de campo, refletindo o processo que ocorre de forma inevitável de desenvolvimento participativo e pesquisa-ação em organizações locais (THIOLLENT, 1997). Pois assim como foi para o próprio Wacquant (2002), tendo que utilizar tanto suas luvas de boxes em uma academia de lutadores, ou mesmo, para Foote-Whyte (2005) que talvez não tenha pretendido na sua trajetória de pesquisa, envolver-se tanto em um “sistema social organizado” que se apresenta através de uma esquina, acabei emaranhado de modo íntimo nas relações entre sujeitos dessa pesquisa. E assim como eles, sempre que possível, me comprometendo de modo profundo em suas experimentações, situações e práticas de acordo com seus valores difundidos, particularmente, dentro da associação MOGICO.

Tendo como objetivo reconstituir a história da associação, identificar os produtores associados, bem como suas trajetórias, além de produzir a cartografia dos arranjos sociais e tecnológicos da associação, o percurso desta pesquisa se divide em três capítulos.

No primeiro capítulo da dissertação, denominado *Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico na cidade de Juiz de Fora*, apresento um olhar para os detalhes na constituição da associação, buscando retratar o contexto histórico de origem, desde a primeira barraca e formação de associados. Em um segundo momento do capítulo, destaquei brevemente o papel do movimento de agroecologia em escala local, já que buscaram incorporar novas diretrizes e ações por meio da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil. Através da construção histórica do conjunto de ações, mobilizações e eventos situados localmente, analiso as interconexões entre atores, alternativas e tecnologias sociais como formas de mobilização

coletiva e política em processo de fortalecimento no município. Além disso, também evidenciei o papel das feiras, cursos e reuniões para organização de controle social, especialmente, por meio da formação e consolidação regional do Sistema Participativo de Garantia (SPG) que está vinculado à associação MOGICO.

No capítulo seguinte, intitulado *Estilo de vida na Agricultura Orgânica*, discorro sobre os aspectos e valores culturais da agricultura orgânica, construindo um olhar antropológico centrado nos atores, suas multiplicidades de papéis e estilos de vida, procurando mapear suas direções e práticas com foco na organização associativa. Neste sentido, foi possível observar algumas trajetórias dos produtores do MOGICO, agricultores e agricultoras de origem urbana, assim como diferentes características presentes na agricultura familiar da associação. Se vê também neste capítulo, a partir de referências da antropologia social britânica, situações e rituais que fazem parte do convívio dos produtores locais de alimentos orgânicos. Destaca-se neste contexto um caso de “visita de verificação”, uma ferramenta de controle social relacionada com a certificação participativa, baseado na busca pela conformidade orgânica. Através disso, foi possível observar conflitos presentes na institucionalização do sistema participativo, envolvendo modos de fazer agricultura, as relações dos atores e seus acordos de confiança mútua, uma vez associados ao processo de certificação orgânica e pela busca de conformidade com o Estado.

Por fim, no terceiro e último capítulo, nomeado *Ação associativa como Desenvolvimento Local*, direciono minha atenção para sistematizar formas complexas de reciprocidade, solidariedade e aliança social. Pensando no conjunto de aspectos sociais que envolvem a organização, sejam conflitos morais e suas formas de estabilidade coletiva na vida associativa. Para isto procurei apontar características encontradas nas práticas entre os atores, durante a mobilização de suas tecnologias disponíveis para permanecer no processo de desenvolvimento local. Assim, também ressalto uma discussão sobre o desenvolvimento local com base na ação e mobilização coletiva e no uso de tecnologias sociais, além das reuniões, eventos e formas de criar vínculos de fortalecimento e comprometimento da vida associativa no contexto de pesquisa. Por último, destaco novas associações e as agendas políticas que surgem através das interconexões do MOGICO em conjunto com as outras organizações locais, especialmente na institucionalização do processo participativo de certificação e conformidade orgânica na região.

1. MONTE DE GENTE INTERESSADA EM CULTIVO ORGÂNICO NA CIDADE DE JUIZ DE FORA

O “Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico”, de ora em diante batizado só de “MOGICO” surge oficialmente, de acordo com o “Estatuto da Associação para Cultivo Orgânico”, no dia 12 de novembro de 2013, como uma associação sem fins lucrativos na cidade de Juiz de Fora/MG. Ao afirmar o compromisso de responsabilidade social são estabelecidos alguns objetivos dentre os quais podem destacar: buscar parcerias com entidades públicas, privadas, nacionais ou internacionais e promover experimentações, atividades e modelos socioprodutivos relacionados com a agroecologia, agricultura e produção orgânica.

Atualmente os *mogicanos* formam um “coletivo” heterogêneo constituído por pequenos produtores e agricultores familiares, como também, consumidores e técnicos. Alguns deles residem e/ou circulam por outros municípios e distritos rurais que estão próximos ao centro “juizforano”, como Penido, Humaitá, Igrejinha, Matias Barbosa, Santa Bárbara do Monte Verde, Piau, Chácara, Goianá, Belmiro Braga, Pirapetinga, Rosário de Minas e Pequeri. Encontram-se também em localidades mais distantes que caminham por Ibitipoca, Leopoldina, Santana do Garambéu e Ponte Nova, até em outras regiões no Sul de Minas, Vertentes e Vale do Café.

No entanto, apesar desta distribuição de associados, as atividades deste coletivo tem como centro Juiz de Fora. A cidade de Juiz de Fora é o 4º município mais populoso de Minas Gerais e de acordo com as estimativas para 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número da população chega a ser de 573.285 pessoas. Segundo as características gerais disponibilizadas no site da prefeitura, o município possui uma área geográfica total de 1.433,87 km², sendo que mais de 70% corresponde a área rural.



Mapa 1: Município de Juiz de Fora no centro e outros municípios no entorno. **Fonte:** Autor

Adotando a cidade de Juiz de Fora como campo de pesquisa e foco institucional, vale destacar que o IBGE (2017) passou a adotar uma nova divisão geográfica como referência para o planejamento e intervenções institucionais de fomento ao desenvolvimento, passando a operar com agrupamentos de municípios e regiões, urbanas, suburbanas e rurais mais abrangentes, em sintonia ao movimento de expansão e formação das metrópoles regionais. Assim, o município de Juiz de Fora, além de centro de referência entre as sete microrregiões da Zona da Mata de Minas Gerais, decorreu também a ser identificado como uma região de referência “intermediária e imediata” para outros municípios.

Isto quer dizer que o município de Juiz de Fora e os pequenos municípios e distritos do seu entorno podem se tornar uma região estratégica de interconexão, favorecendo a formação de novos mercados e de circulação da economia agrícola, o que também pode atrair a atenção para novas experimentações produtivas, granjamentos e empreendimentos rurais que buscam

prosperar e aventurar a partir de experiências e dinâmicas produtivas entre o campo e a cidade dentro do cinturão verde juizforano.

Apesar deste grande potencial geográfico, o que também pode ser para produtividade de alimentos provenientes da agricultura orgânica, sabe-se que até o início de 2016 só constava apenas um produtor em Juiz de Fora registrado e certificado no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Ou seja, ainda que exista grande extensão geográfica do município e grande malha de cinturões verdes, não havia nenhum produtor de “alimentos orgânicos” recebendo a “certificação” capaz de abastecer as demandas dos mercados consumidores da região (SOARES, 2018).

Existam vestígios de que já aconteceram experiências de produção relacionadas com agricultura orgânica ainda no começo dos anos 2000, especialmente entre pequenos sítios e agricultores familiares, com apoio de uma equipe técnica formada pela Secretária de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Prefeitura de Juiz de Fora (SEAPA/PJF) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG) da época, apoiado pelo Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (PRÓ-ORGÂNICO)⁹. Tendo como referência principal, nesse tempo, a antiga Fazenda Salvaterra por meio de suas criações de frango e hortifrutigranjeiro com base no manejo orgânico.

Embora essas primeiras experimentações daquele período não chegaram a corresponder e documentar grandes resultados quantitativos de produção e comercialização, tais mobilizações do passado serviram como uma *investida de ideias*, sendo aprimoradas anos depois através de uma nova organização. Nesse caso, o MOGICO, formado tanto por alguns destes sujeitos que continuaram a cultivar experiências na produção orgânica como também por novos atores a partir de dinâmicas emergentes e formações que aconteceram historicamente no território. Confeccionando assim, um rastro social e político de “mobilizações coletivas” no entorno da agricultura orgânica e agroecologia na região de Juiz de Fora.

Isso mostra que os acontecimentos da localidade não estão desconectados do cenário nacional e internacional da época em que ocorreu o período de construção e instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). No próximo item, é possível

⁹ BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. *Programa de desenvolvimento da agricultura orgânica: PRÓ-ORGÂNICO*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2004.

observar que ações do MOGICO acabam refletindo uma tendência mais ampla de articulação e mobilização do processo político nacional, só que em escala local e regional.

1.1 DA PRIMEIRA BARRACA À FORMAÇÃO DO MOGICO

A formação do MOGICO ocorreu a partir da mobilização de mães e pais de crianças que estudavam na Paineira Escola Waldorf, localizada no Condomínio Paineiras que fica atualmente no bairro São Pedro em Juiz de Fora/MG. Esta escola é associada aos princípios da Antroposofia, fundada em 1985, apresenta como forte característica o comprometimento das famílias, que junto com a direção da escola, construíram um vínculo de cooperação como espírito de comunidade escolar. Dentro desta lógica, acontece entre 2006 e 2012 uma intensificação de ações por parte das famílias em parceria com a Escola em direção a aquisição do terreno que atualmente é a sede dentro do Condomínio Paineiras, onde muitas famílias também adquiriram lotes, tendo como objetivo viabilizar a estrutura física e compra da área escolar.



Imagem 1: Comunidade escolar reunida no centro da escola. **Fonte:** Site Paineira Escola Waldorf¹⁰

¹⁰ Acesso: <www.paineiraescolawaldorf.org.br>

Mães e pais que participaram daquele movimento de cooperação em prol da sede atual da Escola, se reuniam periodicamente na casa de uma dessas famílias que adquiriram terrenos vizinhos da área escolar com intuito de discutir ideias, textos e assistir filmes sobre temas variados, entre eles, relacionados com a agricultura orgânica, biodinâmica, agroecologia, permacultura e comunidades que sustentam agricultura (CSA's), entre outros temas. Além disso, as famílias reunidas aproveitavam para partilhar diferentes refeições, receitas, pratos, cheiros e sabores com base em produtos agroecológicos, orgânicos e inclusivos, hábitos que também permanecem até os dias de hoje nos encontros presenciais da associação MOGICO.

Destaca-se que dentro dos princípios da pedagogia Waldorf é valorizado o consumo de alimentos com base nos fundamentos da “agricultura biodinâmica” difundida por Rudolf Steiner (1861 - 1925) que ficou conhecido como um dos primeiros movimentos de resgate da agricultura orgânica mundial (SCIALABBA, 2007)¹¹. Neste contexto, a diretoria da escola juntamente com pais e mães organizaram um evento relacionado com o tema da alimentação, tendo como convidado um representante da Volkmann Alimentos, empresa alimentícia com sede no Rio Grande do Sul para apresentar sua linha de produtos, além de palestrar sobre o processo de produção da agricultura biodinâmica. Após este encontro, começaram a ocorrer compras coletivas de “arroz biodinâmico” principalmente para complementar as merendas escolares, seguindo também com as compras de outros produtos alimentares processados como geléias e sucos orgânicos.

Naquele coletivo de mães, encontravam-se duas mães que também trabalhavam como técnicas agrônomas da sede regional da EMATER/MG. Uma vez que as duas tinham o mesmo nome, ficaram conhecidas como “as Anas”. Vale constar que as duas trabalharam para rastrear experiências produtivas da agricultura orgânica na região, porém este processo de busca não alcançou resultados. Localizaram, no entanto, no município de Piau/MG, a 44 quilômetros de Juiz de Fora/MG, uma família de agricultores formada por “Firmino” e “Liana” que estavam já há algum tempo atrás na busca pelo processo de “certificar sua produção” através da Associação de Certificação do Instituto Biodinâmico (IBD).

Pouco tempo depois, a direção da escola juntou uma classe de alunos que promoveram uma visita ao sítio deste casal de agricultores familiares de Piau/MG, tendo como propósito

¹¹ Para saber mais, SCIALABBA, Nadia El-Hage. Foreword. In: LOCKERETZ, William (Ed.). **Organic farming: an international history**. Oxfordshire, OX: CABI Head Office; Cambridge, MA: CABI North American Office, 2007

conhecer as experiências da propriedade, além de dar início a uma relação próxima com os produtores. Logo após esta visita, a Escola estabelece a compra de banana orgânica do casal “Firmino” e “Liana”. Firmino que é conhecido por “plantar banana desde que estava na barriga de sua mãe” e Liana que está sempre bem ornamentada com seus vestidos e acessórios estampados com desenhos de bananas, começam realizar entregas semanalmente na escola.

Algum tempo passado, crianças começaram a propagar em suas casas que a banana da escola era a “melhor banana” que já tinham comido. Aos poucos, os laços começam a ser formados entre a família de agricultores e pelas mães e pais responsáveis pelas crianças no ambiente da escola. Até que no final de 2012, a escola permitiu que Firmino e Liana colocassem uma barraca de alimentos orgânicos improvisada com caixotes usados no estacionamento em frente ao pátio central da escola.

No entorno daquela barraca em frente à escola começa estabelecer um “espaço social alimentar” através de um pequeno ambiente de mercado e confraternização de alimentos, receitas e conversas relacionadas com a agricultura orgânica (POULAIN, 2003; 2013). O conhecimento sobre a barraca de Firmino e Liana foi expandido por meio da comunidade escolar formada pelas famílias das crianças na escola, assim como, pelo próprio bairro, o que influenciou o surgimento de outras pessoas interessadas e que buscavam consumir alimentos orgânicos na cidade.

Passado um ano, o coletivo de mães e pais dos alunos da escola decidem promover uma reunião fora da comunidade escolar para falar sobre a importância dos alimentos orgânicos e sobre as possibilidades de recursos junto à sociedade juizforana. Para a ocasião, convidaram as pessoas interessadas que foram surgindo no entorno da barraca, o casal de agricultores familiares de Piau/MG, alguns consultores técnicos da EMATER/MG e além de representantes da SEAPA que estavam a cargo naquele período. Nesta reunião, discutiram a formação de uma associação com o propósito de também ser uma “comunidade que sustenta a agricultura” (CSA), através do papel dos consumidores para fortalecer o comércio de alimentos orgânicos, da mesma forma, apoiar a pequena produção local e a necessidade do apoio técnico para “certificação orgânica”.

Em algum momento daquela reunião, “João”, pai de uma criança da Escola Paineira, de forma espontânea durante a acalorada discussão, sugere que todos reunidos naquele dia se resumiam em um “monte de gente interessada em cultivo orgânico” e através dessa frase o coletivo juntou as iniciais de cada palavra e criaram o nome MOGICO em novembro de 2013.



Imagem 2: Primeira logo oficial do MOGICO. **Fonte:** arquivos do MOGICO

Os mais antigos *magicanos* costumam dizer que aquela “reunião” foi a primeira reunião oficial da associação, pois não só foi criado o nome da associação, dando prioridade nas discussões em torno do comércio, produção e certificação, mas também, onde mobilizaram um tripé que forma a base de sustentação da associação MOGICO.

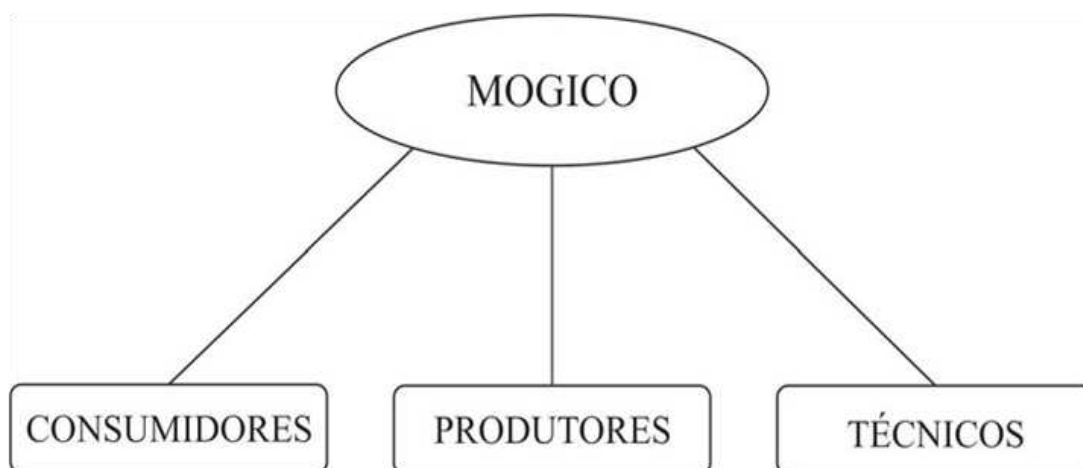


Imagem 3: Tripé de sustentação da Associação MOGICO. **Fonte:** SOARES (2018).

A formação do tripé de sustentação da associação se torna central para as pautas mobilizadas no coletivo, uma vez que esta base tem se apresentado como um “pilar” fundamental para as tomadas das decisões administrativas/burocráticas e dos rumos produtivos da associação, a partir de articulações tanto de produtores, consumidores e técnicos, mediados através de uma rede formada por professores, pesquisadores, estudantes, ativistas e agentes políticos locais envolvidos não só com a produção orgânica, mas também com o “movimento de agroecologia” e a “economia solidária” em Juiz de Fora.

1.2 MOVIMENTO DE AGROECOLOGIA E AS MOBILIZAÇÕES DO “DIA AGROECOLÓGICO”

A princípio, vale constar que existem diferenças simbólicas e sociomateriais entre a Agricultura Orgânica e a Agroecologia, no entanto, os dois conceitos acabam convergindo em movimentos sociopolíticos semelhantes e alternativos que surgem através das contraposições sobre os sistemas alimentares mundiais. Começando pelo segundo termo, a Agroecologia é reconhecida por ser uma agricultura sustentável de base ecológica, baseado na integração de conhecimentos científicos e tradicionais por meio da diversidade de práticas da agricultura camponesa, indígena e familiar em diferentes regiões e localidades no mundo (ALTIERI, 2010; ALTIERI, TOLEDO, 2011).

Além disso, a Agroecologia está relacionada diretamente como um fenômeno político e científico de diferentes acepções, ideias e significados, tendo origem a partir de movimentos sociais e ambientais que se organizam contra a “modernização da agricultura”. Na América Latina, especialmente no território brasileiro, se colocando em contraposição ao modelo de monocultura da “agricultura industrial-convencional” imposto pela modernização agrícola e mecanização do mundo rural que se intensifica principalmente a partir de acontecimentos na segunda metade do século XX ¹².

¹² A *Revolução Verde*, expressão que indica o surgimento deste novo setor da indústria agrícola, se intensificou a partir dos anos 60 do século passado, explorando os recursos da natureza cada vez mais com as máquinas e implementos que aceleram a erosão dos solos e o desequilíbrio dos ecossistemas. Além de acentuar o processo de degradação ecológica, as consequências da modernização agrícola convencional trouxeram impactos culturais e sociais, devido à contestação da exclusão social. Ver em: GUIMARÃES, Alberto Passos. A crise agrária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Esta obra de estilo ensaísta do pensamento social brasileiro é considerada um clássico sobre a questão agrária brasileira, referência chave para o debate sobre a “revolução agrícola à revolução industrial”.

Agroecologia como um movimento latino-americano, emerge por meio de construção e articulação social e política para manutenção e resistência de formas de se organizar coletivamente, por meio de uma grande parcela de agricultores familiares, camponeses e povos tradicionais que somaram forças com novas alianças institucionais, ONGs e associações políticas baseadas em uma visão democrática e popular que reconhece o caráter plurinacional da agricultura em relação ao Estado (FERNANDES; ROMANO, 2016).

A partir dos anos 80, série de encontros, articulações sociais e políticas de caráter democrático, buscaram articular uma parcela de agricultores familiares e pequenos produtores, entre cientistas, ativistas e agrônomos, além de organizações, associações e cooperativas, também relacionadas com outros movimentos históricos, como o ambiental e da “agricultura alternativa” que se fortalece durante as décadas de abertura democrática no país. O termo agricultura alternativa foi substituído por Agroecologia, em decorrência da aliança entre acadêmicos, movimentos sociais tanto rurais como urbanos e ONGs que buscavam se envolver na consagração de um novo referencial de política estatal. O que, anos depois, impulsiona diversos arranjos políticos, movimentos e práticas tecnológicas formada por diferentes atores, instituições e novas organizações que se estabelecem juntos com o Estado para a articulação e construção democrática da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil (PNAPO) (WEZEL, 2009; MONTEIRO; LONDRES, 2017)¹³.

No caso da Agricultura e Produção Orgânica, embora também exista expressividade social e política em sua construção histórica nacional e internacional, reconhecemos que os alimentos orgânicos produzidos são considerados “produtos de alta qualidade”, chancelados, principalmente, através dos documentos gerados pela *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM), na qual constitui historicamente a institucionalização dos alimentos e mercados de orgânicos no mundo. Em que há normas específicas e rigorosos padrões que têm em vista gerar agroecossistemas produtivos com a mínima utilização de insumos externos, medicamentos veterinários, bem como a não aplicação de fertilizantes (adubos químicos) e pesticidas (agrotóxico) (FONSECA, 2005, p. 31).

A regulamentação da agricultura orgânica brasileira, que começa a se discutir desde nos anos 90, também segue parâmetros e recomendações internacionais da IFOAM, porém com suas

¹³ MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In. SAMBUICHI, R. org. et al. A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília, IPEA, 2017.

próprias características adequadas para realidade da agricultura familiar e pequena produção brasileira. Porém a junção dos termos orgânico e ecológico em uma mesma agenda política não foi tão harmoniosa como é de se imaginar. Niederle e Radomsky (2017, p. 249) destacam que houve (e ainda há em certos espaços políticos) uma “luta normativa” entre atores do mercado de produtos orgânicos e *agribusiness* que, defendem valores mais empresariados, tecnocráticos e normativos (orgânicos) e aqueles que defendem concepções de caráter mais cívico e político a favor do acesso a terra e a participação efetiva no mercado agroalimentar da produção local baseada em práticas agrícolas artesanais e alternativas (agroecológica). No entanto, essa disputa travada há algum tempo dentro do Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNAPO) teve como contribuição a formação de espaço político favorável à participação do Estado.

No próximo quadro, a intenção é de ressaltar algumas ações sob panorama histórico de políticas no contexto brasileiro - Acompanhem o Box 1 sobre a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil.

Box 1. Políticas de fortalecimento da Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil

A partir do ano de 2002, temos como referência o Grupo de Agricultura Orgânica (GAO), formado pela participação democrática, envolvendo organizações de agricultores e universidades com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), antigo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e Meio Ambiente (MMA) com finalidade de elaborar a legislação brasileira de Agricultura Orgânica. Estabelece assim, a Lei nº 10.831, publicada em 23 de dezembro de 2003, que apresenta o regramento para a produção e comercialização dos produtos orgânicos no Brasil. Entre os anos seguintes, considerando discussões, elaborações e regulamentações é publicado o Decreto 6.323, que regulamentou a Lei 10.831, reconhecendo nos anos seguintes, novos decretos e instruções normativas aprovadas na legislação de produção orgânica no Brasil.

Devido a complexidade do tema, a legislação de orgânicos no Brasil se divide em uma Lei geral (10.831) e ainda em decretos e instruções normativas. Entre muitas regulamentações, destacamos o Decreto 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que estabelece diretrizes mais detalhadas sobre a regulamentação, relações de trabalho, regulamentos técnicos de produção, boas práticas e comercialização, além de apresentar formas de responsabilidade, documentação e fiscalização instituídas pelo Sistema brasileiro de avaliação da conformidade orgânica (SISORG). Como também, as três Instruções Normativas: nº 19, de 28 de maio de 2009 que procura aprofundar sobre os Mecanismos de Controle e Informação da Qualidade Orgânica; nº 50, de 5 de novembro de 2009, responsável pela elaboração do Selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação reconhecido pela Conformidade Orgânica; e o nº 54 de 22 de outubro de 2009, que fornece uma estrutura e atribuições para comissões voltadas para o fortalecimento da produção orgânica, em âmbito nacional (CNPORG – Comissão Nacional de Produção Orgânica) e também estadual (CPORGs – Comissões Estaduais de Produção Orgânica).

Em seguida, realçamos o Decreto nº7.794 de 2012, que instaura a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), tendo como objetivo de envolver cada vez mais instâncias baseadas na gestão social e participativa sob a Lei de Orgânicos, procurando integrar e fomentar de modo mais amplo, programas e ações de fortalecimento e promoção da Agroecologia e da Produção Orgânica em todo o território brasileiro. A Sociedade Civil organizada demonstra ter um papel fundamental de fiscalizar e colaborar ativamente com a gestão e evolução do PNAPO, como também, de fortalecer segurança e soberania alimentar, através de responsabilidade e participação democrática que busca estabelecer de forma permanente uma agricultura

sustentável para os sistemas alimentares territoriais e locais com base na agroecologia e produção orgânica.

O objetivo das políticas de Agroecologia e Produção Orgânica são de reproduzir condições e bases para o fortalecimento de pequenos produtores e agricultores familiares em diferentes formas e escalas na sociedade brasileira. Neste sentido, a pesquisa também buscou observar como ressoam as diretrizes da PNAPO nos espaços públicos da cidade de Juiz de Fora e região, especialmente, analisando a organização dos produtores e suas formas de fazer e mobilizar as políticas participativas e locais de acesso à alimentação orgânica.

O MOGICO demonstra ser uma organização coletiva em busca de cumprir um papel de responsabilização e controle social de produção e comercialização de alimentos orgânicos ao fomentar o movimento de Agroecologia na cidade de Juiz de Fora e região. Uma vez que a organização dos pequenos produtores de alimentos orgânicos têm procurado resgatar a diversidade de produtos para consumo local, além de discutir o fortalecimento da produção orgânica, a certificação participativa, o acesso de mercado e a política de alimentos orgânicos na região.

A Produção Orgânica e Agroecologia são os dois termos bastante utilizados pelos *mogicanos*, construindo sentidos em suas falas e conversações, atravessando seus comportamentos culturais que em conjunto fazem parte da “vida associativa”, seja através das reuniões, encontros, refeições, feiras, cestas de produtos e nos demais eventos e rituais como se encontram, fortemente, por exemplo, no “Dia Agroecológico”.

O “Dia Agroecológico” é um evento anual aberto ao público que é organizado pelos *mogicanos* em conjunto com outros atores que se articulam no movimento de agroecologia. O evento acontece durante o dia inteiro (manhã e tarde) e funciona como um espaço formativo e pedagógico através de palestras, oficinas, discussões e trocas de sementes agroecológicas. As decisões do que será tratado no evento acontecem de acordo com as demandas organizadas pelo próprio coletivo e acabam por refletir ao longo do horizonte não só um “campo decisório” de suas experimentações, bem como, posteriormente, compõem o repertório de ações e empreendimentos associativos.

No ano de 2014, a associação realizou o 1º Dia Agroecológico com o tema: Rede de Consumo que aconteceu na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (FACED/UFJF). Evidentemente, um debate importante para os sujeitos envolvidos naquele

momento, dado que a maioria das pessoas presentes eram “consumidores” originados das primeiras mobilizações de pais e mães ocorridas na escola. Os convidados deste encontro foram Irene Maria Cardoso, agrônoma e professora do Departamento de Solos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que também era presidente naquele período da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), além de ser conhecida como uma liderança no movimento de agroecologia, especificamente, na região da Zona da Mata mineira; e Leonardo Carneiro, geógrafo e professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora, sendo reconhecido também pelos projetos de pesquisa e extensão fomentados e relacionados com algumas comunidades tradicionais e experiências agroecológicas, assim como, influente articulador entre o movimento de agroecologia na região.

Também participaram deste evento, representantes da Rede Raízes da Mata de Viçosa/MG, da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) e também personalidades como Conceição Trucom, especialista e pesquisadora em alimentação natural, bem-estar e qualidade de vida. Segundo Soares (2018), este 1º evento torna-se um marco para Associação MOGICO, envolvendo um monte de gente, para além de produtores, consumidores e técnicos que passaram organizar anualmente outros eventos com temas de interesse ao movimento.



Imagem 4: Cartaz de divulgação do 1º Dia Agroecológico. **Fonte:** Arquivos do MOGICO

No 2º Dia Agroecológico em 2015 ocorreu no anfiteatro da biblioteca central da Universidade Federal de Juiz de Fora e contou com uma abertura realizada por uma camerata formada por crianças e jovens estudantes da Paineira Escola Waldorf. Neste evento, o MOGICO buscou avançar sobre o tema da “produção orgânica de alimentos”. Os convidados para palestrar foram: o técnico em agropecuária Hildebrando Marcelo Campos Lopes que a pouco tempo havia assumido a gerência regional da EMATER/MG e sensível às questões agroecológicas buscava fomentar o movimento de agroecologia na região; e o Marcelo Sambiase, membro do Núcleo de Estudos Agroecológicos (NEA) da Serra Mantiqueira e da organização não governamental Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada (NEPA) e instrutor do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).



II dia agroecológico

3 de outubro, das 8h às 18h
Anfiteatro da Biblioteca Central da UFJF

PROGRAMAÇÃO:

8:00 Acolhimento e inscrição	14:00 Experiências agroecológicas e participação extensionista Hildebrando Marcelo Campos Lopes - Coord. Emater JF
8:15 Camerata Paineira Escola Waldorf - Marlene Fernandes	15:00 Intervalo - TROCA DE SEMENTES E MUDAS
8:30 Apresentação do MOGICO -Fernanda de Paula e Rachel Zacarias	15:30 Roda de Conversa: Produzir sementes, gerar vida e soberania - Marcelo Sambiase, Romualdo José de Macedo (Agricultor Agroec. e orgânico, Técnico do CTAZM), Estudantes do LICENA UFV e Margarete Nogalis (RPPN Morro do Elefante)
9:00 Nutrir o solo, produzir mais e cuidar da vida - Marcelo Sambiase (NEA Mantiqueira, instrutor SENAR-SP, APANFÊ, ASSOCIAÇÃO BIODINÂMICA, proprietário Sítio do Paiol-MG)	16:30 Documentário e debate : Mulheres da Terra
10:00 Intervalo - lanche - TROCA DE SEMENTES	17:30 Encerramento cultural
10:30 Roda de Conversa: Nutrir o solo, produzir mais e cuidar da vida - Marcelo Sambiase	
12:00 Almoço - TROCA DE SEMENTES E MUDAS	

Realização: **MOGICO**
Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico

Apoio:  

Imagem 5: Cartaz de divulgação do 2º Dia Agroecológico incluindo a programação. **Fonte:** Arquivos do MOGICO.

Este evento, de acordo com Soares (2018), foi um passo importante para o desenvolvimento da produção orgânica na região, pois possibilitou o encontro da Associação MOGICO com estes dois palestrantes; constitui-se assim a primeira turma de produtores associados e não associados ao MOGICO que realizaram o 1º Curso de “Agroecologia

Biodinâmica”, especialmente voltado para formação prática de manejo biodinâmico e produção orgânica de alimentos.

O curso aconteceu no Sítio Pachamama viabilizado pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada (NEPA), uma organização não governamental (ONG) local com o objetivo de planejar e executar programas, planos e projetos destinados à preservação e regeneração ambiental, economia associativa, solidária e desenvolvimento de sistemas agroecológicos integrados e sustentáveis, fundado pelo jovem casal *mogicano* “Zé” e “Lia”.

O curso foi organizado em módulos (seis no total) com cada módulo ocorrendo em um dia do mês, tendo referência ao calendário agrícola biodinâmico¹⁴. Ele vem ocorrendo desde 2015, contribuindo para a formação de novos produtores da associação. Muitos pequenos produtores e agricultores familiares que participam nos dias de hoje ativamente dos espaços de comercialização foram alunos deste curso, promovido com base na Aliança Social (AS) entre associação MOGICO, técnicos da EMATER/MG, pesquisadores e educadores do NEPA, extensionistas da UFJF e agentes políticos da região, como na época a deputada federal Margarida Salomão e o deputado estadual Reinaldo Betão, ambos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) que em um primeiro momento contribuíram com dinheiro proveniente de emendas parlamentares que foi convertido em retribuições, alimentos, passagens e custos operatórios que se têm na elaboração e organização dos encontros do curso¹⁵.

No ano de 2016, o MOGICO inicia uma parceria junto com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora (INTECOOP/UFJF), graças a articulação entre os *mogicanos* e o professor Leonardo Carneiro que atuava como pró-reitor de

¹⁴ O Calendário atualizado anualmente que divide o ano em dias favoráveis e desfavoráveis para o trabalho agrícola, as divisões são baseadas pelas fases e posições da Lua e do planeta dentro do contexto das constelações do Zodíaco. O Calendário biodinâmico foi desenvolvido pela pesquisadora alemã Maria Thun nos anos 50 durante suas experimentações na época com a semeadura de rabanete, onde pôde observar o crescimento das plantas correlacionando as características morfológicas e fisiológicas existentes no ciclo sideral. De modo geral, o calendário agrícola biodinâmico serve como ferramenta para compreender os melhores momentos para começar a plantar as culturas, corrigir, rotear e preparar o solo de acordo com a manifestação do ambiente e suas condições. Para saber mais, consulte o volume especial da Maneje Bem de 2018, artigo sobre o Calendário Biodinâmico: as fases e posições da Lua, disponível em: <www.manejebem.com.br/uploads/filemanager/source/Artigo%20-%20calendario%20biodinamico.pdf>

¹⁵ Vale ressaltar a importância do projeto de lei nº 4.029/2017, que institui a “Zona da Mata mineira como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica e dá outras providências”. Segundo o Art. 2º o Polo de Agroecologia e de Produção Orgânica da Zona da Mata mineira orienta-se pelos seguintes princípios: I - desenvolvimento sustentável; II - participação e protagonismo social; III - preservação ecológica com inclusão social; IV - segurança e soberania alimentar; V - diversidade agrícola, biológica, territorial, paisagística e cultural; VI - reconhecimento da importância dos movimentos de agroecologia, da agricultura familiar e dos povos tradicionais para a agrobiodiversidade e a segurança alimentar.

extensão (PROEX/UFJF) naquele período (2014 - 2016). A articulação entre MOGICO e INTECOOP/UFJF tinha como objetivo principal a constituição de uma feira orgânica no campus da UFJF e para o empreendimento ser efetivado, o MOGICO começa ser acompanhado pela equipe INTECOOP/UFJF em busca de promover o conhecimento da agroecologia e economia solidária na região.

A cooperação entre o MOGICO, NEPA e INTECOOP/UFJF acontece através de trocas pedagógicas baseadas nos princípios da educação popular, onde é valorizada a “autonomia” do grupo em suas decisões, tendo a incubadora o papel de orientar os empreendimentos solidários, sugerir mudanças, estudar processos de formação e consolidação de negócios, bem como, na organização de reuniões, comunicação integral, promover eventos, processos administrativos, requerimentos em órgãos públicos e elaboração de diagnósticos e relatórios socioeconômicos com base na formação do *conhecimento coletivo*. Santos e Cruz (2008), destacam que a formação da economia solidária, está baseada, essencialmente, no princípio da *solidariedade* como uma *atividade pedagógica*. É por isso que as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs) procuram trabalhar com poucos recursos a perspectiva de que os trabalhadores organizados sejam capazes de criar suas próprias tecnologias.

O 3º Dia Agroecológico aconteceu de forma integrada com o 1º seminário integrado organizado pela INTECOOP/UFJF chamado de “Agroecologia, Apicultura e Economia Solidária” que teve apoio e participação de outros atores da região como a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP/UFV), a Cooperativa de Deficientes de Juiz de Fora (COOPDEF), Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), além dos parceiros que estão próximos desde as primeiras edições como a EMATER/MG.

Neste Dia Agroecológico teve como tema principal a avaliação da conformidade orgânica e Sistema Participativo de Garantia (SPG) e trouxe como palestrantes os representantes do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), o engenheiro agrônomo Marcelo Laurino e a fiscal de agropecuária Lúcia Bortoliny. Também estiveram presentes representantes do Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (OPAC/ABIO) iniciando-se, a partir deste evento, o processo de aproximação e parceria entre as associações com o objetivo de fomentar a certificação da agricultura orgânica dos produtores *mogicanos*.



1º SEMINÁRIO REGIONAL INTEGRADO

AGROECOLOGIA, APICULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

PROGRAMAÇÃO:

23/11-SEMINÁRIO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA APICULTURA

8H CREDENCIAMENTO/RECEPÇÃO
8H30 MÍSTICA
8H45 ABERTURA OFICIAL
9H A AÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO FOMENTO A INICIATIVAS POPULARES DE GERAÇÃO DE RENDA NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, COM DEPUTADA FEDERAL MARGARIDA SALOMÃO.
9H30 CENÁRIOS DA APICULTURA, DA AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO. COM:
- COOPERATIVA DE TRABALHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E FAMILIARES. (COOPDEF).
- ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES E CONSUMIDORES MÓGICO – MONTE DE GENTE INTERESSADA EM ORGÂNICOS.
- FÓRUM REGIONAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DA ZONA DA MATA MINEIRA – FREPSZMIM.
- INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES – INTECOOP/UFJF
- MODERADOR: HILDEBRANDO – GERENTE REGIONAL DA EMATER-MG

10H30 INTERVALO
10H45 PALESTRA: CENÁRIOS DA APICULTURA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
ZOOTECNISTA: LUIZ FERNANDO CHAVES MENDES - COORDENADOR TECNICOREGIONAL DA EMATER-MG/MONTES CLAROS

PALESTRA: A IMPORTÂNCIA DO CADASTRO DO APICULTOR EM MINAS GERAIS
MEDICO VETERINÁRIO: PAULO HEIDER FERNANDES ALMEIDA – ASSISTENTE TÉCNICO DO IMA

12H30 ALMOÇO
14H OFICINAS:
- GESTÃO E ASSOCIATIVISMO NA APICULTURA, COM O PROF. DR. DEODORO MAGNO BRIGHENTI DOS SANTOS - UFJF.
- MERCADOS INSTITUCIONAIS E APICULTURA – SAI, COOPERFAR / EMATER.
- EXPERIÊNCIA NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA, COM OS AGRICULTORES LIZ DE OLIVEIRA SANTOS LIMA E CARLOS EDUARDO REZENDE WERNER – SÍTIO PACHA MAMA
- TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO APÍCOLA, COM LUIZ FERNANDO CHAVES MENDES - COORDENADOR TECNICOREGIONAL DA EMATER-MG/MONTES CLAROS.

9H ÀS 18H FEIRA DE ECONOMIA ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UFJF
- EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS E VENDA DE PRODUTOS ARTESANAIS DOS COLETIVOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

24/11- 2º FÓRUM MICRORREGIONAL DE AGROECOLOGIA E 3º DIA AGROECOLÓGICO: "PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA: ACESSÍVEL, SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL"

8H INSCRIÇÕES
8H30 MÍSTICA
9H RELATOS/EXPERIÊNCIAS/ LEGISLAÇÃO EM CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA, COM MARCELO LAURINO E LYDIA BORTOLINI.
10H30 CAFÉ
11H CONTINUAÇÃO
12H ALMOÇO
13H30 EXPERIÊNCIAS DE FEIRAS ORGÂNICAS E AGROECOLÓGICAS (UFJF/ABIO-MÓGICO)
16H TRÓICA DE SEMENTES
17H MÍSTICA DE ENCERRAMENTO.
9H ÀS 18H 1ª FEIRA DE ECONOMIA ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UFJF
- EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS E VENDA DE PRODUTOS ARTESANAIS DOS COLETIVOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

25/11- SEMINÁRIO DE REATIVAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES – INTECOOP/UFJF

8H RECEPÇÃO E INSCRIÇÕES
8H30 ABERTURA COM APRESENTAÇÃO CULTURAL
9H MESA 1 – A HISTÓRIA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES – INTECOOP NA UFJF E A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, COM:
- PROF. DRª ANA LÍVIA DE SOUZA COIMBRA (PROF. REITORA DE EXTENSÃO E COORDENADORA DA INTECOOP DE 2004 A 2007)
- JULIANA MACÁRIO DE OLIVEIRA (ADMINISTRADORA DE COOPERATIVAS, EX- FORMADORA E ATUAL TÉCNICA DE INTECOOP)
- MARIANA DE COSTA CARVALHO (PROFA. SERVIÇO SOCIAL, EX FORMADORA DA INTECOOP)
- LUIZ FELIPE FALCÃO (COMUNICADOR, EX FORMADOR DA INTECOOP)

10H30 CAFÉ
11H OFICINAS:
- A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS PRÁTICAS DO SUJEITO COLETIVO, COM EMERSON ALCIDES DA SILVA – INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES – ITCP/UFV.
- TEATRO DO OPRIMIDO, COM ALVINO - INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES – ITCP/UFV

12H30 ALMOÇO
14H PALESTRA:
- EDUCAÇÃO POPULAR: A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS VOLTADOS A PRÁXIS DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, COM A PROFA. DRª LIA TRIBIA (UFJF)

15H30 DEBATE:
- AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: PERSPECTIVA E DESAFIOS

DEBATEDORES:
- PROF. DR. BENEDITO ANSELMO (UFJF)
- MARIA BERALDA SOUZA LOPES (PRESIDENTE COOPDEF E CONSELHEIRA ESTADUAL E NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA)

17H CAFÉ COM APRESENTAÇÃO CULTURAL DE ENCERRAMENTO
9H ÀS 18H 1ª FEIRA DE ECONOMIA ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UFJF
- EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS E VENDA DE PRODUTOS ARTESANAIS E DOS COLETIVOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

26/11- 1ª FEIRA DE AGROECOLOGIA DA UFJF

9H ÀS 13H EXPOSIÇÃO E VENDA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS DO COLETIVO MONTE DE GENTE INTERESSADA EM ORGÂNICO – MÓGICO NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

LOCAL :

CENTRO CULTURAL PRÓ-MÚSICA
AV. BARÃO DO RIO BRANCO, 2329 - CENTRO
JUIZ DE FORA - MG, 36045-050

INSCRIÇÕES:

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES – INTECOOP/UFJF

CONTATO: INTECOOPUFJF@GMAIL.COM
TELEFONE: (32)2102-3917
LINK DO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO:
HTTPS://GOO.GL/FORMS/7LCUPAM1E1PSFK083

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS – EMATER-MG

ENDEREÇO: AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, N° 3.396 – CENTRO. JUIZ DE FORA
CONTATO: HILDEBRANDO@EMATER.MG.GOV.BR
TELEFONE: (32)3218-7050
INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA - IMA
ENDEREÇO: R. MARIA PERPÉTUA, 72 - LADEIRA, JUIZ DE FORA.
TELEFONE: (32) 32 18-1788

REALIZADORES:

UFJF UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Intecoop UFJF
COOPDEF
EMATER-MG
MÓGICO
IMA Instituto Mineiro de Agropecuária
ITCP-UFV

APOIO:

Imagem 6: Cartaz de divulgação do Seminário Integrado em conjunto com o 3º Dia Agroecológico Incluindo a programação. **Fonte:** Arquivos do MÓGICO

No ano de 2017 acontece o 4º Dia Agroecológico novamente como um evento único, tendo como proposta aprofundar nas discussões sobre o cultivo agroecológico e orgânico: os desafios da produção, certificação e comercialização. Neste encontro, os convidados foram: Roberto Selig, o agrônomo e produtor orgânico que trouxe um relato de experiência sobre a Feira Agroecológica de Teresópolis/RJ; e Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca, a pesquisadora da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO/RIO) e professora do curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGAO/UFRRJ). Vale ressaltar que o evento aconteceu pela primeira vez no Parque Municipal da Lajinha, tendo como parceria o Grupo de Educação Ambiental (GEA) associado à Universidade Federal de Juiz de Fora graças ao diálogo do MOGICO com o poder público do município de Juiz de Fora.



Imagem 7: Cartaz de divulgação do 4º Dia Agroecológico incluindo a programação. **Fonte:** Arquivos do MOGICO

O 5º Dia Agroecológico, ocorrido no ano de 2018, também aconteceu no Parque Municipal da Lajinha, debatendo-se temas como o alimento orgânico, saúde e (re)existência. Entre os convidados destacou-se a presença de Elaine Azevedo, socióloga da alimentação, referência sobre a noção de “locavorismo”, termo que incorpora a identificação do “alimento local” produzido geograficamente próximo do consumidor; e ao processo de comprar e consumir produtos e serviços produzidos localmente (AZEVEDO, 2015). Neste evento, a associação MOGICO enfatiza a importância do consumo de produtos locais como forma de valorização dos agentes em questão - como e por quem é comercializado estes produtos (AZEVEDO, 2015, p.81).

V DIA AGROECOLÓGICO
ALIMENTO ORGÂNICO, SAÚDE E (R)EXISTÊNCIA
8 NOV. QUINTA-FEIRA DAS 8H ÀS 16H NO PARQUE DA LAJINHA

PROGRAMAÇÃO:

8h - Inscrições
8h30 - Mística - Apresentação
9h - Palestra:
ALIMENTO ORGÂNICO, SAÚDE E (R)EXISTÊNCIA
Elaine de Azevedo

12h - 13h30 - Pausa para Almoço
 (será oferecido almoço no local)

13h30 - 15h30 - OFICINAS

- 1. ELABORAÇÃO DE MICROORGANISMOS EFICIENTES (EM)**
- 2. PANCS: REDESCOBRINDO INGREDIENTES**
- 3. SISTEMAS AGROFLORESTAIS**

15h30 - Roda TROCA DE SEMENTES
16h - Encerramento

REALIZAÇÃO:

MOGICO
 Prefeitura de Mogi das Cruzes
 Parque da Lajinha
 EMATER Minas Gerais
 INTECOOP

Imagem 8: Cartaz de divulgação do 5º Dia Agroecológico incluindo a programação. **Fonte:** Arquivos do MOGICO.

No ano de 2019, ocorreu o 6º Dia Agroecológico pela terceira vez no Parque Municipal da Lajinha, desta vez promovido pelo MOGICO em parceria com a INTECOOP/UFJF. Dedicando-se ao tema da homeopatia na agricultura, o evento conta com a convidada Eliete Fagundes, professora e especialista em ciência da homeopatia, que está desenvolvendo há quase 30 anos pesquisas sobre o uso de homeopatia nos ecossistemas e na saúde coletiva, além de ser uma das fundadoras do Instituto Tecnológico Hahnemann e da Homeobrás, referências nacionais em capacitação e formação de profissionais na área da homeopatia¹⁶.

VI DIA AGROECOLÓGICO
HOMEOPATIA NA AGRICULTURA

21 de novembro, quinta-feira
Local: Parque da Lajinha
Das 8h às 16h

Programação:

8h: Inscrições, café e boas vindas
Lembrete: Levar lanches para compartilhar;
Trazer caneca, prato e talheres

9h: Palestra HOMEOPATIA E AGRICULTURA ORGÂNICA
Professora: Eliete Fagundes (www.homeopatias.com)

12 - 13h30: Pausa para almoço
(será oferecido opção vegetariana de almoço no local a R\$ 20)

13h30 - 15h30: Oficinas
(escolher uma opção)

- **Microorganismos Eficientes (EM)**
Ana Luisa Soares (Mestre em Agroecologia e Técnica Emater/MG - MOGICO)
Felipe Natali (Produtor agroecológico - OPAA)
- **Experiência da Horta Escolar na Escola Saci**
Liz Oliveira (Psicóloga, Agricultora e Educadora - NEPA e MOGICO)
Caseh Werner (Agricultor agroecológico e Educador - NEPA e MOGICO)
- **Como transformar sua atividade orgânica em um negócio rentável**
Gabriel Barbosa (Agricultor e Engenheiro agrônomo - MOGICO)
- **Sementes: o papel estratégico na produção agroecológica**
Luciene Souza (Agricultora agroecológica - MOGICO);
Filipe Russo (Técnico em Agropecuária e Agricultor agroecológico - MOGICO)

15h30: Roda de Troca de Sementes
Tragam mudas e sementes para trocar.

16h: Encerramento

REALIZAÇÃO: MOGICO

PARCEIROS: INTECOOP UFJF, EMATER Minas Gerais, BioNatur, Prefeitura de Lajinha, MINAS GERAIS

Imagem 9: Cartaz de divulgação do 6º Dia Agroecológico incluindo a programação. **Fonte:** Arquivos do autor.

Desta vez estive presente nos bastidores junto ao coletivo, onde cumpri um “papel institucional”, como espécie de “bolsista/formador” na Frente de Agroecologia, coordenado pela

¹⁶ Desde 17 de maio de 1999, segundo o Diário Oficial da União nº 94 (seção 1, p. 11), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) considera a utilização da homeopatia como “insumo agrícola” para o manejo da agropecuária orgânica.

INTECOOP/UFJF. Neste encontro, tive a primeira oportunidade de dialogar e trabalhar junto com os *mogicanos*, onde estive responsável de oferecer suporte na estrutura física e operacional do evento, como na instalação de equipamentos como datashow e notebook, arrumação das salas onde aconteceriam as oficinas, recepção da lista de presença, credenciamento e acolhida do evento, montar a programação e divulgação do evento e outras pequenas tarefas de suporte técnico e logístico.

Durante o acontecimento, pude observar e conversar com alguns *mogicanos* e demais público presente e acabei coletando alguns dados que se tornaram interessantes a partir do formulário de inscrição e questionário produzido por mim. Segundo os dados, estiveram presentes neste evento mais de 50 pessoas incluindo os membros da organização que naquele dia estava em torno de 15 pessoas. Três perguntas dentro do formulário chamaram atenção: a questão “já participou alguma vez do “Dia Agroecológico ?” mostrou que 60% das pessoas foram pela primeira vez, enquanto 40% das respostas foram aquelas que retornaram ao evento. Na questão “é agricultor ?” 52% das respostas revelam que não eram agricultores, uma vez que 25% declaram agricultores e 22,5% dizem estar em processo. Já a pergunta “participa de algum grupo ?” mostra que 45% das pessoas declaram não fazerem parte de algum grupo, diferente de 40% serem de alguma organização e 15% estarem no processo.

Estes números revelam que o evento até a sua sexta edição vem alcançando breve repercussão diante de uma “arena pública” que ainda está em formação, agregando-se por meio de ações envolvidas com a agroecologia e agricultura orgânica no município de Juiz de Fora, chamando atenção não só pelos debates e temas que estão relacionados ao “consumo consciente” e da “produção orgânica local”, mas também, discussões relacionadas à cidadania, saúde e qualidade de vida através da promoção de palestras, rodas de conversa e oficinas de caráter formativo para os produtores e não produtores. Diante desta perspectiva, pretendo nos próximos capítulos apresentar outros elementos que compõem “arena pública” em formação, sobretudo, quando busco retratar momentos mais atuais e tecnologias sociais da associação.

Diferente das edições anteriores que não participei presencialmente. Durante o 6º Dia Agroecológico que aconteceu no dia 21 de novembro - data na qual não foi escolhida por acaso já que neste dia é instituído o “dia nacional da homeopatia” - pude observar “de perto” algumas pessoas que participaram das palestras, oficinas, trocas de sementes e demais espaços de socialização. Pela manhã, fiquei responsável pela lista de presença e recepção dos inscritos para

o evento, notei que o público era diversificado tendo poucos jovens, muitos adultos e pessoas mais idosas. Segundo dados coletados na lista de presença, o presente público, que não se identificava como produtor rural, era formado por profissionais liberais como cozinheiros, arquitetos e artesãos, tal como, pessoas aposentadas e provavelmente “sitiantes”, que mesmo não envolvidos e lidando diretamente com a produção orgânica, buscavam aprimorar e aprender mais sobre o assunto.

Durante a palestra proferida pela professora Eliete Fagundes sobre a homeopatia na agricultura, os participantes apresentaram questões e contribuíram no debate, através de dúvidas relacionadas com aplicações de doses e composição das substâncias químicas, físicas e minerais homeopáticas não só na agricultura, mas também no uso humano e seus efeitos energéticos, mentais e emocionais na vida cotidiana. Percebe-se que as discussões sobre o tema atravessaram ideias que buscavam integrar o uso de substâncias homeopáticas na agricultura com a saúde humana, ou seja, falar de “homeopatia na agricultura orgânica” dá a entender que todos os seres vivos e suas produtividades precisam interagir de forma harmônica em um mesmo ecossistema pela busca da qualidade de vida (FAGUNDES, 2013)¹⁷.

Pela tarde aconteceram quatro oficinas que também procurei participar um pouco de cada: na microorganismos eficientes (EM); experiência da horta escolar na Escola Saci; como transformar sua atividade orgânica em um negócio rentável; sementes o papel estratégico na produção agroecológica. Durante as oficinas, de modo geral pude observar o interesse das pessoas pela compreensão da complexidade sistêmica da produção agrícola há cerca dos estímulos ambientais apresentados (matéria orgânica, coletar e produzir substratos, produtividade biológica, fungos, plantas, cuidado com o solo, espécies, sementes, meio ambiente e etc), assim, tendo como foco, percepções diferenciadas da natureza e visões sobre a qualidade de vida socioambiental.

¹⁷ FAGUNDES, Eliete M. M. **Retalhos Homeopáticos**, vol I e III, 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Hipocrática-Hahnemanniana, 2013.



Imagem 10: Fotos reunidas do 6º Dia Agroecológico (2019) no Parque Natural Municipal da Lajinha.
Fonte: Arquivos da INTECOOP/MG

Já no final da tarde, aconteceu a “troca de sementes”, momento em que as pessoas podem conferir a diversidade de materiais genéticos que estão sendo resgatados e conservados pelos produtores e “guardiões de sementes” (apresento um pouco mais no próximo capítulo), através das centenas de sementes, raízes e mudas que são disponibilizados e compartilhados durante o “troca-troca” do ritual. No meio da diversidade de cores, sabores e cheiros encontram-se sementes de milhos crioulos, diferentes variedades de grãos, plantas ornamentais, forrageiras, raízes medicinais e até espécies de plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e de outros biomas brasileiros, promovendo assim, amplo diálogo sobre a conservação da agrobiodiversidade e as práticas agroecológicas. Durante o evento também foram distribuídas algumas sementes agroecológicas que foram cultivadas pela cooperativa Bionatur, formada por agricultores e agricultoras assentadas pela Reforma Agrária.

De acordo com as reflexões de Paulino e Gomes sobre o Banco de Semente Comunitário (BSC) criado pelos agricultores familiares no semiárido paraibano, podemos pensar que a construção da “troca de sementes” busca ressignificar uma “nova simbologia” da ruralidade através das práticas agroecológicas, principalmente, quando busca resgatar tradições do campesinato, como o processo de trocas de sementes entre comunidades e outras regiões procurando fortalecer o intercâmbio de saberes e a reprodução do conhecimento local (2015, p. 518)¹⁸.

As trocas de sementes que acontecem como rito de encerramento dos dias agroecológicos, é capaz de agenciar a multiplicidade de artefatos produzidos e de ações mobilizadas pelo movimento da agroecologia na região, principalmente, na Zona da Mata Mineira e suas fronteiras. Sendo também, ao mesmo tempo uma “invenção” novas relações sociais e também uma defesa da “tradição”, preservando e multiplicando sementes da agrobiodiversidade localizadas através de ordens, práticas e fluxos na rede de articulações (PAULINO, GOMES, 2015; LOPES; SCHMITT; VASCONCELOS, 2018).



Imagem 11: Trocas de sementes, produtores compartilham experiências de produção, enquanto apresentam algumas culturas para partilha. **Fonte:** Arquivos do MOGICO.

¹⁸ PAULINO, Jonatta Souza; GOMES, Ramonildes Alves. **Sementes da Paixão:** agroecologia e resgate da tradição. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 53, N° 03, p. 517-528, Jul/Set 2015

Através do MOGICO, o movimento de agroecologia na região tem buscado se afirmar com agenciamentos sociais capazes de fomentar experimentações e articulações através de eventos como o Dia Agroecológico. Uma vez que o coletivo em sua jornada histórica tem procurado caminhar e construir uma ação coletiva no que diz respeito ao ocupar os espaços públicos, de forma apresentar conteúdos socioeducativos e novas possibilidades de discussões da agroecologia, como uma dimensão plural, transdisciplinar, participativo e orientado para ação (MENDEZ; BACON; COHEN, 2013). Particularmente, buscando se direcionar enquanto um coletivo ainda em desenvolvimento, mas capaz de demandar novas políticas públicas a fim de resgatar o conhecimento da agricultura camponesa junto à sociedade juízforana.

Além do mais, também tem sido observado a sua aproximação com o poder público, no decorrer de novas articulações e a introdução de outros atores por meio de representantes da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da prefeitura de Juiz de Fora (SEAPA/PJF). Soma-se a isso as mobilizações de feiras, reuniões coletivas e participações em fóruns na cidade, como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Juiz de Fora (COMSEA) e o Fórum Municipal de Economia Popular Solidária (FOMEPS). Para tanto, brevemente, pretendo retornar nesta discussão no capítulo em que procuro tratar o MOGICO como um meio de desenvolvimento das tecnologias do social, tendo em vista, uma “agenda pública” em formação na região, buscando visibilizar articulações produtivas e a gestão política em torno da agricultura orgânica, agroecologia, economia solidária, saúde e sustentabilidade no município.

Até então, não é possível informar se o número de associados foi crescendo progressivamente com o tempo, já que alguns *mogicanos* contam que algumas pessoas deixaram a associação, ao mesmo tempo em que novas pessoas foram associadas, como um fluxo de continuidades e descontinuidades. Porém, o que pode-se dizer até este momento, é que os “Dias Agroecológicos” contribuíram para a formação e tradução da “identidade coletiva” da associação, no decorrer da “produção simbólica” como movimento da agroecologia e de suas ações coletivas promovidas na região.

Devido ao necessário isolamento social para conter o avanço da pandemia do Covid-19, o MOGICO não realizou novas edições do Dia Agroecológico nos anos de 2020 e 2021. No entanto, o coletivo procurou trabalhar aspectos relacionados com o comércio, produção e certificação que envolvem o movimento da agroecologia na região, principalmente pela demanda e crise econômica provocada pela Covid-19. Organizando de outras maneiras possíveis, o

coletivo teve que se adaptar às reuniões mensais *online*, conversas nas feiras e participações em fóruns e eventos da cidade. Algumas iniciativas também serão apresentadas nos próximos subitens e capítulos, juntamente com o conjunto de ideias e contribuições coletadas na conversação durante as reuniões, encontros, visitas e situações sociais/digitais analisadas e sistematizadas nesta dissertação.

1.3 “MONTE DE GENTE” COMO ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL

A primeira feira do MOGICO foi inaugurada, como visto anteriormente, no ambiente próximo da escola com a participação de Firmino e Liana (o casal de agricultores familiares de Piau/MG), mas progride com a chegada de novos produtores e fornecedores na associação. A primeira foi “Flávia”, que já era liderança no coletivo de mães da escola e também uma das pessoas responsáveis pela articulação do movimento da agroecologia na região, além de ser a interlocutora nas compras de “alimentos biodinâmicos” fornecidos do Rio Grande do Sul, o que a facilitou ofertar alguns produtos também na entrada da escola. Ainda sem uma barraca, expõe os produtos no porta-malas do seu carro e de forma simples começa vender alguns produtos minimamente processados como arroz, farinhas, molhos, geleias e outros tipos de grãos certificados como orgânicos e que são difíceis de encontrar no mercado local.

Flávia, antes de se tornar uma fornecedora, também foi agente fundamental para a constituição da associação MOGICO, estando presente desde o tempo das primeiras experimentações feitas no entorno do grupo apoiado pelo PRÓ-ORGÂNICO no início dos anos 2000. Flávia além de mãe ativa nos processos cooperativos da Escola Paineira Waldorf, tem formação profissional em Ciências Sociais, porém não chegou a seguir carreira acadêmica e trabalhou boa parte de sua vida no setor público e administrativo. Ela me disse durante uma conversa que já vinha buscando alimentos orgânicos, e inclusive, tendo feito alguns cursos de agricultura biodinâmica, agrofloresta e permacultura, bem como, realizado pequenas experiências produtivas a partir destes ensinamentos.

De modo geral, não chegou a ter grandes resultados e percebeu que era difícil conciliar a sua vida profissional com as pequenas experiências produtivas em sua casa, localizada em um condomínio fechado na cidade e também as que aconteciam em uma pequena propriedade de sua família na zona rural, todavia, ela diz que nunca deixou de “procurar produtores a quem confiar”. Assim sendo, presente em todo o processo de formação e aproximação com os produtores de

Piau/MG, decide além de ser uma “consumidora” fortemente comprometida com a associação, se tornar uma “fornecedora” na feira e suprimindo uma falta do mercado local ao (re)vender alimentos minimamente processados vindos de outros produtores provenientes do grande mercado de produtos orgânicos.

Os pequenos produtores “Leandro” e “Aruna” também formaram uma das primeiras barracas da feira da associação ocorrida na escola. Leandro foi um dos primeiros *mogicanos* com quem tive o contato, em 2016, quando ajudei a construir sua casa através de um programa de aprendiz em bioconstrução promovido pelo coletivo Taba Bambu na Fazenda Ananda Kiirtana, comunidade espiritual localizada próximo de Belmiro Braga/MG. Logo depois, tive a oportunidade de participar de um curso de Sistemas Agroflorestais promovido por Leandro e seus parceiros também na Fazenda Ananda Kiirtana. Durante este curso tive um primeiro contato com as experiências de produção, manejo e recuperação ambiental de acordo com as técnicas de Ernst Götsch, suíço que ganhou destaque no Brasil através da popularização dos Sistemas Agroflorestais (SAF).

O pequeno produtor Leandro começa a realizar a feira com seus produtos agroflorestais a partir de um convite da própria associação após aproximações que aconteceram durante eventos ocorridos pelo movimento da agroecologia na região, como também, através da mobilização realizada pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia Ewè (NEA-EWÈ), coordenado pelo professor Leonardo Carneiro (UFJF) em trabalhos de pesquisa e extensão intermediados com estudantes e pequenos produtores da região. Vale destacar que Aruna, mulher trans, nordestina, ativista política e socioambiental, grande cozinheira, que também é comadre de Leandro e moradora da comunidade na Fazenda Ananda Kiirtana, fica responsável pelas vendas da barraca. Mais a frente, Leandro e Aruna decidem inaugurar a Pani Orgânicos, a primeira panificadora com a certificação de produtos orgânicos da região.

As Anas junto com o casal de produtores “Zé” e “Lia”, foram fundamentais para rastrear, convocar e sensibilizar pequenos produtores e agricultores familiares tanto para a conversão à produção orgânica de alimentos no coletivo, como para integrar nos cursos de formação em Agroecologia Biodinâmica no sítio Pachamama. Através deles, apareceram os agricultores familiares “Reinaldo”, “Cleiton”, “Seu Chico” e “Russo”, cada um também apresenta características culturais específicas bem como modos de fazer agricultura, busco relatar um pouco mais a trajetória de cada um mais a frente no desenvolvimento deste estudo.

Em 2014, o coletivo decidiu aumentar o número de feiras. Além das semanais que aconteciam na escola, inauguram uma pequena feira mensal de produtos agroecológicos e orgânicos localizados em um centro comercial no bairro próximo da escola, tendo a participação de produtores que ainda não eram certificados, mas que integravam a Organização de Controle Social (OCS) estabelecida simultaneamente na fundação da associação MOGICO.

A criação de uma Organização de Controle Social (OCS) é reconhecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) como uma das maneiras possíveis de garantir a “qualidade orgânica”, uma vez que é compreendido como dispositivo sociotécnico que gera “credibilidade” e está apoiada na “interação de pessoas ou organizações, com base na confiança, participação, comprometimento, transparência e responsabilidade solidária” (MAPA, 2020, p. 13).

Das obrigações da OCS podemos destacar dois pontos fundamentais:

- Promover ações de natureza preventiva a regulamentação e produção orgânica;
- Ajudar nas resoluções de não conformidade para o aperfeiçoamento dos Sistemas Produtivos Orgânicos.

Por exemplo, um caso interessante sobre OCS na produção agroalimentar é a Rede Maniva de Agroecologia (REMA) do Amazonas, formada pelo “comprometimento” de produtores, técnicos, estudantes e consumidores assim como baseado nos princípios da agroecologia, que já conseguiram fomentar a geração de 11 OCS cadastradas no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO). É preciso destacar que REMA trabalha a formação das OCS a partir da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e define a “agroecologia como matriz disciplinar” procurando ampliar os horizontes e as capacidades das famílias agricultoras no campo da produção agroalimentar (MAPA, 2020, p. 30).

A formação da Organização do Controle Social (OCS) do MOGICO teve como base as mobilizações arquitetadas pelo “movimento de agroecologia”, através de consumidores, poucos produtores e técnicos que buscavam consumir produtos que eram acima de tudo orgânicos e agroecológicos locais. Em tese, a OCS do MOGICO procura não só a valorização e construção do mercado local de produtos orgânicos, como também produzir eventos de formações e reflexões políticas sobre a saúde, qualidade de vida e bem comum relacionados com a agroecologia, agricultura orgânica, economia solidária e associativa na cidade de Juiz de Fora.

1.3.1 Organizando a comercialização

No ano de 2015, o MOGICO chega a iniciar outra feira localizada no centro comercial Alameda, um pequeno shopping localizado no bairro Altos dos Passos, na cidade de Juiz de Fora. Mas foi apenas em 2017 que o MOGICO conseguiu adquirir um kit feira, composto por barracas, caixas plásticas e jalecos, especialmente, através da mediação da EMATER/MG com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário (SEDA).

A partir disso, o MOGICO inaugura a primeira feira de produtos orgânicos em um espaço público em Juiz de Fora, localizado na praça do Bom Pastor próximo ao centro da cidade. Enquanto no ano de 2018, através da articulação que se avançou entre a INTECOOP/UFJF e o MOGICO, também se inaugurou uma feira de produtos orgânicos no campus da UFJF. Vale frisar que as feiras na praça do Bom Pastor acontecem aos sábados no período de 08 horas até as 12 horas e as feiras do campus universitário acontecem todas às segundas no período de 14 horas até as 18 horas.



Imagem 12: As fotos representam a distribuição das barracas que por via de regra buscam formar um grande círculo semelhante ao símbolo da associação, as duas imagens superiores formam um visão panorâmica da feira na praça cívica da UFJF, enquanto as três horizontais e inferiores retratam alguns momentos na feira da praça do Bom Pastor que também encontra suas barracas distribuídas em formato circular. **Fonte:** Arquivo MOGICO.

Pode-se dizer que o número de produtores orgânicos que participam das feiras semanais em média tem variado entre 6 a 10 participantes distribuídos em torno de 8 a 12 barracas da associação, mas os espaços chegam a ter disponibilidade para 14 a 16 barracas. Visto que muitos acabam revendendo alguns produtos de outros produtores orgânicos da associação, que, por sua vez, não participam das feiras, tanto pela falta de volume produtivo capaz de abastecer uma barraca durante o período da feira, como pela prioridade que se dá individualmente para outros canais de venda direta, como em pequenas cestas sazonais e quitandas na região.

Devido à falta de mercadorias “certificadas” como alimentos orgânicos na região, alguns feirantes acabam expondo produtos de outras regiões mais distantes - produtos que chegam do Sul de Minas, Rio de Janeiro e até da região do Rio Grande do Sul - sendo canais que estão diretamente relacionados com os “produtores de origem”, enquanto boa parte vem de São Paulo e distribuídos pela Centro de Abastecimento de Juiz de Fora em uma pequena unidade ofertada de alimentos orgânicos, no entreposto da CEASAMINAS.

Em seguida, apresento uma lista de produtores associados que participam com maior frequência na feira que acontece na praça do Bom Pastor e no campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, organizadas pelo coletivo de produtores e feirantes da associação MOGICO durante o período de 2020 - 2022:

PRODUTORES / FEIRANTES	Nº DE BARRACAS	TIPOS DE PRODUTOS/APTIDÃO	ENQUADRAMENTO
Sandra, filha e funcionários	2	Verduras, frutas cítricas, tubérculos, raízes, micro verdes, flores comestíveis e ovos orgânicos com algumas variedades de fora (SP)	Agricultores de origem urbana, propriedade familiar herdada, pequena unidade produtiva com entreposto de ovos orgânicos, entrega de cesta coletiva e particular durante a semana.
Firmino, Liana e familiares	3	Verduras, legumes e frutíferas, especialmente, bananas de	Agricultores familiares, tradição da cultura local,

		diferentes variedades	unidade produtiva familiar com foco na cultura da banana, cesta coletiva durante a semana, cesta particular entrega na feira e outros mercados regionais (RJ)
Flávia	1	Arroz, farinhas, molhos, geleias e outros tipos de grãos certificados como orgânicos de fora (SP, Sul de Minas e Sentinela do Sul/RS)	Feirante, empreendedora ecológica, revendedora de processados e alimentos orgânicos, com pequenas experimentações de agroecologia biodinâmica em sua propriedade familiar urbana.
Wagner e parceiros	3	Tubérculos, verduras, folhas, especializado em batatas, com algumas variedades de fora (SP)	Agricultores de origem urbana, pequena unidade produtiva arrendada e com parceria rural/empresarial, entrega de cesta coletiva e particular durante a semana
Cleiton e Jess	1	Verduras, legumes e raízes sazonais	Agricultores familiares, pequena unidade produtiva familiar, propriedade arrendada, parceria com meeiros, experimentações agropecuárias com a criação de animais, manejo agroecológico e extrativismo florestal
Reinaldo	1	Verduras, legumes e raízes sazonais	Agricultor familiar, pequena unidade produtiva familiar, experimentações agropecuárias, criação de

			animais e parcerias rurais
Leandro e Aruna	1	Produtos de padaria, geleias, molhos, farinhas, laticínios de fora (outros produtores associados, Sul de Minas, RJ)	Agricultores de origem urbana, unidade produtiva com entreposto para processados orgânicos, panificadora, dentro da comunidade espiritual

Tabela 1: Lista de produtores orgânicos participantes no espaço de comercialização MOGICO, podendo ser alterado a qualquer momento devido a flexibilização de produtores que participam e/ou se ausentam dos espaços de comercialização. **Fonte:** Dados fornecidos através da associação e organizados pelo autor.

Também há produtores associados do MOGICO que não aparecem na lista (Tabela 1), uma vez que não participam “diretamente” como “feirantes” ao expor e comercializar seus produtos nas barracas das feiras de alimentos orgânicos. No entanto, como modo de cooperação e de parcerias entre os *mogicanos*, muitos produtos processados e alimentos orgânicos dos produtores associados não participantes diretamente da feira, acabam sendo repassados e comercializados por alguns feirantes da associação e assim completando a oferta disponível de produtos orgânicos da região. Mais a frente, apresento a lista completa dos produtores da associação MOGICO.

A seguir, apresento uma breve descrição de acordo com minhas anotações de campo em dias de Feira que acontecem aos sábados pela manhã no MOGICO, busco explicitar observações que tive junto com produtores/feirantes e consumidores/comedores durante as visitas na praça. Além disso, destaco características que estão no entorno desse “espaço social alimentar” ocupado pelos *mogicanos*.

Box 1. Feira Orgânica do MOGICO na praça do Bom Pastor

A principal feira orgânica do MOGICO acontece aos sábados pela manhã na praça do Bom Pastor, localizado na Zona Sul de Juiz de Fora. Dentro de um bairro nobre da cidade, a praça está cercada por prédios e casas de alto valor e padrão aquisitivo comparado a outros espaços urbanos da cidade. Na adjacência da praça, existe um Clube e uma Igreja Católica, em que ambos também levam o nome do bairro Bom Pastor, no caso da Igreja também há um salão paroquial que foi por muito tempo usado pelos *mogicanos* em reuniões presenciais, que ocorre tradicionalmente nos terceiros sábados do mês, no horário de 13 horas, logo após a feira.

Durante os sábados, a praça é frequentada por famílias formada por idosos, adultos e crianças, também grupos de ginásticas, dança e yoga, além de esportistas no geral. Em relação a infraestrutura, é importante reconhecer que a praça oferece ótimas instalações comparada a outros espaços de lazer na cidade, com uma academia ao ar livre, parquinhos de diversão para crianças, assim como para os animais de estimação (espaço

também chamado de “Parcão”). Os primeiros feirantes do MOGICO começam a chegar por volta das 05:00 da manhã, já que é preciso entrar com os veículos pesados dentro da praça para descarregar os produtos e alimentos próximos de onde também são instaladas as barracas de feira. Próximo ao espaço da feira orgânica do MOGICO, do outro lado da praça, também acontece outra feira só que relacionada com artesanatos, alimentos e demais produtos de origem processada, vale dizer que as feiras mesmo ocorrendo no mesmo horário e dia, elas se encontram separadas, não só pela disposição geográfica, mas também pelos tipos de barraca, uma vez que as barracas do MOGICO contém uma característica padrão de barracas da agricultura familiar no município (cores verde e branco), enquanto as barracas da outra feira não contém um padrão, sendo basicamente tendas com mesas improvisadas. A distância entre as feiras também busca seguir as normas de segurança exigidas pela legislação brasileira da Produção Orgânica, onde não é permitido que ocorra em um mesmo espaço, isto é, na mesma barraca, a comercialização de outros produtos que não contém o selo de identificação de Produto Orgânico.

Vale dizer que recentemente houve algumas parcerias para a promoção de feiras integradas, podendo trabalhar temáticas como o “Dia do Meio Ambiente” e “Dia da Alimentação Saudável”, chamado também de “Super-Feira”, onde os dois espaços de feira unificaram ao centro da praça, contando com oficinas, intervenções artísticas e outras promoções relacionadas com as temáticas. É importante destacar que quando ocorreu uma parceria entre as duas feiras, os feirantes (ambas feiras) relataram que houve um pequeno aumento de vendas, além da circulação de novos clientes que antes não chegaram a conhecer o espaço da feira, tanto de uma como da outra.

Existem consumidores “fiéis” ao ambiente da feira do MOGICO, sendo um público que aparece no mesmo horário, ou próximo daquele conveniente. Há também consumidores que aproveitam o espaço da feira para retirada de produtos em cestas que já foram selecionadas e pedidas anteriormente, como há também aqueles que aparecem de forma esporádica, às vezes, uma a duas vezes por mês. Muitos dos que frequentam o “espaço social” da feira também são aqueles que aproveitam o espaço da praça para a prática de lazer, por exemplo, as caminhadas no seu entorno. Dentro desse público, há aqueles praticantes de yoga que normalmente, assim que terminada a prática, aparecem na feira para comprar alguns produtos e conversar sobre determinados assuntos sobre a alimentação com os feirantes dos quais existe uma certa familiaridade. Entre este público interessante estão aqueles que se encontram relacionados com a Escola Paineira Waldorf, como pais e mães acompanhadas de suas crianças que não deixaram de frequentar a feira do MOGICO, bem como professores, professoras e gestores e gestoras no geral.

De modo geral, a feira do MOGICO é um espaço social para além de apenas comercialização de produtos e alimentos orgânicos, pois é, acima de tudo, um espaço de socialização, marcado pela sociabilidade de pessoas interessadas não só no cultivo e consumo de alimentos orgânicos, mas também em assuntos conectados com temáticas sobre a sustentabilidade, alimentação saudável como receitas vegetarianas e veganas, práticas e movimentos regenerativos, educação ecológica e demais temas integrados a este universo relacional que se encontra entre a agroecologia e agricultura orgânica.

Nos primeiros meses da Covid-19, as feiras da associação tiveram que ser suspensas para conter a circulação do vírus. Em busca de adaptar os processos de comercialização como reação à crise, o MOGICO procura mobilizar o uso da internet através de uma “loja virtual” a seu favor por meio de um site de vendas, onde começam a ofertar diversos produtos e alimentos orgânicos que são disponibilizados para montagem de uma “cesta coletiva” através de produtos integrados na associação¹⁹.

Tal estratégia coletiva e tecnológica, procura atender não só as necessidades do “consumidores de alimentos orgânicos” de forma digital no mercado local, mas também de

¹⁹ Para ter acesso: <https://cestamogico.lojaintegrada.com.br>

agricultores familiares e pequenos produtores orgânicos do MOGICO que enfrentam maiores dificuldades econômicas de acesso às feiras e ao mercado de qualidade orgânica em geral.

Nota-se que a geração de mais um canal de comercialização tem criado novas relações e interconexões de trabalho, como fluxo de cooperação entre produtores e colaboradores responsáveis pela logística de funcionamento no arranjo sociotecnológico da “cesta mogico”.



Imagem 13: Divulgação da cesta coletiva do MOGICO disponibilizada em suas redes sociais, o “hoje” escrito na figura é referente aos domingos quando a plataforma fica disponível para encomendas.

Fonte: Arquivos do MOGICO.

A divulgação da cesta coletiva do MOGICO é feita na multiplataforma do *Instagram*, onde são realizadas postagens que geralmente ocorrem entre três a quatro vezes durante a semana, tendo como prioridade não só a divulgação da loja virtual, mas também, a propagação de eventos, sujeitos e temas vinculados com os valores e práticas cultivadas pelos *mogicanos*. Ao observar de modo online as práticas sociais no perfil do MOGICO, é possível visualizar registros e interações de eventos que acontecem como produtos culturais, levando em consideração a “apropriação”, assim como, a “performance” que os atores sociais fazem na internet, ao reconfigurar novos estilos de relacionamento e novas formas sociabilidade sobre o campo *online* (RIFIOTIS, 2016; PEREIRA; MENDES, 2020).

No terceiro capítulo retorno a discussão sobre a “cesta coletiva”, enquanto empreendimento coletivo e tecnológico da associação, visto como um processo de incorporação

da vida associativa em plataformas tecnológicas, buscando direcionar a produção e planejamento dos produtores no mercado de alimentos orgânicos da região.

O MOGICO desde sua formação tem encaminhado resultados significativos em busca de estabelecer um mercado local da agricultura orgânica, graças ao comprometimento de parceiros e colaboradores, como os técnicos da EMATER/MG, bem como consumidores desde a escola até os dias atuais que apoiaram a constituição da associação. Assim, a associação tem conseguido expandir e construir canais coletivos do mercado de produtos orgânicos na região, principalmente, através das feiras e vendas diretas e online.

No entanto, dando significado a expressão popular que “nem tudo são flores”, ainda se encontram muitas dificuldades e “gargalos” em torno da “vida comum” dos *mogicanos*, sobretudo que diz respeito à participação de outros membros associados em tomadas de decisões, tendências individuais e processos ainda em andamento, o que tem sobrecarregado poucos produtores que estão na linha de frente da associação. Além da falta de produtos semanais nas feiras e cestas coletivas, o que faz com que muitos dos produtores orgânicos da microrregião de Juiz de Fora comprem “produtos de fora” - a grande maioria produtos orgânicos na região de São Paulo - o que tem sido motivo de bastante discussão entre os feirantes que buscam suprir a falta de produtos nas barracas e nos estoques de venda.

Ao que tudo indica, a vida dentro da associação demanda não só bastante engajamento em fóruns e assembleias públicas em torno dos projetos de lei, mas também a participação de processos que visam amplificar o trabalho dos produtores orgânicos na “arena pública”, por exemplo, como “adoção de feiras” em busca de outros espaços de comercialização na cidade que estão dentro das discussões sobre a documentação de “utilidade pública” que visa maior participação da associação em espaços públicos; e a lei de incentivo à “economia solidária” que busca incentivar os empreendimentos econômicos através do poder público.

Alguns *mogicanos* reconhecem estas dificuldades como uma consequência da falta de “planejamento coletivo”, enquanto uma necessidade de estratégia que dê preferência ao aumento da escala de produção, certificação de novos produtores, comunicação interna e externa e demais questões que estão associadas a organização e profissionalização da associação, bem como, dos produtores. Além disso, o coletivo também encontra dificuldades em padronizar e precificar os produtos orgânicos da produção local, o que provavelmente pode ser reflexo da falta de uma

elaboração estratégica, planejamento financeiro e comunicação integral que encontra-se desalinhada com os investimentos pessoais de cada produtor.

De toda forma, antes de avançar ainda mais nas discussões internas da organização, vale destacar neste processo de construção social a parceria estabelecida com o Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (OPAC/ABIO) que possibilitou a “certificação” continuada dos alimentos orgânicos da agricultura orgânica, através de um Sistema Participativo de Garantia (SPG) envolvendo as unidades produtivas associadas ao MOGICO.

1.3.2 A formação do Sistema Participativo de Garantia do MOGICO

O Sistema Participativo de Garantia (SPG) cumpre o objetivo de fiscalizar a qualidade orgânica através de um organismo social que é constituído por um grupo de representantes associados. Possuindo uma personalidade jurídica própria - estatuto social e regimento interno - o SPG tem como finalidade atribuir responsabilidade participativa e compartilhada, capaz de certificar e garantir a produção dos membros presentes de uma determinada associação (ALVES, SANTOS, AZEVEDO, 2012, p. 24).

A heterogeneidade presente neste coletivo de produtores, consumidores e técnicos do MOGICO, em termos do saber-fazer da agroecologia, trouxeram grandes experimentações, formações e saberes que foram baseados tanto em conhecimentos técnicos, como populares. Sobretudo, por meio da sua diversidade sociocultural, levando em consideração que a associação é formada por pessoas de diferentes localidades, idades, identidades de gêneros, raças e classes sociais. Nota-se também que o “entrelaçamento” entre distintas trajetórias de vida, práticas, relações e concepções da realidade social que se encontra em cada associado favoreceu o avanço de processos socioeconômicos e boa parte do que tem sido planejado e experimentado no próprio coletivo.

Todavia, considerando a necessidade da certificação da produção orgânica de acordo com as exigências estabelecidas na regulamentação brasileira para adentrar no restrito mercado de produtos e alimentos orgânicos, a diversidade sociocultural dos produtores tornou-se, paradoxalmente, tanto sustentação, como empecilho para elaborar um padrão de avaliação participativo. Visto que dentro das diferenças existem a “desuniformidade na forma como cada integrante avalia a conformidade orgânica das unidades de produção ” (SOARES, 2018, p. 20). Isto

quer dizer que mesmo existindo uma complexidade de modos de saber-fazer agricultura, a associação teve que se adequar através de uma exigência técnica que está regulamentada nas diretrizes do MAPA sobre a produção da agricultura orgânica, enquanto um *causa comum* pelo *bem da associação* capaz de gerar consenso entre os produtores, além de “garantir acesso” e facilitar ação tecnológica e metodológica do Sistema Participativo de Garantia (SPG). O que tornou evidente a “capacidade de recriação e configuração em constante processo de atualização” do próprio movimento da agroecologia entre a encruzilhada de saberes e práticas na própria organização dos *mogicanos* (SILVA JUNIOR, DE BIASE, 2012, p.8)²⁰.

Para tanto, se fez necessário a formação de um “protocolo de apoio” para avaliação da conformidade orgânica dos produtores associados ao MOGICO, enquanto uma solução capaz de orientar a fiscalização técnica e certificação participativa, onde o coletivo se organiza em “visitas de pares” para cumprir os procedimentos. Além de tudo, serve como processo de entrada no Sistema Participativo de Garantia (SPG) coordenado pelo Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (OPAC/ABIO). Vale lembrar que procuro retornar com mais detalhes sobre os procedimentos de visita e da metodologia participativa, bem como, suas contradições, adiante no próximo capítulo.

De modo geral, entende-se que o SPG pode ser compreendido como uma “metodologia de avaliação da conformidade”, arquitetado por uma rede formadora e agregadora de agricultores e colaboradores (técnicos, consultores, consumidores, parceiros e instituições) que atuam de modo participativo em “visitas de verificação” e atividades em pares (mutirões, visitas aos vizinhos, reuniões de planejamento, encontros formativos e etc.) com interesse na produção, capacitação e certificação orgânica (HIRATA; ROCHA, 2020).

Os *mogicanos* decidem ingressar como “subgrupo” presente no SPG formado pela ABIO, devido à proximidade territorial entre a microrregião de Juiz de Fora e a região serrana do Rio de Janeiro, tendo a possibilidade de incluir Juiz de Fora no mapa operacional de atuação da OPAC/ABIO. É preciso lembrar que a aliança entre o MOGICO e a ABIO começa a ser estabelecida ainda no ano de 2016 quando aconteceu o 3º Dia Agroecológico, uma vez que neste

²⁰ SILVA JUNIOR, Roberto Donato da; DE BIASE, Laura. **Na encruzilhada dos saberes e práticas**: inserções antropológicas sobre estranhamento e alteridade no interior da Agroecologia. Revista Brasileira de Agroecologia 7(2): 3-18 (2012).

encontro estiveram presentes representantes da SPG/ABIO, autoridades da agricultura orgânica da região e instituições como o próprio MAPA que chegaram a firmar um compromisso social.

A formação do SPG associado ao MOGICO como subgrupo presente na metodologia de avaliação da conformidade do SPG/ABIO, sendo chancelado pelo OPAC/ABIO, ocorre durante 1º curso de Agroecologia Biodinâmica, quando se teve um módulo específico tratando de formalizar o coletivo sobre o funcionamento dos processos participativos da certificação da produção orgânica de alimentos.

Naquele período as administrações dos processos de certificação ficaram a cargo de um “facilitador”, espécie de papel institucional onde quem ocupa esta posição pressupõe dominar os princípios dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs), buscando alinhar de acordo com as normas técnicas os procedimentos operacionais do manejo orgânico junto com os produtores, além de estabelecer ações de apoio e aperfeiçoamento das unidades produtivas.

Função desempenhada por “Rick”, técnico agrônomo que trabalhou muitos anos prestando consultoria na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG). Atualmente, como aposentado, cumpre um papel fundamental desde a origem do MOGICO, conhecido por ser aquele que controla o canal de comunicação com a OPAC/ABIO no Estado do Rio de Janeiro, ou seja, todos os processos de certificação da agricultura orgânica dos produtores orgânicos da associação passam por suas mãos. Por causa do seu conhecimento e experiência profissional, Rick se tornou uma referência para os produtores orgânicos, quando é preciso esclarecer alguma dúvida relacionada à produção e legislação da agricultura orgânica, na maioria das vezes, além de organizar as “visitas de verificação” ele também é a pessoa a ser requisitada nas conversações técnicas da associação. Além de assumir o papel de facilitador, Rick também investe o seu tempo como consultor em trabalhos relacionados com a homeopatia na agricultura, e recentemente disse que está começando como parceiro em um novo projeto de produção frutífera localizado em Santos Dumont, município próximo de Juiz de Fora. Em seguida, apresento uma tabela de produtores orgânicos participantes do MOGICO e que também formam o SPG na região de Juiz de Fora:

PRODUTORES	UNIDADE PRODUTIVA	LOCALIDADE	DISTÂNCIA EM QUILÔMETROS DE JUIZ DE FORA

Lucia	Sítio da Lage	Humaitá	36 km
Maurício	Fazenda Reserva	Humaitá	20 km
Reinaldo	Sítio Santa Ana	Rosário de Minas	60 km
Cleiton e Jess	Fazenda São Geraldo	Igrejinha	40 km
Sandra	Sítio da Lagoa	Barreira do Triunfo	30 km
Bebeto, Vania e Bia	Fazenda Lagoa Dourada	Valadares	60 km
Seu Chico	Sítio Pitangueira	Santa Bárbara do Monte Verde	60 km
Leandro e Aruna	Padaria Panis	Belmiro Braga	26 km
Wagner	Viva Orgânico	Belmiro Braga	25 km
Miguel	Sítio Olhos d'água	Chácara	18 km
Guilherme	Fazenda do Vale	Matias Barbosa	30 km
Zé e Lia	Sítio Pachamama	Penedo	35 km
Alex	Sítio Gravatá	Ponte Nova	220 km
Russo	Ainda não informado	Goianá	40 km
Firmino e Liana	Sítio do Catumba	Piau	45 km
João Antonio	Fazenda Alegria	Pequeri	55 km

Tabela 2: Lista de produtores orgânicos participantes do SPG associado ao MOGICO. **Fonte:** Dados fornecidos através da associação e organizados pelo autor.

Nesta tabela apresento uma primeira organização dos produtores orgânicos da associação a partir de uma lista que foi atualizada em 2020, adotei como critério “nomes fictícios” por uma questão de sigilo de pesquisa e para resguardar os participantes deste estudo. Alguns já foram apresentados durante a primeira parte deste capítulo devido à atuação e protagonismo dos fatos retratados, ainda assim, pretendo expor os outros participantes a partir das experimentações que serão retratadas durante a dissertação.

Uma pequena parte de meus interlocutores pertence ao grupo de atores que não atuam diretamente na “produção” e, portanto, não entraram diretamente na tabela de produtores orgânicos da associação. Além do mais, alguns desempenham papéis paralelos, institucionais e administrativos, relacionados a outras arenas da “vida associativa”, como na administração dos processos de certificação e atuação no Sistema Participativo de Garantia (SPG), bem como, de propostas, princípios e valores educativos e filosóficos.

Adiante, discorreremos um pouco mais a categoria de produtores orgânicos como agricultores e agricultoras de origem urbana, como também da agricultura familiar, observando suas trajetórias, estilos de vida e comportamentos imbricados com o desenvolvimento da Agricultura Orgânica (AO) como conceito histórico.

2. ESTILO DE VIDA NA AGRICULTURA ORGÂNICA

Tendo como base uma ciência agrária em busca de agriculturas com princípios biológicos e inovações ecológicas, inspirada em antigas técnicas e práticas enraizadas profundamente em várias localidades do mundo, como na Índia, China e nos Andes²¹, o conceito de Agricultura Orgânica (AO) surge ainda no início do século XX, correspondendo à reunião de ideias, valores e práticas fundamentadas particularmente nos mundos de língua inglesa e alemã. Naquele tempo, as primeiras organizações da agricultura orgânica além de disseminar discussões e resultados de pesquisas sobre práticas biológicas na agricultura como cultivo do solo, compostagem, adubação orgânica e rotação de cultura, também enfrentaram uma crise ecológica, social e econômica que instaurou entre duas Guerras Mundiais (VOGT, 2007; SCHÖSLER, et. al., 2013).

Crítica ao desenvolvimento da agricultura industrial, contestando os impactos sociais e ambientais na sociedade, a produção orgânica é conhecida pela difusão de conhecimentos práticos com base em princípios ecológicos, servindo para o manejo de sistemas produtivos regulamentados pela institucionalização do movimento internacional da Agricultura Orgânica (AO) (FONSECA, 2005). É importante destacar que muitos dos princípios ecológicos foram inspirados por um conjunto de organizações sociais e ambientais que buscaram defender moralmente *modos de vida* e hábitos alimentares cada vez mais conectados com a “natureza”, considerando uma racionalidade moderna e ocidental sobre a geração de energia e matéria prima em busca de “recursos naturais” sustentáveis. Sendo assim, boa parte da difusão de ideias relacionadas com a AO foram formuladas incisivamente a partir das visões de “movimentos reformistas” que surgiram entre o século XIX e XX, tendo em vista o pioneirismo social, político e filosófico do *Lebensreform* na Alemanha e *The American Food Reform* nos EUA (ORMOND, et. al. 2002; VOGT, 2007; ALVES, et. al., 2012; SCHÖSLER, et. al., 2013).

Já no Brasil, a AO só começa a ter alguma visibilidade graças à abertura e o avanço de sistemas, técnicas e práticas de *agricultura alternativa* no território agrário brasileiro, em particular iniciada na década de 1970 através da sociedade civil incorporada pelos movimentos sociais, organizações camponesas e diversas iniciativas de produção e experimentação que começaram a surgir naquele período. As *práticas agrícolas alternativas* continuaram a

²¹ A obra de Albert Howard (1873-1947), pesquisador inglês, que, escreveu sobre as técnicas agrícolas de compostagem e adubação orgânica na Índia que estão reunidas no seu livro *An Agricultural Testament* (1940) é vista como um ponto de partida para os estudos sobre a agricultura orgânica e/ou agricultura sustentável.

disseminar organizações e tecnologias até os anos 90, quando passou a se afirmar a Agroecologia como uma referência conceitual e metodológica, fortalecendo políticas de incentivo a agricultura familiar e produção orgânica (SCHMITT, 2013; DA COSTA, et. al. 2015).

É somente a partir da década de 90 (século passado) que se consolida a construção do mercado de alimentos orgânicos, primeiramente nos países do hemisfério norte, o que trouxe como efeito a corrente valorização simbólica da produção e comercialização, principalmente, através da “institucionalização do mercado de alimentos orgânicos” por meio dos processos de “certificação”, especialmente baseados nas primeiras regras e instruções normativas da *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM)²² e do *Codex Alimentarius*²³ (FONSECA, 2005; GUIMARÃES, 2017).

Do ponto de vista da organização em nível internacional, as normas básicas apresentadas sobre a Agricultura Orgânica (AO) consideram o impacto social e ecológico agroalimentar, enquanto modelo de produtivo e econômico capaz de ofertar alimentos produzidos de forma justa e com métodos sustentáveis, agregando alto valor nutritivo e qualidades vitais para o consumo na sociedade (IFOAM, 1998)²⁴.

A produção orgânica no Brasil também segue boa parte das normas básicas da IFOAM. Contudo, as instruções normativas brasileiras encontram-se de acordo com os cuidados do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG) - autarquia federal articulada em esferas estaduais que reúne entidades responsáveis por fiscalizar e reproduzir a regulamentação brasileira nos Estados, assim como, acompanhar o credenciamento de produtores orgânicos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Os *mogicanos* buscam seguir a regulamentação brasileira da Agricultura Orgânica (AO) já que faz parte dos princípios e do estatuto constituído na associação, tendo em vista o

²²A IFOAM é uma instituição que foi fundada em novembro de 1972, a partir de um esforço histórico de diversos movimentos, escolas de pensamento e associações que sentiram a necessidade de coordenar suas atividades em um nível internacional. Geier (2007, p.177) apresenta uma série de atores que se destacaram e contribuíram na fundação da IFOAM apontando cinco organizações que reuniram em Versalhes, no dia 5 de novembro de 1972: *Soil Association* (Reino Unido); *Swedish Biodynamic*; *Soil Association of South Africa*; *Rodale Press* (USA) e *Nature et Progrès* (France).

²³ Programa fundado em 1963, através da parceria entre a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) com objetivo de estruturar normas internacionais na área da alimentação, incluindo padrões, regras e guias sobre as Boas Práticas e de Avaliação de Segurança e Eficácia.

²⁴ IFOAM. General Assembly em Mar Del Plata. Argentina, Nov. 1998. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2013/09/IFOAM_alimentosorganicos.pdf>.

compromisso social fundamentado em sua formação coletiva. Sendo assim, procurei observar algumas conversações e situações sociais ao longo deste capítulo, considerando o papel fundamental da confiança e regulamentação na vida associativa.

Seguindo de acordo com a ordem de institucionalização da Agricultura Orgânica (AO) no Brasil, vale ressaltar que alguns *mogicanos* também participam e precisam participar de espaços de decisão que são fundamentais para assegurar e manter o funcionamento do Sistema Participativo de Garantia (SPG). Tal como ocorre através da participação de “Zé” nas assembleias da SISORG/MG, “Rick” e “Leandro” nas reuniões da OPAC/ABIO, além de outros atores e suas atividades produtivas não ligadas com a agricultura, mas que acabam envolvendo outros processos associativistas e políticos, bem como, o cumprimento de agendas burocráticas na arena pública da grande região²⁵.

Por outro lado, pensando na reconstrução histórica do MOGICO (apresentada no primeiro capítulo)²⁶, como uma organização coletiva que teve em sua formação ideias, crenças e práticas, a partir de princípios filosóficos e espirituais da antroposofia, também é possível afirmar que muitos *mogicanos* se associaram a procura de reunir suas crenças, idéias e práticas reformistas na sociedade dos dias de hoje. Principalmente, tendo como referência, aqueles defendidos pelos reformistas alemães do *Lebensreform* que procuraram defender uma *reforma da vida*, mas também, através do avanço científico ocidental, o resgate de valores ancestrais e culturas milenares, da mesma maneira que buscaram inspiração nas relações com a natureza em outros povos asiáticos, americanos e africanos (VOGT, 2007; SCHÖSLER, et. al., 2013).

Schölesler et. al. (2013) buscam caracterizar o comportamento reformista na contemporaneidade como algo consequente de uma tendência social e consciência universal, levando em consideração a *espiritualidade contemporânea* na qual é atravessada por princípios éticos, morais e suas manifestações na sociedade, procurando estimular os indivíduos a

²⁵ Destaca-se o Projeto de Lei estadual de Minas Gerais nº 23.207/2018, que institui a Zona da Mata mineira como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica e dá outras providências, apresenta o artigo 2º o Polo de Agroecologia e de Produção Orgânica da Zona da Mata mineira orienta-se pelos seguintes princípios: I – desenvolvimento sustentável; II – participação e protagonismo social; III – preservação ecológica com inclusão social; IV – segurança e soberania alimentar; V – diversidade agrícola, biológica, territorial, paisagística e cultural; VI – reconhecimento da importância dos movimentos de agroecologia, da agricultura familiar e dos povos tradicionais para a agrobiodiversidade e a segurança alimentar. Para consulta, BRASIL. Lei n. 23.207, de 27 de dezembro de 2018. Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na Região da Zona da Mata. Minas Gerais, Belo Horizonte, 27 de dez. 2018.

²⁶ Em que procurei resgatar de forma breve a origem da associação em uma comunidade escolar, que, por sua vez, é baseada nos ideais da pedagogia Waldorf e da Antroposofia de Rudolf Steiner (1861-1925).

transformar seus hábitos em busca de modos de vida sustentáveis, assim como adotando estilos de vida que buscam reunificar seus laços com a natureza²⁷. É nesta perspectiva que o *alimento orgânico* é tido como uma filosofia de vida estipulada por um conjunto de valores, práticas e crenças, que acima de tudo evoluíram no desenvolvimento histórico, por meio da relação sociedade-natureza (SCHÖSLER, et. al., 2013).

Sob outra perspectiva, é importante ressaltar que é também a partir da década de 90, paralelo a erupção do mercado de alimento orgânicos, que começa emergir novas análises e conceitualizações daquilo que se tem chamado como um campo de estudos das “novas ruralidades” e/ou igualmente mobilizada como “neo-ruralismo” (GIULIANI, 1990; BRANDENBURG, 2005; 2010; CARNEIRO, 2008; CODONHO, 2015; NOVAES, 2017; AUN, 2018)²⁸. Neste campo ainda em construção, Ramos (2022) analisando o mercado de alimentos orgânicos na região Metropolitana de Florianópolis/SC reconhece que boa parte dos “atores sociais” que estão procurando empreender atualmente na produção orgânica são de “origem urbana” e sem prévia experiência com o trabalho agrícola, onde alguns procuram manter atividades anteriores, enquanto buscam adaptações e oportunidade de mercado, mudanças de hábitos e estilos de vida dinâmicos e interconectados entre o campo e a cidade.

Para avançar na discussão sobre estilos de vida, procurei considerar que o *monte de gente interessada em cultivo orgânico* se apresenta como um amplo coletivo de pessoas com valores, trajetórias e hábitos culturais um tanto semelhantes, mas também bem diversificadas, passando por pais e mães preocupadas com a alimentação de filhos e filhas na escola, família de pequenos agricultores, consumidores que se tornaram produtores, técnicos de extensão rural, novos agricultores de origem urbana, entre outros, que vão surgindo durante o processo de constituição

²⁷ Levando em consideração os estudos de Schölesler, De Boer e Boersema (2013, p. 443), os movimentos reformistas como *Lebensreform*, trazem enquanto princípios e hábitos de vida junto à natureza, aspectos como movimentos físicos ao ar livre, cuidar dos membros de suas comunidades com medicinas ancestrais, tradicionais e espirituais, realizar ritos de abstinência de substâncias físicas e químicas, como carnes e bebidas (álcool, café, açúcar, tabaco, especiarias e etc.) e assim promover, por exemplo, o vegetarianismo. Além da busca por reformar metodologias educacionais, preservar a vida dos animais, cultuar os elementos da natureza, resgatar práticas culturais tradicionais e regionais, consumir alimentos sazonais, entre outras características dotadas de uma concepção intuitiva e “natural” na vida prática.

²⁸ Os estudos sobre as “novas ruralidades” foram bastante influenciados por uma abordagem clássica da sociologia rural, tendo como referência os “estudos de comunidades” e a noção de “modos de vida”. No Brasil, Carneiro e Palm (2016) destacam *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, obra publicada em 1954 de Antonio Candido (1918-2017) e o Centro de Estudos Rurais (1964), posteriormente, Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU/USP) coordenado pela Maria Isaura de Queiroz (1918-2018). Também é importante destacar os trabalhos de Carlos Rodrigues Brandão e seus estudos antropológicos sobre os modos de vida no campesinato brasileiro (1995; 2000). Além de suas análises sobre o tempo e o espaço no mundo rural (2007).

histórica da associação. Seguindo nessa direção, é interessante compreendermos que o MOGICO não só se apresenta de acordo com as ideias reformistas do movimento de agricultura orgânica, mas também como um fenômeno social que tem representado a polissemia, pluralismo e as controvérsias em torno dos debates da agroecologia (NORDER; LAMINE; BELLON; BRANDENBURG, 2016), sendo eles encontradas nos desafios de construção de um mercado de produção e consumo pautado em valores econômicos e ambientais, multidisciplinares. Especialmente, devido aos múltiplos significados, diferentes vertentes e identidades que contém seus atores sociais que procuram construir na região uma ordem social diversificada dentro do mercado local de alimentos orgânicos (NIEDERLE, 2017).

Nas próximas linhas, tendo em vista minha imersão *de perto e de dentro* no coletivo (MAGNANI, 2009, *grifos do autor*) pretendo me preocupar menos em buscar entender quais são as “motivações” dessas pessoas, para aprofundar mais sobre mobilizações, estilos de vida, práticas associativas e institucionais que fazem parte da organização dos produtores de alimentos orgânicos na cidade de Juiz de Fora e região. Mais a frente, também analiso processos sociomateriais que ocorrem na certificação participativa da conformidade orgânica com base no SPG, realçando a multiplicidade de papéis existentes na associação. Além do mais, a intenção é observar algumas trajetórias de atores sociais e suas diferentes características, entendimentos e formas de conceber a agricultura orgânica e a agroecologia. Sendo assim, estabeleço como prioridade descrever as experiências vividas, atividades coletivas e a geração de valores compartilhados e territorializados pela vida associativa. Especialmente, a partir da perspectiva que busca centralizar e orientar o significado, conhecimento e a materialidade de ações práticas, criações e os agenciamentos dos próprios atores em suas formas de existência no território (LONG, 2007; LONG; PLOEG, 2011; ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2021).

2.1 AGRICULTORES E AGRICULTORAS DE ORIGEM URBANA INTERESSADOS NA INOVAÇÃO

Destaquei que “Leandro” foi o primeiro *mogicano* que tive o contato diretamente quando ajudei com mãos à obra construir sua casa de pau a pique no ano de 2016, ao participar de um programa de aprendiz com alguns parceiros da bioconstrução no início daquele ano. Durante um dia de conversa na feira orgânica do Bom Pastor, Leandro me disse que nasceu na grande São Paulo e que era filho de uma família de intelectuais, o que certamente teve influência na sua

decisão de ingressar no curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Ele também me disse que começou a despertar o seu interesse pela “produção” assim que começou a fazer parte do Núcleo de Estudos em Agroecologia, também conhecido como a Rede de Agroecologia da UNICAMP. Esta iniciativa ficou marcada em sua etnografia defendida no ano de 2014 no seu Mestrado em Antropologia Social no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, onde pode estudar a produção cultural dos “agrofloresteiros” na “Associação de Agricultores Agroflorestais”, conhecidos como “Cooperafloresta”, na pequena cidade de Barra do Turvo/SP, o que segundo ele serviu como experiência prática para a formação de novos empreendimentos produtivos e econômicos.

Atualmente Leandro já deixou de ser algum tempo um jovem da cidade, antropólogo e entusiasta da “floresta de alimentos”²⁹ para se tornar um pai de família, morador em uma comunidade espiritual na zona rural e promissor empresário da Pani Orgânicos, panificadora empreendida por ele e sua sócia “Aruna”. Além disso, considerando o seu papel no início da organização, principalmente para a formação dos canais de comercialização do MOGICO, ele disse que acredita no potencial de inovação do MOGICO, deixando de ser apenas uma associação, para se tornar em um futuro breve, uma “cooperativa logística” de produção orgânica na região.

Vale lembrar que a casa de Leandro fica em um terreno localizado no interior da Fazenda Ananda Kiirtana que se encontra na estrada para Belmiro Braga/MG, onde existe uma comunidade espiritual administrada por monges e praticantes de yoga associados a organização filosófica Ananda Marga. Foi lá que também aconteceu o curso de Sistemas Agroflorestais (SAF) organizado pelo Leandro e Juã Pereira (biólogo, agricultor e proprietário do Sítio Semente localizado em Brasília/DF), onde pude conhecer mais algumas pessoas *interessadas em cultivo orgânico*. Durante o curso, também tive a experiência de reconhecer, e manejar as primeiras áreas de canteiros da Fazenda Ananda Kiirtana, que nos dias de hoje em partes estão sendo arrendadas pela Viva Orgânico, empreendimento de “Wagner” em parceria com “Jaya” e seu irmão que são proprietários de um terreno vizinho da comunidade na Fazenda Ananda Kiirtana.

Jaya, seu irmão e Wagner começaram a investir na produção orgânica em 2017, quando Jaya e Wagner decidiram de uma vez fechar a pequena empresa de *call center* que os dois tinham

²⁹ Termo difundido e bastante utilizado pelos “agrofloresteiros”, ou melhor, por aqueles que praticam as técnicas produtivas dos Sistemas Agroflorestais (SAF) para a produção de alimentos.

em sociedade na cidade de Juiz de Fora. A família de Jaya é dona de uma propriedade ao lado da fazenda Ananda Kiirtana, onde o seu pai e sua mãe residem há algum tempo. O pai de Jaya é agrônomo aposentado da Emater/MG, onde trabalhou como técnico de agropecuária, especializado em leite, que por sinal é um setor forte na região. Além disso, ele também foi grande incentivador para os filhos começarem a investir em produção orgânica na propriedade familiar. Para tanto, tendo em vista a oportunidade crescente de mercado local, Jaya convidou seu amigo Wagner para ajudar na administração e comercialização do novo empreendimento, chamado Viva Orgânico.

Wagner, que é o atual presidente do MOGICO, não mora na comunidade espiritual e tão pouco é praticante de yoga e meditação, já que mora com sua família no bairro de São Benedito, localizado na região central de Juiz de Fora. Wagner me disse que já trabalhou em diferentes áreas que vai de ajudante de obra à telecomunicações, formado em administração e gestão ambiental, tornou-se um administrador e educador ambiental, empreendendo na Viva orgânico junto com a família de Jaya e também na Beterraba orgânica, projeto individual que busca valorizar não só produtos orgânicos, mas fomentar uma visão abrangente, a partir do comércio local de produtos artesanais, integrais e naturais. Wagner também está responsável por coordenar o site de venda da “cesta coletiva” da associação, o que tem lhe deixado cada vez mais entusiasmado também em transformar o MOGICO em uma ferramenta para a cooperação de produção orgânica na região. Hoje em dia, Wagner me disse que vai bem pouco na unidade produtiva da Viva Orgânico, já que o seu trabalho é mais administrativo e comercial no entreposto arrendado por ele na cidade, tendo em vista o estilo e planejamento da agricultura orgânica realizada de forma empresarial pela Viva Orgânico.

Foi durante o curso de Sistemas Agroflorestais (SAF) no sítio Ananda Kiirtana que também cheguei a conhecer o casal “Zé” e “Lia”, proprietários do Sítio Pachamama. No primeiro capítulo, ressaltar o forte papel de articulação e formação que o casal teve para o movimento de agroecologia no município, principalmente, através do curso de Agroecologia Biodinâmica³⁰. Nascido em Juiz de Fora, Zé é formado em administração, começou a trabalhar como *office boy* em algumas empresas da cidade, até passar um tempo no setor financeiro de uma empresa petrolífera localizada em outra cidade, Macaé/RJ. Mas, em pouco tempo, decidiu seguir um sonho de vida inusitado que era viajar pela América Latina de bicicleta, e na companhia de três

³⁰ Para recordar, voltar na página 26 e 27.

amigos, saíram de Juiz de Fora e cruzaram a fronteira do Brasil com o Peru e assim seguiram viajando por mais dois anos, cruzando a Colômbia pelos Andes. Em uma conversa, ele me disse que chegou a ficar encantado ao conhecer os circuitos turísticos rurais, as plantações de café e os sistemas silvipastoris colombianos e tradicionais realizados nas grandes ribanceiras e penhascos florestais. Porém, Zé decidiu interromper esta jornada latinoamericana e retornar para Juiz de Fora, já que dentro dos motivos estava seu desejo de casar com Lia.

Diferente de seu parceiro, Lia não chegou a se aventurar pela estrada, pois procurou dedicar energia nos seus estudos e trabalhos aprofundados em antroposofia, assim como fez atuando em sua profissão como psicóloga, se dedicando por um tempo de forma integrada em trabalhos de saúde coletiva no Sistema Único de Saúde (SUS) da região de Juiz de Fora. A partir do reencontro com Zé, tendo como princípios de vida a agroecologia, saúde e sustentabilidade, espontaneamente conheceram o MOGICO ainda no tempo da Escola Paineira, logo depois, iniciaram uma série de trabalhos voluntários ligados com a agricultura urbana e com jovens da periferia na cidade. Cada vez mais envolvidos com as ações na região, foi assim que começaram, aos poucos, a transformar o estilo de vida do casal, buscando conciliar de modo profundo seus interesses e investimentos feitos dentro do movimento de agroecologia na região. No início, procurando manter uma moradia dupla, ou seja, conciliando a vida em um apartamento na cidade de Juiz de Fora e uma pequena casa colonial que fica localizada dentro da antiga fazenda da família de Zé, em Penido, um dos distritos rurais no entorno de Juiz de Fora. O casal me conta que no início foi bem difícil, pois estavam acostumados com a dinâmica “da rua” na cidade, estando próximo de mercados, bares, restaurantes, bancos, amigos e eventos culturais, além de seus compromissos com outras atividades produtivas não ligadas com a agricultura.

No entanto, começaram tomando partida na transição agroecológica, em primeiro lugar, produzindo horta para consumo próprio e logo em seguida, manejando uma área de produção agroflorestal, consorciada com frutas, hortaliças e tubérculos. Atualmente, o casal tem investido na apicultura e também na cultura do feijão vermelho reproduzido com uma semente agroecológica, apostando como o principal produto voltado para a comercialização na região. Além disso, juntos com mais alguns parceiros, criaram um Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada em Agroecologia e Desenvolvimento Social (NEPA), uma organização não

governamental (ONG) que surgiu no interior da Bahia, mas que, atualmente, tem buscado fomentar o trabalho na microrregião Juiz de Fora³¹.

Outro caso interessante é o de "Sandra", que é formada em arquitetura, mas que trabalhou boa parte da vida como ativista do terceiro setor no Rio de Janeiro em uma organização não governamental (ONG) de direitos humanos. No ano de 2016, decidiu voltar para Juiz de Fora, morar na zona rural da Barreira do Triunfo e começar um novo projeto de vida com sua filha "Gi" no Sítio da Lagoa. A propriedade que foi herdada de sua família paterna é certificada como orgânica a três anos e chega a apresentar uma diversidade de produtos como que vai de hortaliças, frutas e leguminosas, mas também folhagens, brotos e plantas alimentícias não convencionais (PANCs), assim como, flores comestíveis e medicinais que chamam bastante atenção em sua barraca na feira e de cozinheiros, visto a parceria com alguns restaurantes gourmets na cidade. Sandra tem bastante orgulho quando fala sobre o caminho que buscou trilhar, ela disse que mesmo tendo uma vida agitada e cheia de compromissos na cidade grande, sempre teve um "pézinho" na roça.

Vale destacar que Sandra conseguiu inaugurar recentemente o primeiro entreposto de "ovos orgânicos" na região. Este processo demandou grandes investimentos de obra e infraestrutura na unidade produtiva, cheguei a participar de uma "visita de verificação" junto com o Rick, Russo e Max para conhecer o entreposto, bem como, ser testemunha na apresentação do Plano de Manejo Orgânico (PMO) de processamento de origem animal. Voltarei nesse assunto sobre as "visitas de verificação" no próximo subitem.

Outro caso curioso é o de "Lúcia", antropóloga e etnóloga aposentada, que atualmente mora com sua mãe no Sítio da Laje, localizado em Humaitá, distrito rural próximo do centro de Juiz de Fora. Em fevereiro de 2020, tive a oportunidade de conhecer o Sítio Laje em uma reunião de planejamento anual dos *mogicanos*. Começando no período da manhã e estendendo até o horário da tarde, o objetivo daquela reunião era de planejar as ações da nova gestão (2020-2022), com o propósito de "reestruturar" as tarefas do coletivo, além de auto-reflexão sobre as responsabilidades dos associados. Vale ressaltar que naquela ocasião, havia por volta de 17

³¹ Para saber mais sobre o NEPA e seu curso de Agroecologia Biodinâmica acesse o artigo: NOVAES, G. D. C. Pensamento Biodinâmico e Aliança Social: Construindo o conhecimento no Curso de Agroecologia Biodinâmica, publicado nos Anais do IX Encontro da Rede de Estudos Rurais. Disponível em: <https://redesrurais.org.br/encontro/files/gt06/gabriel_duque_coelho_novaes_-_pensamento_biodinamico_e_alianca_social_-_construindo_o_conhecimento_no_curso_de_agroecologia_biodinamica_.pdf>.

mogicanos sentados e posicionados em “círculo”, onde cada um teve seu momento de argumentar e contribuir para a reflexão coletiva.

Foi naquele domingo ensolarado, acompanhado de um banquete preparado com alimentos e ingredientes orgânicos que pude me aproximar um pouco mais da associação e conversar com alguns produtores(as) de modo individual. Durante uma caminhada com Lúcia dentro de seu sítio enquanto apresentava sua unidade produtiva, ela me conta que entrou para o MOGICO primeiramente como consumidora, a princípio em busca das trocas de conhecimentos coletivos e sementes nativas.

Logo depois que se aposentou e adquiriu a sua propriedade junto com a família em Humaitá, decidiu se aproximar da produção a partir de experiências produtivas agroflorestais e agroecológicas, procurando ao mesmo tempo, recuperar as nascentes do sítio e reproduzir um banco de sementes no sítio que atualmente está abastecido por uma variedade de milhos crioulos, híbridos e outras sementes nativas. Dentro do banco de sementes, destaque-se uma espécie híbrida cultivada por ela no entorno de sete anos, a partir do cruzamento de outras espécies crioulas entre um tipo de milho indígena guaraní - adquirido durante seu trabalho de campo nos tempos de etnógrafa vinculada à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) - cruzado com um milho bandeirante, destacado pela alta fertilidade em boa parte do território brasileiro.



Imagem 14: Na foto da esquerda aparece “Bastião”, agricultor camponês que vive em seu sítio no alto da serra de Ibitipoca, ao lado está Lúcia, mostrando como é armazenado o milho. Na foto da direita, a variedade cultivada do milho crioulo local. **Fonte:** Arquivos pessoais.

Nos dias de hoje, Lúcia é considerada dentro da associação uma “guardiã de sementes” junto com o Russo que também cultiva a cultura do milho, principalmente como ração agroecológica da sua criação de porcos crioulos, geminados pela agricultura camponesa da Zona da Mata Mineira. Voltarei a falar da produção animal do Russo mais tarde.

Há famílias que ainda vivem no centro urbano, mas que também estão buscando um estilo de vida que esteja relacionado com as atividades sítiantes, buscando manter um itinerário entre a rotina citadina morando no meio urbano e as idas em seus sítios familiares. Neste caso, alguns *mogicanos* têm procurado investir na produção orgânica a partir de diversos motivos, tendo em vista um modo de vida entrelaçado e interconectado com compromissos e atividades produtivas na cidade e seus investimentos e experimentos na agricultura, o que pode ser tanto uma procura pela produção do próprio alimento orgânico, como também, o desejo de resgatar uma vivência rural através de antigos costumes do campo, envolvendo a rotina das famílias, até chegar em uma prática alternativa de trabalho econômico.

Este é o caso do engenheiro civil “Miguel” que reside junto com sua família em um bairro na região sul de Juiz de Fora, mas como produtor orgânico dedica-se a produzir cogumelos em sua propriedade familiar, chamada de Sítio Olhos d'água que fica no município vizinho de Chácara/MG. Assim como, é o caso de “Bebeto”, que vive do seu comércio, mas também tem procurado ajudar a sua mãe “Vânia” e sua irmã “Bia” a tocar uma unidade produtiva de agricultura orgânica, localizada no Sítio da Lagoa Dourada, na região de Valadares, distrito rural de Juiz de Fora. O sítio da Lagoa Dourada é uma antiga fazenda que pertence às gerações da família de Vânia, mas que atualmente está se especializando na produção de amoras, café e raízes, como a mandioca, na qual tem se tornado o principal fornecedor da Panificadora de Leandro e Aruna. Além disso, Bebeto e sua mãe Vânia também disponibilizam no *Airbnb*³² a antiga sede da fazenda para eventos, finais de semana e feriados. Procurando assim, fomentar outros investimentos que estão relacionados com o turismo rural, tornando-se uma outra fonte de renda para a família.

Há também uma pequena parte desses produtores(as)/agricultores(as) de origem urbana que também apresentam grandes poderes aquisitivos advindos da trajetória familiar e de outras atividades produtivas não vinculadas com a agricultura. Coincidência ou não, considerando uma possível agenda empresarial de difícil acesso, comparado aos *mogicanos* mais ativos nos

³² Plataforma *online* direcionada para a busca de aluguéis de temporada e diárias de imóveis.

processos associativistas, alguns desses produtores acabam participando um pouco menos das atividades coletivas como as feiras e reuniões da associação, visto que se encontram em variados carreiras profissionais e ramos comerciais, muitas vezes tendo que priorizar outras atividades financeiras e compromissos de trabalho no cotidiano. De todo modo, também apresentam grandes investimentos na produção orgânica através da intensificação produtiva ao contratar funcionários especializados, adquirir novos maquinários e tecnologias energéticas, além de ampliar setores econômicos de suas propriedades. Vale lembrar que muitos desses produtores(as) também conseguem alcançar outros canais de comércio e mercados regionais de alimentos orgânicos, principalmente, por meio de parcerias com outros produtores, pequenos mercados, feiras e lojas virtuais em outras regiões como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

Dentre estes, é possível destacar “João Antônio”, economista e residente do Rio de Janeiro que já trabalhou em grandes eventos como as Olimpíadas em Pequim (2008) e Londres (2012). Porém, em 2011 adquiriu uma antiga fazenda cheia de pastos e áreas de regeneração na zona rural de Pequeri/MG, batizado por ele e sua família como Fazenda Alegria, nas palavras dele, tornou-se “um carioca que se encontrou na roça, reconectando com outro ritmo das coisas”. Em 2018, começou a investir na transição da Fazenda Alegria, reflorestando algumas áreas, plantando algumas culturas e comprando 4 vacas para começar o seu pequeno experimento com leite e seus derivados. João Antônio tem investido na sua criação de animais a partir do bem-estar animal, atualmente tendo cerca de 80 vacas, tornando-se empresário ascendente no setor de laticínios orgânicos, empreendendo em diversos produtos como bebidas lácteas, iogurtes, queijos, requeijões e demais frescais que são revendidos tanto na feira pela barraca de Leandro e Aruna, na cesta coletiva do MOGICO, como também em outros mercados regionais do Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Outro caso que vale destacar é de “Maurício”, conhecido por ser um dos grandes empresários de Juiz de Fora, dono de imóveis e diversos empreendimentos na região, que também está procurando investir na produção orgânica em sua unidade produtiva chamada Fazenda Reversa, também localizada no distrito rural de Humaitá, bem próximo do centro de Juiz de Fora e vizinho do Sítio Laje de Lúcia e sua mãe. Tive a oportunidade de conhecer a Fazenda Reserva quando acompanhei uma comissão formada pelos *mogicanos* através de uma visita de verificação, evento obrigatório de acordo com as regras de funcionamento do Sistema Participativo de Garantia (SPG) da conformidade orgânica.

Antes disso, nas duas próximas seções, também procuro mobilizar elementos da antropologia social britânica, como a noção de situação social de Max Gluckman (1911-1975), ação e símbolo ritual Edmund Leach (1910-1975) e Victor Turner (1920-1983), principalmente para analisar um dos procedimentos mais significativos que atravessa a vida associativa na agricultura orgânica, conhecido como a “visita de verificação”.

2.2 REVISITANDO A ESCOLA DE MANCHESTER E A ANTROPOLOGIA SOCIAL BRITÂNICA

Antes de descrever a situação social analisada, é preciso destacar que os estudos etnográficos empreendidos pelos antropólogos britânicos dos anos 50-60, são rememorados como parte fundamental e genealógica de novas abordagens das ciências sociais na contemporaneidade, especialmente, a “antropologia do desenvolvimento”, marcada pelos estudos etnográficos que relacionam o cognitivo, as práticas, materialidades e agências humanas, favorecendo diversificadas reflexões sobre as mudanças sociais e transformações territoriais (ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2021).

Muitos desses estudos também são reconhecidos como integrantes da “etnologia africanista” que ficou marcada através das inovações metodológicas que serviram para analisar e acompanhar novas realidades, mudanças econômicas e políticas, ligado às conotações coloniais nas sociedades africanas, confrontando assim temáticas cercada por atores de mundos sociais diferentes, mas que estavam conectados diretamente a situação colonial (SARDAN, 2015).

Naquele contexto, as pesquisas etnográficas tradicionais sobre a organização social, parentesco, rituais, mitos, circulação de mercadorias e etc, começaram encarar outras questões modernizantes, como processos de urbanização, transformações nas relações de trabalho, migrações, conflitos, diferenças tribais, facções políticas e etc. O que, evidentemente, fez da antropologia - que desde o seu princípio - uma área do conhecimento intimamente e ainda mais relacionado com o colonialismo, levando em consideração as análises de Gluckman (1963) e os demais membros da Escola de Manchester fizeram durante o processo de urbanização e governança colonial (KUPER, 1978).

No entanto, procurando interagir com novas áreas do “desenvolvimento”, da “antropologia do desenvolvimento”, ou mesmo, da “antropologia política”, e como recentemente

destacou Sardan (2015), através da “sócio-anthropologia dos espaços públicos”³³, é fato que a antropologia, ou mesmo, os antropólogos situados na tarefa de acompanhar tais contextos coloniais por meio de práticas sociais conseguiram inovar em suas pesquisas etnográficas. Em particular, descrevendo processos e ações simbólicas, eventos complexos, regulares e contraditórios, ao analisar situações e ritos sociais através de dimensões privilegiadas e diferenciadas, marcando assim, uma geração da antropologia e seus conhecimentos etnográficos.

Max Gluckman é um grande herdeiro da antropologia estrutural, principalmente, das ideias funcionalistas-estruturais da antropologia social britânica. Estudou em Oxford, onde teve como influência os pensamentos de Radcliffe-Brown e Evans Pritchard - que foi seu orientador de doutorado entre 1936 a 1938 (KUPER, 1978). Além de marcar presença nos seminários promovidos por Malinowski que eram dedicados à pesquisa de campo na *London School of Economics*. Desde então, Gluckman (juntamente com Leach) tornou-se um dos intelectuais mais ressaltados daquilo que ficou conhecido como a “terceira geração da antropologia inglesa” (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 25).

Juntamente com Gluckman, Leach é um antropólogo de genuína originalidade, sendo uma figura fundamental na antropologia moderna e estrutural inglesa. Em 1939, durante a Segunda Guerra Mundial, fez uma viagem até as montanhas do norte da Birmânia para estudar os montanheses Kachin, e lá serviu ao Exército da Birmânia entre os anos de 1939 até 1945. Na condição de antropólogo e também de militar, conseguiu usufruir dos privilégios de ser considerado cidadão britânico diante das grandes explorações no mundo, ao invés de ficar em um único lugar, pode circular e situar por uma série de lugares entre os vales e altiplanos da região (DAMATTA, 1983, p.18).

Não é atoa que DaMatta (1983) sublinha o conjunto da bibliografia e regiões etnográficas de Leach. Diferente dos tradicionais antropólogos que focalizam e acabam transformando-se em “especialistas” nas determinadas culturas e sociedades onde desenvolvem seus trabalhos. Os trabalhos de Leach se destacam em virtude do seu trânsito entre tantas sociedades e diversificadas culturas. O que lhe fez se tornar um autor de referência para uma abordagem etnológica diversificada e representada entre os antropólogos de gerações contemporâneas.

³³ Consulte em: SARDAN, Jean-Pierre Olivier. Da nova antropologia do desenvolvimento para a sócio-anthropologia dos espaços públicos africanos. Tradução: FAURE, Xavier. *Raízes*, v.35, n.2, jul-dez, 2015.

Para tanto, Leach (1966) interessado no comportamento, na comunicação e nas ações sociais, buscou compreender conceitualmente o “ritual” como qualquer expressão cultural comunicativa da ação humana, decorrente de atividades concretas e informais que compõem as partes do sistema social. Acima de tudo, a partir das oscilações e papéis dos indivíduos em diferentes lugares, concebendo a noção de ritual como algo que “serve para expressar o status do indivíduo enquanto pessoa social no sistema estrutural em que ele se encontra temporariamente” (LEACH, 1996, p.74)³⁴.

Já o britânico Victor Turner é um dos mais cotados discípulos e colaboradores do Instituto *Rhodes-Livingstone*, dentro do grupo de antropólogos conhecidos da “Escola de Manchester”. Turner passou entre 1950 a 1954, investigando os processos da vida ritualizada no distrito de Mwinilunga, designado como território do povo Ndembos, localizado ao extremo noroeste na antiga Rodésia do Norte (atual Zâmbia) (CAVALCANTI, 2013). Sob orientação de Gluckman, desenvolveu os métodos modernos de pesquisa de campo e procurou examinar as complexidades *in loco* dos processos de mudança social.

Assim como Edmund Leach, Victor Turner compreende os rituais como processos que operam de maneiras bem ambíguas e contraditórias, mas que apreendem a complexidade dos sistemas sociais observados. Visto que prevalecem seus interesses nos processos e nas formas de intermediação, intensamente, entre os modos de vida, símbolos culturais e suas significações a partir dos sistemas de ação ritual. Marcando assim, as críticas modernas frente a uma abordagem antropológica estritamente estruturalista, mobilizada apenas por meio de padronizações e totalidades (CAVALCANTI, 2013).

Segundo Cavalcanti (2013), Turner também ficou celebrado por empreender diversas análises simbólicas, a partir da sua “etnografia dos rituais”, assim consagrada por ele, através de fecundos *insight* teóricos acerca das simbolizações rituais expostos, especificamente, em “Os símbolos no ritual Ndembu”, publicado em 1967 em seu livro *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Para tanto, os símbolos que foram analisados por Turner, correspondiam a

³⁴ Em um dos seus ensaios teóricos, Leach busca classificar os tipos de comportamento que foram traduzidas por mim como “técnico racional, comunicativo e ato de fé”. Leach entende que o etnólogo poderá caracterizar e localizar em toda espécie humana esses tipos de comportamento, levando em conta o “ritual” como um “comportamento coletivo” que ocasionalmente se encontra de forma particular aos membros de uma cultura singular. Em Leach é possível encontrar um diálogo forte entre a antropologia comportamental, psicologia social e/ou a psicanálise Para mais: LEACH, Edmund R. Ritualization in Man. *Philosophical Transaction of the Royal Society, series B, W 772*. Vol. 251, 1966. pp. 403-408.

"objetos, atividades, relações, eventos, gestos e unidades espaciais" sempre localizadas em uma "situação ritual" (TURNER, 2005, p. 49).

Voltando na obra clássica, *Análise de uma situação social na Zululândia moderna* - publicado pela primeira vez em 1958³⁵ - vale destacar que Gluckman aprimorou um conjunto analítico de métodos que serviram para o desenvolvimento de pesquisas que aproximam as perspectivas historiográficas e antropológicas sobre os estudos de colonialismo e mudanças sociais (TARDELLI, 2019). Especialmente, entre os anos de 1950 a 1960, nas chamadas "sociedades complexas" pelos seus discípulos e parceiros na *Rhodes Livingston Institute* (RLI), assim como, no consagrado Departamento de Antropologia de Manchester (FELDMAN-BIANCO, 1987, p.26)³⁶.

Interessado em analisar os conflitos do mundo colonial e como as relações entre colonizadores e zulus (brancos e negros) instituídas modificaram os processos da vida social, Gluckman empregou a noção de "situação social" para compreender o fluxo das coisas acontecendo naquele período. As "situações sociais" são entendidas por ele como eventos interligados que envolvem os seres humanos em processos sociais, enquanto ações e interações que fazem da realidade algo que está conectado a um sistema social.

Gluckman (1987) entende que ao descrever os processos coletivos, o observador consegue perceber e agregar "regularidades", reconhecidas a partir dos papéis sociais no sistema que se repetem e ainda, são capazes de serem recorrentes no funcionamento da estrutura social. Para reforçar esta afirmação, segundo o autor:

Uma situação social é o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões. Desta forma, a análise revela o sistema de relações subjacente entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade (GLUCKMAN, 1987, p.238)

³⁵ Vale lembrar que a primeira parte deste ensaio foi publicada como capítulo em uma coletânea sobre os Zulus, em *African political systems* de 1940, logo após a realização do trabalho de campo na Zululândia entre 1936 e 1938. Embora a monografia completa só saiu dezoito anos depois (KUPER, 1978).

³⁶ Fundada em 1937 na Rodésia do Norte, onde na época era um protetorado colonial britânico, localizada no centro-sul da África. A Rhodes Livingston Institute surge com uma "missão dupla", por um lado para ser um centro de estudos "independente" ao poder e controle do estado colonial, tendo objetivo de promover pesquisas ligados à antropologia social, em prol do conhecimento científico relacionados ao domínio colonial, por outro, também tinha o propósito de gerar informações para as autoridades e administradores coloniais, em busca de favorecer e operar condições mais "harmoniosas" do domínio colonial (CREHAN, 1997). Para saber mais: CREHAN, Kate. *The Fractured Community: Landscapes of Power and Gender in Rural Zambia*. Berkeley, Calif: University of California Press, c1997 1997. <http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft0779n6dt/>

Nesse entendimento, Gluckman (1987) parte do ponto que os eventos sociais são matérias primas por excelência da investigação antropológica, na medida em que permite analisar constantes processos que refletem diferentes partes, visíveis e invisíveis, da estrutura social. Em busca de fórmulas sociológicas, Gluckman procurou associar e constituir o conjunto das relações “tribais” de parentescos e suas instituições organizacionais, políticas, econômicas, religiosas e outros afins culturais observados a partir das “situações possíveis”. Tendo em consideração as inter-determinações atribuídas pelo conjunto de papéis sociais vinculados e recorrentes na sociabilidade.

Assim como Gluckman (1987) procurou descrever e analisar a cerimônia de inauguração de uma ponte na zona rural da Zululândia, ilustrando a complexidade das inter-relações durante a situação e os acontecimentos daquele evento, nos próximos parágrafos, analiso a minha participação em uma “visita de verificação” na unidade produtiva de um produtor associado ao MOGICO. A intenção de destacar a noção de “situação social” Gluckman é de expor uma narrativa de campo inspirada em seus estudos etnográficos, em que busca investigar eventos específicos e os embates da vida cotidiana dos atores sociais. Para isto, busquei analisar a complexidade presente no “sistema social”, em nosso caso, o *sistema participativo mogicano* a partir de uma ação ritual de interesse comum, conhecido como a “visita de verificação” com o intuito de certificação e conformidade da produção orgânica.

2.3 SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA COMO SITUAÇÃO SOCIAL E RITUAL NA AGRICULTURA ORGÂNICA

Dentro dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs), existem práticas e ferramentas coletivas que são necessárias para justificar e conformizar o processo de certificação participativa, sendo uma delas as “visitas de verificação”, que basicamente tem como objetivo promover um encontro entre os associados em uma unidade produtiva de um determinado produtor ativo no coletivo, para que seja realizado uma espécie de autovistoria acompanhada pelos participantes do SPG, onde é verificado seus documentos e anotações sobre a produção conhecidos como o Plano de Manejo Orgânico (PMO). Sobretudo, através de uma caminhada guiada pelo próprio produtor no intuito de verificar a área produtiva, insumos e culturas informadas na documentação.

Nas próximas linhas, como já mencionado, procuro narrar os acontecimentos de uma “visita de verificação” na unidade produtiva da Fazenda Reserva, justamente por ter sido um evento que ficou marcado, não só devido a complexidade da Fazenda levando em conta seus recursos de equipamentos, infraestrutura e gerenciamento, mas, precisamente pelos conflitos situados em uma atividade que faz parte periodicamente da vida associativa dos *mogicanos*. Para isto, busquei mobilizar a noção de “situação social” de Gluckman (1987) para fazer referência a um dia específico dedicado ao trabalho de campo. Através da escrita etnográfica, é possível narrar acontecimentos, questões morais e conflituosas que permeiam a organização dos produtores de alimentos orgânicos do MOGICO, não só naquele dia, mas também em outros momentos cotidianos da vida associativa.

Para chegar na Fazenda Reserva, encontrei com o Rick, facilitador e técnico do SPG, às 6:30 horas da manhã no bairro Cascatinha, que fica próximo de uma saída da cidade de Juiz de Fora, sendo um ótimo ponto para pegar uma carona até lá. Durante o caminho, seguindo pela estrada BR-040 sentido Belo Horizonte, começamos a conversar sobre o movimento da agroecologia e também da produção orgânica na região, foi quando Rick começou a dizer um pouco através de sua experiências algumas observações sobre alguns produtores que ficaram para trás, ao desistirem da certificação da produção orgânica, desde os tempos da Pró-Orgânico³⁷. Segundo Rick, pensando nos pequenos produtores, o “grande gargalo” da agricultura orgânica se divide em dois pontos: o *conhecimento*, referindo-se a extensa legislação, muitas vezes de difícil interpretação e tradução que dispõe a agricultura orgânica; e o *associativismo*, relacionado com os processos de associação e cooperação, visitas de pares e trocas de conhecimentos, tendo em vista a diversidade de experiências produtivas. Rick, enquanto técnico agrônomo da associação, entende que agricultura orgânica tem um funcionamento bem diferente comparado à agricultura convencional, considerando o trabalho da extensão técnica e o papel das visitas em unidades produtivas. Tecendo algumas comparações, ele diz que “a questão do orgânico não é matemática, e sim biologia e social, para o produtor entender como funciona o orgânico, ele precisa conhecer sobre organismo vivo do solo e ainda juntar forças com outras pessoas”. Mesmo assim, Rick fala que o “o MOGICO é um caso de sucesso, mas que enxerga falhas e deslizes”, principalmente, relacionado a certificação, pois, segundo ele, “alguns produtores esquecem e relaxam no SPG,

³⁷ Marcado como as primeiras experiências associativistas na região, cheguei a comentar um pouco no início do capítulo 1.

têm coisas que devem ser chatas, por exemplo, têm uns produtores que devem entregar o plano de manejo durante as visitas, mas na maioria das vezes nunca entregam, e ainda esquecem de participar das reuniões”.

Ainda no carro, refletindo sobre algumas ideias, busquei completar o raciocínio dele sobre os pontos levantados, com palavras um pouco mais simples, uma vez que concordamos que a agricultura convencional tende a “simplificar” (assim como, padronizar) os processos produtivos, ao trabalhar com receitas e metodologias externas, através de grandes fórmulas, além de neutralizar pragas e demais problemas com defensivos químicos de modo isolacionista sem necessariamente realizar um diagnóstico da questão *social* e *ecológica* em determinado ambiente. Já a agroecologia e agricultura orgânica buscam sempre “complexificar” a atividade produtiva, interagindo com o ambiente, conhecendo o ritmo biológico e trabalhando com a diversidade a fim de aperfeiçoar o conhecimento ecossistêmico da propriedade, além da cultura local e do conhecimento coletivo a partir de enfoque holístico e sistêmico. Esta discussão, me fez recordar Caporal (2013, p. 281) dizendo que a grande diferença entre os agrônomos convencionais e agroecólogos é que estes últimos buscam trabalhar com abordagens pluralistas, traçando suas diferenças desde suas bases filosóficas que orientam suas atividades científicas. Foi a partir desses temas mais específicos e outros assuntos da vida que fomos conversando até chegar na antiga estrada do distrito de Humaitá que dá acesso a Fazenda Reserva.

Chegando bem próximo ao nosso destino, enquanto buscamos observar a paisagem e identificando o uso de herbicida nas margens das estradas, o que é um grande risco ambiental próximo a unidades produtivas orgânicas, algumas vezes, podendo ser motivo de desconformidade na certificação da unidade produtiva. Rick também me contou que a Fazenda Reserva tinha algumas dificuldades de ser reconhecida como membro da associação por parte de alguns *mogicanos*, muito por causa da falta de participação dos proprietários e gestores, principalmente, marcado pela rotatividade de pessoas que passavam nas reuniões, algo que vinha acontecendo desde o início, fazendo com que o processo de confiança e proximidade com o MOGICO fosse ficando bem frágil ao longo do tempo. O que ficou evidente, quando, assim que paramos o carro, fomos recebidos por “Andrei” que se apresentou como consultor financeiro da Fazenda, cargo este que ocupava há pouco tempo, dizendo que seria o responsável em nos recepcionar durante a visita. Outra coisa que chamou atenção logo que entramos na Fazenda, foi

a pequena caminhonete carregada com caixas de papelão, mas que contavam com a logo da Fazenda Reversa que naquele momento, parecia sair para algumas entregas na cidade.

A Fazenda Reserva é uma propriedade que foi adquirida pelo empresário Maurício e sua família alguns anos atrás, tendo uma localização privilegiada e bem próxima do centro da cidade de Juiz de Fora. Mesmo com baixa participação nos processos da associação, a Fazenda é considerada uma das maiores propriedades associadas ao MOGICO devido a sua dimensão espacial com cerca de 200 hectares de terra, onde boa parte é uma Unidade de Conservação (UC) de domínio privado enquanto considerada Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN), formada por diversas espécies arbóreas nativas que são fundamentais para a preservação dos mananciais de água na região. A RPPN localizada na Fazenda também protege e estimula a polinização natural, conservando a diversidade biológica do ecossistema ao mesmo tempo em que enriquece a paisagem local. Outra vantagem da RPPN na Fazenda Reserva é estar protegida de contaminação por vizinhos, fornecendo um grande sombreamento e barreira natural servindo como base para a unidade de cultivo orgânico que pode contar com cerca de 180 hectares.

Maurício e sua equipe se associaram ao MOGICO no ano de 2018, principalmente com o intuito de buscar a certificação participativa na região de Juiz de Fora. No entanto, a Fazenda Reserva não participa da feira e nem da cesta coletiva, mas procura ofertar seus produtos em uma pequena loja própria no centro da cidade e também no meio digital em um site de vendas particular³⁸. Para o processo de certificação e organização produtiva, a Fazenda conta com o “Fernando”, agrônomo que foi contratado por Maurício desde o início do empreendimento anos atrás. Por sua vez, Fernando é uma pessoa bem conhecida e respeitada entre os *mogicanos* mais antigos, principalmente por causa da sua participação no movimento da agroecologia desde a época das mobilizações da associação na escola. Vindo do estado de São Paulo, Fernando mora em Juiz de Fora há cerca de 9 anos, mas só trabalhou 1 ano e meio no início da Fazenda, depois de um tempo acabou saindo com outra proposta de trabalho, porém, recentemente, retornou para o seu antigo cargo na Fazenda. Quando tive oportunidade perguntei para ele como foi no começo para a Fazenda Reserva entrar na associação, Fernando lembra que houve resistência por parte de alguns *mogicanos*, ao recordar que um *mogicano* chegou a dizer para ele em uma reunião que “o MOGICO é para pequeno produtor e agricultor familiar, não é para gente grande”.

³⁸ Para saber mais, consulte: <fazendareversa.com.br>

Encontramos com o Fernando na sede da Fazenda, assim que Andrei nos conduziu até lá. A sede da Fazenda fica bem na beira da estrada, já no lado de dentro da propriedade, sendo uma construção antiga no estilo colonial em formato retangular, é bem distribuída com salas, cozinhas e banheiros. Dentro dela funciona o escritório, depósito de materiais e a sala de beneficiamento, além de compor com uma cozinha industrial e um ambiente de refeições. Perguntei ao Andrei se era intencional aquela construção e ele me disse que na verdade aquele ambiente foi reaproveitado, pois, ali já tinha sido uma antiga escola rural, localizada em uma antiga estrada adjacente ao distrito de Humaitá, que nos dias de hoje foi fechada e se encontra no interior da propriedade. Inclusive, alguns funcionários mais velhos nativos daquela região rural de Humaitá e Penido já tinham estudado naquele espaço há anos atrás.

Enquanto esperávamos os *mogicanos* Lúcia e Miguel que também iam participar da visita, sendo preciso a presença de todos para iniciar o protocolo oficial e ritualístico da visita de verificação, Rick, Andrei, Fernando e eu, ficamos conversando sobre alguns assuntos relacionados às culturas produtivas da região, ficando evidente a troca de conhecimento e vivência técnica entre Rick e Fernando em outros estados do Brasil. Naquele momento, posicionado no centro do escritório administrativo, também procurei observar outros funcionários da Fazenda conversando sobre as vendas, atendendo clientes, monitorando a *plataforma online*, durante o tempo em que outros estavam empacotando na sala ao lado produtos em caixas como vimos na caminhonete assim que chegamos na Fazenda Reserva. Durante aquela observação, vi uma lista de nomes na parede do escritório acompanhado com o logo do Plano de Saúde da UNIMED³⁹ que me chamou bastante atenção. Não pude deixar de perguntar para os funcionários sobre aquilo, para tanto, me responderam que a Fazenda estava começando a realizar um convênio com alguns médicos e demais funcionários, procurando atender com a venda de cestas semanais, como um modo de parceria entre a Fazenda Reserva e a cooperativa de saúde UNIMED, com unidade em Juiz de Fora. Revelando assim, processos de inovação e articulação da Fazenda Reserva interessados na promoção de parcerias comerciais e desenvolvimento de novos canais de comercialização localmente situados na região.

Assim que Lúcia e Miguel chegaram, ambos buscaram justificar o atraso, Lúcia por causa das estradas rurais e Miguel por uma emergência que teve que ser atendida na cidade, situações

³⁹A UNIMED (nome dado na composição das palavras união e médico) é uma cooperativa de saúde formada por trabalhadores da saúde, considerada uma das maiores do mundo atualmente com cerca de 105.000 afiliados, 386 sedes e beneficiando ao todo cerca de 15 milhões de pessoas.

comuns para quem vive em trânsito entre as entradas rurais e urbanas. Mauricio, o proprietário da Fazenda, também tinha chegado há pouco tempo, até então, ainda esperávamos ele chegar de algum lugar vindo do interior da Fazenda Reserva que exatamente não sabemos. Sentado em uma mesa, Rick começou retirar seus documentos da pasta dando início a primeira ação que ocorre em todas as visitas de verificação, a vistoria dos Planos de Manejo Orgânico (PMOs), acompanhada pela série de Documentos Únicos de Avaliação da Conformidade (DUACs) que são responsáveis em legitimar a Visita de Verificação. Neste caso, dois DUACs sobre a Produção Paralela Vegetal ou Animal e as Informações Gerais da Produção Vegetal, como também os demais documentos que descrevem as características, dimensões e mapas da Fazenda Reserva conforme o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Assim como das outras vezes, que acompanhei a visita de verificação, fiquei observando Rick durante os momentos iniciais na ação de vistoria dos documentos⁴⁰. De modo minucioso, Rick passa o olho atentamente folheando os documentos e as anotações, mas quando surge alguma desconformidade, na mesma hora questiona e solicita a correção imediata dos responsáveis. É comum, por exemplo, faltar algum registro, especificando as culturas vegetais que estão sendo implantadas, bem como, solicitadas a certificação de acordo com o Plano de Manejo Orgânico (PMO). Nesta atividade de vistoria dos documentos, existe uma pequena tensão entre os participantes que também acabam se tornando testemunhas daquele acontecimento, mesmo entre conversas descontraídas e demais quitutes do café, já que é possível notar uma certa aflição das pessoas através dos olhares e das tentativas de justificação de algo escrito nos documentos. E assim, fazendo sentido o que Leandro me disse uma vez na feira, em razão de que segundo ele, “verdade é que todo produtor orgânico tem algo errado, aquilo que esconde, pois tudo no orgânico é muito difícil”.

Pegando um gancho nesta fala de Leandro, é interessante notar que a figura de “autoridade fiscal” representada pelo “facilitador” também cumpre-se enquanto uma relação tensa através da composição de hierarquias na associação. Isto quer dizer que mesmo que o facilitador/fiscal não seja diretamente um funcionário do Estado, a responsabilidade e conhecimento dirigido por meio de sua figura, se caracteriza como um ator cujo papel se orienta pela “dimensão do poder”. Outro questionamento que se faz a partir desta fala é que as

⁴⁰ Até o tempo de escrita desta dissertação, participei de quatro visitas de verificação no MOGICO, sendo na Fazenda Reserva, Sítio da Lagoa, Sítio Pachamama e Sítio Lagoa Dourada.

demandas, que também podemos entender como burocráticas, da produção orgânica buscam sempre um “modelo ideal” de organização e rastreabilidade em que os produtores precisam alcançar constantemente. No entanto, o “ideal” que entendemos neste caso, condiz de acordo com os valores sociais e históricos daquilo que é considerado puramente “orgânico” e “ecológico”, ou seja, o “ideal” aparentemente que é “natural” na agricultura orgânica, reproduz um duplo vínculo no contexto em que vivemos, uma vez que o “tipo ideal orgânico” acompanhada pela sua complexidade burocrática também pode ser entendido como algo puramente “artificial”, tomada de documentos, normas, custos e leis regida por uma série de processos administrativos e regulamentados.

Vale lembrar que para cada tipo de cultura e atividade produtiva demanda um PMO específico de acordo com a regulamentação da Agricultura Orgânica (AO), neste caso existem oito tipos de PMO para cada especificidade cultural, para os vegetais é preciso constar as *Informações Gerais de Produção Vegetal*; *Informações de Produção Paralela*; no caso de processamento de vegetais e animais, como é o caso da Panificadora Pani é preciso constar as *Informações Gerais de Processadores*; *Produção Paralela para Processadores* e também, se caso tenha o processamento junto com animais, podendo ter animais de grande porte como na Fazenda Alegria e/ou animais de pequeno porte como a produção de abelhas e mel no Sítio Pachamama é preciso apresentar *Informações Gerais de Produção Animal*; *Informações Gerais de Abelhas Melíferas*; além disso, também existem os PMO específicos como *Informações Gerais de Cogumelos Comestíveis* que no caso é atendido pelo Sítio Olhos d’água e *Informações Gerais de Sementes e Mudas* que se aplica no Sítio da Laje.

Já a identificação do alimento como produto da Agricultura Orgânica (AO), ocorre através da certificação do(a) produtor(a) que em seguida é assistido(a) por um selo autenticado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que reconhece a origem orgânica. Neste raciocínio, o certificado juntamente com o selo são dispositivos que garantem de forma prática a possibilidade de atuação dos agricultores/as e produtores/as no exclusivo mercado de qualidade orgânica. Vale lembrar que existem duas formas de “certificação” credenciadas pelo Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG): uma corresponde o sistema de auditoria, onde órgãos empresas técnicas do setor privado, com alto custo envolvido que fazem o reconhecimento da “conformidade orgânica”; e outra, equivale ao Sistema Participativo de Garantia (SPG), que se desenvolve como uma “tecnologia social”,

exigindo a participação direta do “produtor interessado” em uma Organismo Participativo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). Em outras palavras, uma “rede” social/técnica composta por seus pares, ou seja, outros produtores, consumidores e colaboradores associados ao coletivo (HIRATA; ROCHA, 2020).



Imagem 15: Dois selos de certificação por auditoria e sistema participativo. **Fonte:** MAPA

Após a primeira ação de vistorias e documentação, Miguel e Lúcia, assim como eu, formando uma comissão de representantes do MOGICO, apresentaram uma pendência que estava acontecendo naquele período. Pouco tempo atrás, a Fazenda Reserva tinha recebido uma notificação do coletivo de que a mesma poderia estar comercializando no site de vendas alguns produtos que não se encontram com a certificação de produto orgânico, mas que estavam sendo ofertados na lista de produtos certificados, especificamente, o ovo e processados como molho de tomate. Uma vez que os produtos não foram notificados nos Planos de Manejo Orgânico (PMO), ainda mais por serem culturas específicas que demandam um processo de certificação um pouco mais demorado e complicado, como pude observar e acompanhar durante outra visita de verificação e certificação da produção de ovos orgânicos produzidos por Sandra e sua filha que precisam notificar boa parte do investimento quando fizeram para construir o entreposto de ovos e a casa de processamento no Sítio da Laje.

Aquela questão certamente estava gerando um desconforto para o coletivo MOGICO, bem como, naquele momento, para os representantes da Fazenda Reserva envolvidos naquela situação. Colocado a questão na sala, Miguel disse para todos reunidos que era um problema grave, além de ser um “tiro no pé” da associação, já que poderia “induzir o cliente” de forma errada a comprar um produto achando que é orgânico, porém, não contendo o selo de certificação credenciado pelo Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG). Através dessa questão, Miguel e outros *mogicanos*, organizaram um grupo de trabalho (GT),

chamado de “Comissão de Ética”, no qual Miguel estava representando naquela ocasião na Fazenda Reserva.

Para tanto, o MOGICO também criou o GT intitulado de “Comida Local” e, posteriormente, como “Transição Orgânica”, principalmente para discutir a caracterização da qualidade *orgânica-agroecológica* dos produtos *mogicanos* como forma de amparar os produtores/as interessados/as em fazer as *transições de produtos ecológicos para orgânicos* de acordo com a legislação em busca de obter a certificação do produto na Agricultura Orgânica (AO). Nesta perspectiva, a associação também procura reconhecer que cada produtor/a tem a liberdade de agenciar seus próprios meios de inserção no mercado agroalimentar regional, podendo assim, vender a produção agrícola e alimentos processados não certificados no mercado local (agroecológico e convencional) que funciona de forma paralela aos produtos orgânicos.

Trago como exemplo, o caso do mel produzido pelo Sítio Pachamama, que não consegue certificado de produto orgânico, devido a legislação da produção orgânica impor restrições bem específicas, tendo como caso a necessidade de um raio de proteção para polinização com cerca de 3km sem o uso de herbicidas e derivados químicos, sendo que no caso do Sítio Pachamama, a inconformidade existe por causa de um vizinho que está a 2km, sendo produtor de silagem com base em milho transgênico⁴¹. Outro caso de difícil certificação é da carne de porco produzida de forma agroecológica pelo agricultor familiar Russo, que estarei abordando no próximo subitem. Todavia, os mesmos são impedidos de comercializar tais produtos não certificados junto com os produtos certificados no mercado local de alimentos orgânicos (feira, cesta coletiva e demais bancas orgânicas nos pequenos comércios e quitandas da cidade), sendo necessário a identificação dos produtos não orgânicos, considerando a rastreabilidade dos canais de comercialização da associação. Entretanto, recentemente, está tramitando na associação, a possibilidade de reconhecer os produtos ainda não certificados e credenciados pelo Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG), mas que são produzidos pelos associados como produtos da “transição orgânica”, possibilitando assim, uma brecha para ser comercializado nos canais de comercialização do MOGICO.

No caso da Fazenda Reserva, o problema foi ofertar produtos que não são reconhecidos como certificados pelo SPG e muito menos pelo Organização de Controle Social (OCS) dos

⁴¹ No caso do mel orgânico, existe uma grande barreira na região, uma vez que a microrregião de Juiz de Fora é identificada como uma bacia leiteira, o que tende a ter grande produção de silagem para ração bovina.

canais de comercialização MOGICO, em uma página na plataforma online de vendas privada da Fazenda Reserva que procura disponibilizar produtos orgânicos, sem especificar as diferenças dos produtos orgânicos, agroecológicos e artesanais, já que a associação não pretende que seja impedido a venda de outros tipos de produtos não certificados na AO por parte dos associados. Em busca de solução rápida, Rick sugere que a Fazenda crie uma etiqueta de identificação, escrito como, “produto agroecológico sem certificação”, ou no caso do molho de tomate, “produto da agroecologia feito com matéria orgânica”. Buscando complementar a discussão, Miguel diz que é fundamental normatizar a identificação dos produtos, uma vez que é exatamente através deste problema que possíveis “impostores” podem aproveitar o uso da palavra *orgânico* em outros produtos agrícolas convencionais, ou enunciados como *produtos naturais* no mercado de alimentos. Lúcia, sendo bem observadora, acrescenta ao dizer que “ter o selo é fácil, a dificuldade é manter a produção, e por isso é preciso normatizar a identificação para reverter o quadro de induções e informações erradas ao cliente” de alimentos orgânicos. Andrei, procurando apontar um caminho de resolução para a discussão, diz que o problema seria “corrigido para ontem”, justamente para não produzir a “indução” e manter a credibilidade dos produtos orgânicos produzidos pela Fazenda Reserva.

Cada vez mais os *mogicanos* estão querendo potencializar fiscalização através da identificação dos produtos certificados e não certificados associados com o mercado local de qualidade orgânica, como bem disse Zé, em outro momento que “devemos fazer o que deve ser feito, cabe a nós como MOGICO exigir isto”, enquanto discutiam os parâmetros de avaliação, afirmando o papel social do MOGICO na região de Juiz de Fora durante uma outra reunião da associação. Vale ressaltar que os *mogicanos* começaram a se preocupar ainda mais com os valores da agricultura orgânica instituídos por eles quando apareceram na região outros produtores rurais ofertando produtos no mercado de alimentos expostos conceitualmente como orgânicos sem identificação de procedência, não sendo da certificação do sistema participativo, ou mesmo, de certificação por auditoria. Há pouco tempo, durante a pandemia, surgiu um caso de denúncia na associação, onde foi relatado que um pequeno produtor rural vizinho de Cleiton e Jess, e também próximos de Zé e Lúcia, estaria vendendo produtos sem certificação orgânica através de uma cesta, chegando até a revender produtos convencionais ofertados pelo CEASA/JF como produtos orgânicos. Denominado como “RS orgânicos”, este produtor estaria em desacordo com a proposta do Ministério da Agricultura, inclusive, pelo nome dado ao

empreendimento e assim como disse Miguel e Lúcia provocando uma indução falsa aos clientes. Cleiton chegou a dialogar com seu vizinho, mas, infelizmente, o mesmo mostrou-se indiferente, o que também motivou o MOGICO criar uma “Comissão de Ética” e notificar o “impostor” através da associação, além de conduzir a denúncia em instâncias maiores até o MAPA.

Retornando a situação analisada durante a visita de verificação na Fazenda Reserva, depois de uma longa discussão na sala administrativa, Mauricio e Andrei nos conduziram a dois veículos, que pareciam uma espécie de trator/quadríciclo que tinham como anexos carretas para transporte de cargas que naquele momento, acabaram servindo para o transporte de passageiros. Acomodados nas carretas, começamos a nos deslocar pelo interior da fazenda, como se fosse um *tour* pelo safari rural da agricultura orgânica, percorrendo no interior da RPPN, passando pelas pastagens e instalações como um antigo curral que atualmente estava servindo como base para uma estufa de cultivo de cogumelos iniciada pela Fazenda Reserva. Paramos rapidamente para conhecer e aproveitar a presença de Miguel na visita que também era o produtor de cogumelos certificados pela associação, Miguel teceu comentários sobre a cultura do cogumelo e suas instalações, principalmente das estantes de madeira, bem como reconhecer a idade, qualidade e desenvolvimento do cultivo nelas. Além disso, ele também chegou a dar dicas sobre como melhorar o microclima da estufa, comentar sobre o mercado específico de cogumelos e recomendar fornecedores de insumos na região. Para tanto, ainda disse que sua casa estava aberta para uma visita de reconhecimento, ou mesmo, servir para um “campo escola” em sua unidade produtiva no Sítio Olhos d’água. Afinal, como ele mesmo disse através de suas palavras, “não vejo outros produtores do MOGICO como concorrentes, mas sim como produtores da associação e quanto mais integrar, menos murro em ponto de faca daremos”.

Continuando nossa jornada, também fomos até os canteiros produtivos onde estava sendo aplicado especificamente o PMO das áreas de horta, pomar cítrico e roças de grãos, sobretudo as culturas vegetais implementadas em grandes estufas investidas pela Fazenda Reserva. A vista disso, procurando materializar os acordos estabelecidos e analisados nos documentos, além de fiscalizar de forma participativa e simbólica a produção orgânica *in loco* na unidade produtiva.

É a partir da “caminhada” durante a visita de verificação, também batizada como a “caminhada transversal” que é possível estabelecer relações e trocas de conhecimentos culturais enquanto se opera o “reconhecimento do ambiente por parte dos envolvidos, procurando

reconhecer as características da propriedade e das mudanças ocorridas ao longo do tempo” (SOARES, 2018, p. 24). Desse modo, entende-se que a caminhada transversal acaba servindo imensamente como um recurso instrumental de mobilização social, tendo em consideração um sistema de referência das ações e narrativas sobre a agricultura orgânica, principalmente, a partir de reflexões, diálogos e criatividades da ação ritual durante o passeio a pé na propriedade.

Tomando como base a Metodologia Participativa de Extensão Rural (MEXPAR)⁴², Soares (2018) reconhece que as visitas de verificação organizadas pelo MOGICO estimulam os agricultores/as adotar uma postura investigativa, encontrando de forma coletiva alternativas de ação para situações problemas e ainda apontando potencialidades que são identificadas durante as caminhadas. Como acabou sendo observado, através de Lúcia quando comenta com Maurício e Andrei ao se queixarem sobre os problemas com as maritacas e os jacus que estavam atacando a plantação de milho, e o enxame de borboletas dentro das estufas. Para ela, era importante que os gestores da fazenda entendessem que era preciso “trabalhar a favor e não contra a natureza”, buscando assim, abrir mão de preocupações desnecessárias e buscar de algum modo a “integração” de forma holística de toda a Fazenda Reserva⁴³.

Para finalizar a visita de verificação, retornamos à sede da Fazenda e acabamos conhecendo o filho de Maurício, jovem e ainda estudante que chegou curioso perguntando sobre insumos e fornecimentos de ração orgânica para Lúcia que tem uma criação de galinhas e Rick que além de facilitador orgânico, também é técnico de agropecuária e grande conhecedor de técnicas silvipastoris, uma vez que estava iniciando uma pequena experiência com ovelhas e búfalos, desejando trabalhar com o pastoreio através de princípios orgânicos e agroecológicos. Diante de nenhuma “desconformidade” que pudesse ser motivo de impedimento da certificação participativa na unidade produtiva, assinamos o documento final, através de um testemunho de que Mauricio, Andrei e demais membros da equipe iriam rever e corrigir a questão da identificação dos produtos certificados e não certificados em um curto prazo estipulado pela associação. Assim colocado encerrou-se oficialmente a visita de verificação na Fazenda Reserva.

⁴² Organizada por RUAS, E. D.; BRANDÃO, I. M. de M.; CARVALHO, M. A. T.; SOARES, M. H. P.; MATIAS, R. F.; GAVA, R. C.; MESONES, W. G. de L. P. **Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável – MEXPAR**, Belo Horizonte, p. 134, 2006.

⁴³ Nesse momento, Lúcia buscou comentar um pouco sobre sua formação em Permacultura, procurando valorizar padrões e relações encontradas na natureza durante o processo agrícola, como uma visão de agricultura permanente sustentável, isto é, que reproduza valores de “permanência na terra”. Para saber mais: HOLMGREN, David. **Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade**. Tradução Luzia Araújo. – Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. Disponível em: <biowit.files.wordpress.com/2010/11/livreto-permacultura-1.pdf>

Durante a volta para cidade, conversando com Rick, fizemos comentários sobre o panorama atual das dificuldades de alavancar a produção orgânica na região, ao fazermos algumas comparações com outras experiências e trajetórias de produtores do MOGICO, sobretudo, levando em consideração as dimensões e infra-estrutura diante da capacidade produtiva que se encontra na Fazenda Reserva, que ainda está longe de alcançar o seu grande potencial de produção e comercialização. Para Rick, um dos “gargalos” da associação, está justamente na falta de “experiência tradicional” conectada com o profissionalismo na produção, enquanto dizia que “muitos produtores sonham em ter uma produção igual à de Firmino e Liana, mas não entendem que é preciso trabalhar com *direção, aptidão e constância*”. Ele também aponta que muitos dos conflitos do grupo e dificuldades de aumentar a escala de produção na região tem a ver com a operacionalidade coletiva, já que todos acabam pensando e preservando apenas suas vontades individuais, trabalhando por meios de linhas divergentes enquanto deixam de lado o *planejamento coletivo*. No próximo subitem busco compreender um pouco mais as características do que Rick chamou de experiência tradicional de Firmino e Liana, tendo em vista a categoria da agricultura familiar, porém, só apenas no próximo capítulo que buscarei discutir ainda mais o que Rick quer dizer sobre *direção, aptidão e constância* ao tratar das iniciativas de cooperação coletiva e a tomada de atividades por parte dos atores no atual cenário.

Procurei relatar minha participação durante a visita de verificação na Fazenda Reserva, me inspirando em alguns elementos de escrita e narrativa de campo, especialmente de Gluckman (1987) quando buscou participar em uma outra espécie de visita de verificação, porém, através de um diferente contexto acompanhado por líderes estatais, brancos e zulus, diretamente relacionados com a inauguração de uma ponte na zona rural de Zuzulândia. Durante seu trabalho de campo, Gluckman apresentou diferentes diálogos e respectivas interpretações enquanto estava a caminho da visita, por exemplo, na casa de autoridades que ficou hospedado, no carro durante o trajeto visitado e principalmente, na situação em que pode estar em contato com diferentes sujeitos coloniais e membros de comunidades do entorno. Portanto, mesmo não citando passagens diretas de Gluckman (1987), procurei aplicar elementos da “situação social” analisada por ele para realizar uma narrativa etnográfica, onde quis reconhecer os atores como membros de uma associação, na qual se conectam em um sistema de relações subjacentes entre a estrutura social da agricultura orgânica, partes do sistema participativo de garantia (SPG), o meio

ambiente físico caracterizado pela unidade produtiva, assim como, questões burocráticas e trâmites administrativos que envolve a vida associativa e as trajetórias vividas.

Neste subitem, tento explorar os conceitos de situação social e símbolo ritual conforme teorias da ação mobilizadas pela terceira geração da antropologia britânica, e os reflexos da antropologia do desenvolvimento, realizando uma reflexão apenas sobre um dia de visita na Fazenda Reserva, onde pude relacionar valores e práticas de bem comum fundamentais para a vida associativa. De todo modo, durante a visita de verificação foi possível compreender questões fundamentais da convencionalização e complexidades que envolvem o processo de certificação participativa da Agricultura Orgânica (AO) através do fluxo de acontecimentos, conversações e amarrações profundas presente no sistema de relações pressupostas entre a ordem social, organização produtiva e funcionamento institucional, ocorrendo por meio de conflitos recorrentes do associativismo de idéias e práticas coletivas.

2.4 NOTAS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E A RESILIÊNCIA CAMPONESA NO MOGICO

O conceito de agricultura familiar surge como uma categoria social e de ação política (SCHMITZ; MOTA, 2007), principalmente no debate acadêmico e nas políticas públicas do Brasil a partir da década de 80 procurando reconhecer através de ações de cooptação social e econômica, “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência”, ou mesmo, “camponeses” como categorias capitalizadas de produção rural instituídas pelo Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF) criado pelo Governo Federal nos anos de 1990 (ABRAMOVAY, 1998; MAZZETTO, 2007).

Em 24 de julho de 2006, o Governo Federal aprova a Lei Nº 11.326, que determina os conceitos, princípios e instrumentos que buscam instituir a formulação de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais no Brasil. Desse modo, devido à importância conceitual, é organizada medidas oficiais para a gestão e execução de políticas públicas, sociais e econômicas voltadas para o desenvolvimento de famílias rurais (BRASIL, 2006).

Um Relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) publicado em 2014, mostra que a agricultura familiar ocupa espaço de destaque na erradicação da fome no planeta, uma vez que cerca de 80% dos alimentos produzidos no mundo tem origem

de famílias rurais, o documento ainda destaca que 75% da agricultura familiar produz preservando de forma sustentável recursos agrícolas no mundo. Vale destacar que só no Brasil, os agricultores familiares são os responsáveis por garantir boa parte da segurança alimentar da população, enquanto gera renda para pelo menos cerca de 5 milhões de famílias no campo (BRASIL, 2014).

Tendo como referência o desenvolvimento da agricultura orgânica no território brasileiro, Borguini e Torres (2006), apontam que 90% da produção orgânica no Brasil é feita por pequenos produtores, principalmente reunidos em associações, empreendimentos coletivos e movimentos sociais, sendo que deste total, os agricultores familiares ocupam 70% da produção de alimentos orgânicos. Vale lembrar que os autores destacam a região sul do país que se sobressai pelas suas experiências tradicionais e históricas sobre a produção agrícola.

Por outro lado, Soares (2018, p.8) com base no Censo Agropecuário (2006) e ao mobilizar o conceito de agricultura familiar para tratar da produção de alimentos orgânicos em Minas Gerais e no município de Juiz de Fora, sobretudo, sobre o papel do MOGICO na produção orgânica, estimou que do total de 748 estabelecimentos rurais mapeados na região, apenas 29 estariam utilizando o sistema orgânico de produção, sendo que apenas 1 estaria certificada. Neste caso, apesar dos dados serem mais de 10 anos atrás, é possível que se trate da trajetória familiar de Firmino e Liana, casal com Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) pioneiros na construção da associação.

No primeiro capítulo, contei brevemente como aconteceu o processo de aproximação e mobilização feita pela comunidade escolar da Escola Paineira Waldorf com o casal de agricultores familiares Firmino e Liana, quando ainda não existia oficialmente o MOGICO. Piau/MG, município com pouco menos de 3.000 pessoas e de onde vem a família, é conhecido por ser a “terra da banana”, Firmino e Liana formam o único núcleo familiar certificado no sistema orgânico entre outras tantas famílias rurais produtoras de banana. Inclusive, Firmino tem um irmão que também é produtor de banana e forma outro núcleo familiar que chegou a participar dos primeiros movimentos na região de produção orgânica, ainda no início dos anos 2000. Porém, seu irmão chegou a desistir da certificação, preferindo seguir o rumo da agricultura convencional, alcançando outros mercados da região. Como seu irmão, Firmino chegou a cogitar a desistir do processo de certificação, entretanto, foi Liana assumindo o seu papel como produtora rural e participando do intercâmbio promovido pelas “Anas”, técnicas da

EMATER/MG e com outras as mulheres agricultoras da região que teve a iniciativa de continuar a busca pela certificação da produção orgânica familiar.

Além de Firmino e Liana, também tive contato algumas vezes com outros membros da família, em particular no espaço social da feira, o jovem “João”, o filho mais velho do casal, e “Tio Zeca” que já é um senhor de cabelos brancos e irmão do falecido pai de Firmino. Assim como seu pai já fez um dia, João desde de menino tem ajudado na produção de banana e nos negócios da família no Sítio do Catumba em Piau/MG. De vez em quando, também realiza as feiras na cidade, atividade que se tornou ainda mais frequente durante a pandemia em que as escolas funcionaram através do Ensino Remoto Emergencial (ERE), o que tem deixado João ainda mais envolvido com as tarefas na roça. Já Tio Zeca sempre com seu sorriso largo, além de ser um grande contador de história - conhecido pelos *mogicanos* por ser aquele que tem resposta pra tudo, especialmente quando o assunto se trata de banana - também é o grande e velho companheiro de Firmino nas atividades de comercialização, atuando na feira livre de quarta-feira no bairro São Mateus e na feira orgânica do MOGICO aos sábados no bairro Bom Pastor, como também, durante entregas de mercadorias da família nas sextas-feiras na região serrana do Rio de Janeiro.

Como parte da minha rotina em um dia de feira, fui até a barraca do Sítio do Catumba para conversar com Firmino e Tio Zeca, perguntei para os dois como que a família começou a desenvolver a vasta *aptidão* pelo cultivo de banana. Tio Zeca me disse que desde muito jovem junto com o seu irmão, pai de Firmino, já *puxavam* diariamente carroças de burro cheias de penca de bananas de todas as variedades possíveis, situação que também foi confirmada por Firmino. Por sua vez, Firmino que é conhecido por ter “aprendido plantar banana quando ainda estava no umbigo de sua mãe”, diz que quando criança já acompanhava o pai dele, Tio Zeca e outros companheiros pela estrada *puxando* banana e colocando nas carroças de burro, enquanto passavam em propriedades de um e de outro, enchendo e saindo em tropa até descarregar em um antigo e pequeno armazém no centro da cidade de Juiz de Fora, onde atualmente funciona um buteco tradicional, que, inclusive, o dono também é tio de Firmino, mas irmão de sua mãe. Pergunto se hoje ainda tem gente *puxando* carroça burro como “tropa de banana” por lá em Piau/MG, Tio Zeca me responde dizendo que não há ninguém que hoje consiga fazer o que era feito antigamente, “na época a gente *puxava tanta coisa*, banana, lenha e passava em cada lugar que nenhum hoje passaria a pé, até nas trilhas do trem e no meio da mata”. Segundo Tio Zeca, os

burros são bichos bem fortes e inteligentes, ressaltando que “quando um pára na encruzilhada, ele escuta pelo barulho o dono e consegue voltar para casa”. Firmino relata que antigamente eles eram muito bons para *puxada* em alto de morro, descendo pelas trilhas e carregando um monte de banana que vinham das esteiras de cima. Mesmo não utilizando animais para carregar a carga, Firmino diz que ainda tem dois burros no sítio, mas que eles já não puxam mais nada, já que hoje ele trabalha com a tobata (micro trator), diz também que “quando o *bicho pega*, colocamos correntes nos pneus”, levando em consideração as pirambeiras da propriedade. Para tanto, Firmino também diz que o trabalho aumentou bastante através de ferramentas mecanizadas, como a tobata na produção e o pequeno caminhão que precisa estar bem carregado para compensar a comercialização. Contando sobre sua rotina de trabalho durante a semana, ele me diz que para se “viver da terra é preciso produzir e comer da roça mesmo... Para produzir com vontade é acordar cedo e ralar. Eu falo que tem que ralar muito mesmo, porque não é mole não”.



Imagem 16: Unidade produtiva familiar do Sítio do Catumba, pela imagem nota-se a predominância do cultivo de banana que se destaca pela interface consorciada com a mata atlântica entre os morros que ficam no entorno da propriedade. **Fonte:** Fotógrafo Eric Garault



Imagem 17: No lado esquerdo superior, “João”, o filho de Firmino e Liana dirigindo a tobata enquanto sobe em direção ao bananal; do lado direito, João e dois funcionários do Sítio começam a carregar as bananas na tobata; ao lado esquerdo de baixo, Firmino colocando correntes na roda do pequeno caminhão e na direita funcionário carregando o caminhão ali mesmo nos arredores do bananal, já pronto para seguir viagem. **Fonte:** Fotógrafo Eric Garault

No MOGICO também se encontram outras famílias de agricultores familiares formadas por “Reinaldo”, “Seu Chico”, “Bastião”, “Cleiton” e “Russo” que assim como a família de Firmino e Liana, precisam *ralar bastante* para conquistar um espaço no mercado de alimentos orgânicos da região. Devido a pandemia, pouco cultivei o contato com Reinaldo, Seu Chico e Bastião, uma vez que as reuniões deixaram de serem presenciais, tornando-se no formato *online*, onde apenas, apesar das dificuldades, Russo e Cleiton chegaram participar com mais frequência, enquanto Reinaldo chegou a participar poucas vezes, por outro lado, Seu Chico e Bastião não conseguiram participar nenhuma vez.

Assim que comecei meu trabalho de campo, ainda em fevereiro de 2020, cheguei a conhecer Seu Chico e Bastião em uma roda de conversa, durante a reunião de planejamento anual realizada no Sítio da Laje - na qual, porventura, também seria a última reunião presencial da associação. Naquela ocasião, com seu modo sereno Seu Chico se lamentava, uma vez que, segundo ele, o grande gargalo de produção no coletivo era a falta de um planejamento de todos

onde a *cultura* e o *desejo* de cada um fosse respeitado, uma vez que se sentia mal com essa história de comprar produtos de fora, referindo-se aos produtos que são comprados de São Paulo por alguns *mogicanos*, em busca de abastecer as bancas suprimindo a falta de abastecimento da produção local. Segundo Seu Chico, aquela atitude deixava algumas pessoas acomodadas, além de pouco ajudar a alavancar a produção local. Sob outro ponto de vista, Bastião, camponês de pele avermelhada com seu chapéu de feltro e barba longa, via o MOGICO como um canal de aprendizagem, sendo formado por concepções próximas e com diferentes experiências. Além disso, Bastião que vive afastado e sem conexão em seu sítio entre os caminhos do sertão proibido da Mantiqueira⁴⁴, lá no alto da Serra de Ibitipoca, também forma o núcleo de guardiões de sementes do coletivo, que, infelizmente, teve seus encontros e trabalhos interrompidos por causa do isolamento social que ocorreu a partir da pandemia.

Em compensação, conheci Cleiton um pouco mais *de perto* em um dia de campo junto com Zé, quando visitamos o seu sítio em Igrejinha, bairro rural na divisa entre os distritos de Humaitá e Penido em Juiz de Fora. Quando chegamos lá, fomos recebidos pelo pai de Cleiton, um preto velho, sentado em seu banquinho de madeira no terreiro, com as pernas cruzadas, fumando um cigarro de palha e sorrindo para nós, chegamos perto e perguntamos onde estava Cleiton, mas antes do senhor responder, “Jess” apareceu na porta da antiga casa, nos cumprimentando e respondendo que Cleiton estava lá no curral. Fomos até Cleiton, lá encontramos ele e mais um homem, meeiro de Cleiton na pequena criação de gado leiteiro do Sítio. Assim que fomos apresentados, caminhamos com Cleiton em direção a sua unidade produtiva orgânica, que fica um pouco distante ao ambiente do curral. Durante o trajeto, Cleiton foi nos apresentando as experimentações produtivas da família, mas, ao mesmo tempo, se queixava por ainda não ter em mãos a tobata em que estava negociando com o irmão de Lúcia, lá do Sítio Laje. Em resposta a angústia de Cleiton, Zé propõe irmos até o Sítio Laje para terminar a negociação e assim definir um modo de trazer a tobata, na mesma hora, Cleiton aceitou a proposta e fez uma ligação ao irmão de Lúcia anunciando a ida, rapidamente, passou em sua casa para avisar Jess e pegar uma jaqueta e logo partimos para lá.

⁴⁴ Ao longo do século XVIII, a coroa portuguesa com a intenção de coibir o contrabando ilegal de pedras preciosas através de caminhos não oficiais, ordenou o fechamento de qualquer trilha no entorno das imediações das áreas mineradoras em Minas Gerais, tornando-se assim, algumas regiões como “proibidas”. Passado o tempo, nos dias de hoje, a rota de contrabando do outro entre as mediações da grande Serra da Mantiqueira, também conhecida como Transmantiqueira, se tornou um grande território brasileiro do ecoturismo e turismo rural.

É importante destacar que Jess, além de esposa e mãe dos filhos do casal, também é companheira de Cleiton, andando e trabalhando sempre juntos em todas empreitadas de produção e comercialização. Jess que foi criada na roça, tem mãos habilidosas para horticultura, diferente de Cleiton que apesar de ter trabalhado a vida toda como peão em fazendas de pecuária em outras regiões, teve que se adaptar ao novo estilo de trabalho na agricultura, assim que arrendaram as terras que hoje vivem, passando pelo processo de transição agroecológica até chegar na agricultura orgânica. Como ele mesmo diz, referindo-se a noção de roça como trabalho pastoreio, “agricultura é *totalmente diferente* de roça”.

Vale lembrar que o casal se tornou membro do MOGICO logo depois de participar do 1ª Curso de Agroecologia Biodinâmica⁴⁵, constituída pela turma de produtores/as e agricultores/as do MOGICO e organizado pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada em Agroecologia (NEPA), dirigido por Zé e Lia, como destacado anteriormente nesta dissertação. Formado pela Aliança Social (AS) e construído entre parceiros institucionais, técnicos, políticos e agricultores na microrregião de Juiz de Fora, o curso proporcionou que Cleiton e Zé construíssem ao longo do tempo uma reciprocidade através de parcerias, trocas e conselhos de trabalho.

Voltamos agora para a situação de campo onde fui apresentado para Cleiton. Assim que chegamos no Sítio Laje, encontramos com Lúcia acompanhado pelo seu irmão, logo depois de uma breve conversa, fomos para aquilo que interessava naquele momento, a negociação da tobata. Através da mediação de Zé, Cleiton e irmão de Lúcia entraram em um acordo e fecharam a compra da tobata por “18 vezes de mil real”. Firmado o compromisso, o desafio era levar a tobata até o sítio de Cleiton e Jess que fica a cerca de 30 quilômetros do Sítio Laje, Zé sugeriu que Cleiton *montasse* na tobata ali mesmo e levasse para casa. Não restou dúvidas, apesar do semblante apreensivo de Cleiton, já que nunca tinha montado uma tobata antes, subiu nela, ligou o motor, manobrou um pouco sem jeito no início e começou a seguir seu rumo.

⁴⁵ O Curso de Agroecologia Biodinâmica enfatiza a importância da capacidade fenomenológica e perceptiva dos ambientes ecológicos, fornecendo princípios para a busca de uma valorização, resgate e cuidado com o organismo dos solos. Nas próximas linhas, nos dedicaremos a compartilhar algumas considerações sobre o curso, visto que entendemos o espaço da prática e aprendizagem como um terreno fértil de vivências que tornam as “alianças sociais” um caminho de transformação, desafios e de maior atenção para uma consciência ecológica da vida socioambiental.



Imagem 18: No lado esquerdo, Cleiton e Zé conversando e examinando a tobata. No lado direito, as primeiras impressões de Cleiton montado e, ao mesmo tempo, manobrando a tobata. **Autor:** arquivos pessoais.

Zé e eu despedimos de Cleiton e combinamos que ao fim do dia iríamos procurar por ele em sua casa para saber se tudo havia corrido bem, depois do até logo, decidimos seguir nosso rumo em busca de adiantar outras tarefas no sítio Pachamama, onde preparamos alguns canteiros, plantamos algumas mudas e colocamos alguns mourões durante o período daquela tarde. Já no fim da tarde, passado quatro horas e meia depois, fomos até a roça da família procurando saber se Cleiton afinal tinha chegado bem, porém, assim que chegamos lá, ainda não tínhamos nenhum sinal do seu retorno. Um pouco apreensivos, ficamos na entrada do terreiro, apoiados no carro e conversando com Jess que, pelo seu lado, se apoiava na porta de casa procurando pensar em alguma solução naquele momento. Mas, de repente escutamos um barulho e um grito lá no fundo vindo da estrada que conseguiu deixar os cachorros agitados e alucinados, em poucos segundos, era Cleiton que vinha acenando com seu chapéu de palha, sorridente e montado na tobata. Logo que chegou, não podia ser diferente, era inevitável a alegria de todos que estavam à sua espera, afinal foi uma jornada de quase 5 horas dirigindo a tobata, andando por volta de 10 km/h pela estrada afora. Perguntei se Cleiton tinha feito alguma parada em algum lugar para descansar ou realizar alguma refeição, ele me disse que veio tocando direto e parou por nada, afinal, ainda respondeu, “é por isso que se come cedo” na roça.

O evento narrado durante o dia em que conheci Cleiton e sua família tornou-se uma situação onde pude ver um pouco *de perto* uma forma cotidiana da resistência camponesa

(SCOTT, 2002)⁴⁶. Ter testemunhado a negociação da máquina no Sítio Laje, por meio da mediação de Zé e sua jornada em busca da tobata, aconteceu a partir de uma série de ações na qual se manteve desde o início, o objetivo de adquirir novas ferramentas para melhorar o rendimento do trabalho familiar. Ou seja, apesar das contradições pertinentes a modernização do campo rural, a busca de Cleiton pela máquina (tobata) também revela seu interesse em substituir atividades manuais da agricultura a fim de otimizar o tempo despendido em algumas tarefas, como por exemplo, na preparação de canteiros e na roçada. O que também se nota na situação da família de Firmino e Liana, onde se teve visivelmente um salto tecnológico narrados pela família através da implementação de automóveis em alguns processos (puxada das bananas, carregamento, transporte, etc.). No entanto, é interessante compreender que mesmo substituindo atividades intensivamente manuais por estilos automatizados, ainda se mantém traços de uma agricultura camponesa, tradicional e resiliente, tendo como base a construção da cultura familiar.

Também a outros agricultores familiares que buscam viver com outros esforços e estilos próprios de resistência camponesa, como é o caso de Russo, que além de produtor rural de origem camponesa, também está em processo de transição orgânica no MOGICO. Russo não é somente identificado como agricultor familiar, pois também está envolvido em outras organizações, uma vez que é assentado e uma liderança pela luta da reforma agrária e agroecologia na região, sendo sujeito ativo no Movimento dos Sem Terra (MST). A propriedade de Russo fica no Assentamento Denis Gonçalves que atualmente ocupa a área da antiga Fazenda Fortaleza de Santana (século XIX), localizado na intermediação entre os municípios de Chácara/MG e Goianá/MG.

Em sua unidade produtiva e familiar, Russo tem se especializado em dois segmentos de trabalho que se complementam de modo multifuncional, tendo como foco, a plantação e disseminação de milho e sementes orgânicas, principalmente das variedades BRS caimbé e dente de carvalho que também acabam sendo destinadas na composição da ração animal de sua criação de suínos. Nesta linha de trabalho, Russo procura desenvolver a conservação de raças crioulas e

⁴⁶ O cientista político e antropólogo James Scott é um grande especialista do mundo rural, tendo diversas publicações e obras no campo de estudos camponeses, resistências rurais, urbanas e subalternas, organizações e movimentos contra-hegemônicos de modo geral. É importante destacar que Scott procura enfatizar o conhecimento, entendimentos e práticas locais que estão enraizadas no tempo e no espaço, a partir dessa perspectiva, o pesquisador procurou desenvolver ainda mais o conceito de “economia moral”, mobilizado pela teoria das outras economias camponesas de Chayanov e também por meio das primeiras elaborações de E. P. Thompson (1963, 1971). Para saber um pouco mais, SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Tradução: MENEZES, Marilda A. de; GUERRA, Lemuel. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan/jun. 2002.

nativas como o porco piau (malhado e de orelhas pretas) e o porco do cerrado que também é conhecido como caipira na região. Vale lembrar que o seu estilo de criação é feito de forma rústica e livre, tendo como foco, a produção local da carne de porco a partir dos princípios da agroecologia e do manejo orgânico.

A produção de carne suína dentro do processo produtivo do sistema orgânico demanda grandes despesas para o pequeno produtor, envolvendo medicamentos, manutenção dos recursos, ração e suplementação de acordo com a produção de insumos orgânicos. De tal maneira que o processo de produzir carne animal de acordo com o sistema de produção orgânica demanda muitos cuidados higiênicos, instalações específicas, certificação do “Bem-Estar Animal” (que orienta o processo do abate), além do processamento do produto onde todos os princípios de agroecologia devem ser aplicados (SOARES; NEVES; CARVALHO, 2014).

Russo enfrenta muitas barreiras para a certificação orgânica da carne, pois sendo “único” produtor/criador suíno de raças crioulas associado ao MOGICO na região, enfrenta não somente obstáculos financeiros, mas também barreiras infra-estruturais, uma vez que não tem condições de instalar e manter um “abatedouro” de produção animal orgânica na região. Tendo em vista estas dificuldades, o MOGICO tem investido em discussões alternativas para que Russo possa alavancar sua produção e consumo de carne suína crioula no mercado local. Sobretudo com um caráter instrumental, alguns *mogicanos* chegaram a propor o conceito de “indicação geográfica” (IG), enquanto um instrumento sociotécnico que indica valores sociais, culturais, econômicos e ambientais correspondentes a produtos e serviços com determinada “identidade territorial”, determinada a partir da origem e dos “atributos de qualidade” (LÓPEZ NETTO; ASSIS; GUEDES; AQUINO, 2015)⁴⁷.

De modo geral, as Indicações Geográficas (IGs) podem servir como uma ferramenta sociotécnica para o movimento da agroecologia e planejamento da produção local capaz de valorizar não só produtos específicos e locais, mas também um conjunto de ações entre os atores sociais mobilizadores dos seus próprios territórios. Podem representar, portanto, a criação de dispositivos de geração de renda, ampliação de mercado, valorização do *saber-fazer* e outras

⁴⁷ Como exemplo deste dispositivo, podemos citar, as primeiras experiências de IG no mundo que aconteceram na União Europeia, como no caso das carnes da região cordilheira dos Pirineus na França e o caso do Vinho do Porto que alguns pesquisadores apontam como as situações mais antigas já documentadas. Ver mais em: LÓPEZ NETTO, A.; ASSIS, R. L.; GUEDES, C. A. M.; AQUINO, A. M. **Denominações territoriais agroalimentares: experiências da União Europeia e do Mercosul para o desenvolvimento territorial dos ambientes de montanha.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 298-93, 2015.

motivações que estimulem processos de cooperação local. Além de pluriatividades relacionadas ao patrimônio cultural e outros serviços rurais como o turismo rural, agroturismo e turismo criativo (SOBRINHO; GUEDES; CASTRO, 2021).

Porém, a outras alternativas que vem surgindo diante de reuniões e eventos que estão envolvendo o MOGICO com novos parceiros, sendo eles, através de professores e chefes de cozinha, assim como, bares e restaurante na cidade de Juiz de Fora que buscam valorizar de alguma maneira formas de resiliência camponesa, em particular ligado a valorização do consumo de produtos locais enquanto uma contra-tendência e ativismo civil por meio da reivindicação de alimentos de qualidade no cenário gastronômico da região. No entanto, esta discussão ainda avança de modo devagar, demonstrando que de algum modo as idéias do *slow foods* e suas dimensões da localidade, da artesanidade e da convencionalidade de culturas alimentares tradicionais, uma vez ligada a territorialidade camponesa também está se alimentando pouco a pouco na agenda do movimento da agroecologia (GOODMAN, David; DUPUIS; GOODMAN, Michael, 2012; NIEDERLE, 2014; AZEVEDO, 2015).

Enquanto a carne suína de Russo ainda está sendo impedida de circular no mercado local de alimentos orgânicos (apenas comercializada de forma direta), Russo se mantém firme nas reuniões demonstrando como bastante resiliência através de suas falas, acreditar no associativismo do MOGICO como o *lugar de fazer*, enquanto mobilização do movimento de resistência rural no território. Pois assim que chegou na região de Juiz de Fora, ele lembra que procurou interagir com outros movimentos (como o MOGICO, economia solidária, sindicatos, etc.), além do MST, em busca de promover articulações sobre atividades na agroindústria, na área de cooperativa agrícola e agroecologia. No entanto, apesar de grandes dificuldades, o próprio Russo diz que não é possível colocar a “carroça em frente aos bois” e que é preciso dar tempo ao tempo para que as coisas aconteçam de acordo com o movimento devir a ser. E com bastante firmeza, ele segue persistindo com a produção de porcos em busca da transição orgânica, articulando com outros atores locais e sempre disposto a colaborar em grupos de trabalho e ações no coletivo.

Até este momento do texto, busquei apresentar diferentes trajetórias e estilos de vida, valorizando as individualidades, conciliando a importância do movimento social e destacando algumas situações sociais e rituais que pude vivenciar *de perto*, não só como colaborador do coletivo, mas também enquanto pesquisador social, entusiasmado pela análise antropológica e

enriquecedora sobre a vida associativa na agricultura orgânica. Já no próximo capítulo, busco tomar outro rumo, recalculando a rota de pesquisa e apresentando um ponto de vista entre o desenvolvimento e o papel da tecnologia na associação, sem deixar de considerar, particularmente, a intervenção dos próprios atores sociais que seguem mobilizando e orientando suas práticas organizacionais e produtivas em vista de aplicações tecnológicas socialmente estabelecidas no coletivo.

Neste raciocínio, nas próximas linhas procuro considerar singularidades no entorno dos aspectos do desenvolvimento mobilizado pela associação MOGICO, baseado nas criações, mobilizações e interconexões dos próprios atores sociais, analisadas em fluxo através de investimentos associativos, estratégicos e tecnológicos, tomando como partida a configuração de arranjos sociotécnicos que estão sendo difundidos e amadurecidos ao longo do tempo no coletivo, sobretudo a partir da união de práticas, valores e crenças que representam a interação de suas redes *sociais-digitais* reunidas no *saber-fazer* da vida associativa.

3. AÇÃO ASSOCIATIVA COMO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Neste capítulo final, faremos um pequeno desvio dos estilos e modos de vida na agricultura orgânica e agroecologia para direcionarmos as atenções para o processo de sistematização de uma teoria da vida associativa. Buscando realizar uma reflexão um pouco mais analítica do que já foi apresentado nos primeiros capítulos, procurei estabelecer os pontos de integração com base na organização dos atores sociais e seus agenciamentos como formas de desenvolvimento no território. Tendo como pano de fundo, a abordagem da “socio-antropologia do desenvolvimento” (SARDAN, 2015), analisaremos o resultado e a recorrência de novas interações e dinâmicas entre os atores sociais, bem como as novas associações que foram sendo estabelecidas e potencializadas em outros espaços que atravessam a Associação MOGICO.

A partir de uma construção social do conhecimento, ao mesmo tempo, coletivo e tecnológico, analisaremos o papel das inovações sociais e tecnológicas que foram sendo mobilizadas e adaptadas pelo coletivo ao longo dos dois anos que fiquei próximo da associação. Nessa sessão, também traçaremos a partir dos *mogicanos* um conjunto de características associativas, tecendo a participação de novos atores e associações que estão se fortalecendo através da difusão de conhecimentos, práticas relacionadas e estabelecidas pelo movimento de agroecologia no território. Assim como já foi apresentado em momentos anteriores, também levei em conta as reações e adaptações dos atores sociais diante de suas dificuldades, principalmente por meio de intervenções e atividades em busca de promover o desenvolvimento da produção orgânica e do mercado local em Juiz de Fora e região.

Observar as mudanças e transformações no território exigem a interpretação das ações, estratégias, afetos e valores dos atores sociais (ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2021, p.43). Portanto, retorno nas próximas páginas em algumas temáticas e situações que já foram abordadas nos dois capítulos anteriores, buscando resgatar os sentidos que foram se apresentando através da ordem de ações construídas pelos próprios atores sociais. Veremos que processos sociais da vida associativa acabam sendo reflexos não só da organização dos produtores, mas também, precisamente da construção de reciprocidade que envolve ações, afetos e valores associativos. Deste modo, temos a intenção de compreender a “ação associativa” como um processo de estabelecer sentidos e significados ao conceito de desenvolvimento, sendo assim, resultado organizacional manifestado através da sociabilidade local.

Desta maneira, também observamos mais a frente os impactos das “reuniões” e “pautas” presentes até aqui no fenômeno do associativismo e cooperativismo regional, bem como seus entraves e obstáculos, analisadas a partir da organização dos produtores orgânicos do MOGICO⁴⁸. Porém, antes de adentrar de modo ainda mais sistemático no contexto da relação emaranhada entre ação associativa, desenvolvimento e tecnologia social, especificamente sob a produção orgânica do mercado local, quero destacar o sentido que tenho aplicado no segundo conceito mobilizado no título desse capítulo, trabalhando e justificando, especialmente, a construção por uma abordagem de desenvolvimento local.

3.1 POR UMA SÓCIO-ANTROPOLOGIA POLÍTICA DA VIDA ASSOCIATIVA

No segundo capítulo, iniciei apresentando algumas contribuições de Max Gluckman e os/as demais herdeiros/as do Departamento Antropologia da Universidade de Manchester, no entanto, o que falta destacar ainda mais é que a Escola de Manchester teve um papel importante no avanço de diferentes estudos sobre o “desenvolvimento” nas ciências sociais. Considerando a medida de ampliação das análises sobre processos coloniais e mudanças sociais, a antropologia social britânica procurou aprimorar pesquisas que buscam enfatizar as interações coletivas e o papel de diferentes instituições e atores na arena pública e na tomada de decisões sobre a vida social. Desse modo, entendo que os estudos coordenados por Max Gluckman e demais pesquisadores dessa perspectiva sócio-antropológica se tornaram fundamentais, ou mesmo, referências essenciais para muitas pesquisas posteriores sobre o desenvolvimento de políticas territoriais. Acima de tudo, como uma abordagem que procura direcionar e analisar formas construídas pelo associativismo entre os atores sociais de um determinado território explorado.

Não é por acaso, principalmente no começo, onde se manteve intimamente relacionada com as pesquisas coloniais no território africano, proporcionou o que Sardan (2015) também chamou de “nova antropologia do desenvolvimento”, abordagem na qual tem sido também transformada e amplificada por outros pesquisadores deste campo como “sócio-antropologia dos espaços públicos”⁴⁹. Dentro disso, para não deixar de passar outras discussões se tratando sobre a África, também vale a pena destacar que os próprios estudos hegemônicos da antropologia social

⁴⁸ As “reuniões” da associação foram utilizadas como um banco de dados para sistematização da pesquisa.

⁴⁹ Para mais informações, consulte: SARDAN, Jean-Pierre Olivier. **Da nova antropologia do desenvolvimento para a sócio-antropologia dos espaços públicos africanos**. Raíces. V. 35, n.2, jul-dez, 2015.

britânica que surgem no território africano, com o passar do tempo, logo servem como ponto de partida para novas críticas sociais e políticas que marcam o século XX. Entre tantos debates progressistas, fortemente relacionado com diferentes leituras sobre o marxismo e anticolonialismo, surge a construção de um campo de desenvolvimento baseado em uma perspectiva descolonialista, trabalhando de forma profunda outra categoria conhecida como “subdesenvolvimento”⁵⁰, que também é trabalhada em pesquisas socioeconômicas relacionadas com o pensamento social e político brasileiro.

Para realçar mais um pouco o debate em torno do conceito de “desenvolvimento”, é importante lembrar que sua ideia é há muito tempo contemplada na modernidade como a marca, ou mesmo, a única marcha possível de civilização sob progresso sócio-econômico. O que, implica a partir da perspectiva sócio-antropológica do estranhamento, no exercício de imaginação reflexiva, indagando-se “para qual” e “para quem”, o progresso em seus meios e fins, tende a servir e existir. Já que o desenvolvimento enquanto categoria ocidental - ou mesmo, ocidentalizante - pertence a nosso imaginário social, sendo uma noção científica, epistemológica e política, resumidamente, cosmopolítica para pensar os desafios globais e locais e suas determinadas soluções.

O antropólogo Arturo Escobar (1995; 2010) traz algumas provocações para este fato, quando em boa medida reconhece que o conceito de desenvolvimento remete a um “espírito discursivo”, que, temporariamente, está constituído na racionalidade da produção capitalista, ideológica e colonizadora, que se encontra ancorada principalmente nas grandes associações, enquanto instituições e corporações econômicas internacionalistas, como o Banco Mundial, Nações Unidas e outras agências globais, centralizadas nos grandes países capitalistas.

De outra maneira, Schmitt (2011) entende que a noção de “desenvolvimento tem operado como uma *idéia-força*, capaz de articular distintas constelações de atores, significados e práticas” (SCHMITT, 2011, p.83, *grifos do autor*). O que também possibilita a utilização deste conceito em diferentes contextos locais e regionais, captando diversos atores em movimento, por meio de várias re-significações socialmente possíveis. Nessa perspectiva, Schmitt (2011) procura trabalhar a agroecologia como ação social e prática política voltada para a organização em rede da agricultura. Dentro disso, a autora defende a necessidade de uma *abordagem social-relacional*

⁵⁰ Para quem busca aprofundar na temática do desenvolvimento e subdesenvolvimento, como entrada no campo da descolonialidade, vale a pena consultar: RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa, Seara Nova, 1975.

do desenvolvimento que articule ideias, interações e conhecimentos sociais de acordo com modos alternativos de pensar e agir no mercado de produção agroalimentar.

Além disso, é importante enfatizar que modos de abordagem relacional do desenvolvimento na sociologia e antropologia também foram incorporadas e renovadas por vários outros pesquisadores do campo científico do desenvolvimento. Entre tantos, vale ressaltar os cientistas sociais e agrários da Universidade de Wageningen, através de nomes como Norman Long, Alberto Arce e Jan Douwe Van der Ploeg que ficaram reconhecidos no campo da sociologia rural, em particular através de pesquisas que se orientam a partir da convergência de atores sociais heterogêneos, dando base para uma perspectiva focada no desenvolvimento rural, em que os atores sociais são os próprios responsáveis em orientar ações, criações e políticas que incidem em formas de existência e transformações territoriais⁵¹.

Nesta perspectiva, é possível entender que a vida associativa dos produtores do MOGICO também se apresenta como um processo de “re-significação de articulações” no que diz respeito ao campo político da agroecologia (SCHMITT, 2011). Uma vez que os próprios atores sociais procuram se mobilizar e criar suas alternativas, alianças políticas e formas de existência territorial. Sobretudo, como destacamos nos capítulos anteriores, através das suas próprias interpretações, sentidos e direções tomadas da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica em escala local. Sendo assim, apesar das dificuldades organizacionais, se entende que os próprios atores sociais do MOGICO conseguem viabilizar seus conhecimentos, valores, afetos e suas práticas como um processo coletivo capaz de estabelecer intervenções nas políticas de desenvolvimento territorial (ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2021).

Para destacar brevemente e um pouco mais a importância do debate sobre o desenvolvimento como uma abordagem de ação *social-relacional*, especialmente pela dimensão dos atores sociais, também tenho procurado sinalizar outros aspectos simbólicos que fazem parte do associativismo enquanto um processo de trocas simbólicas e organização institucional no território. Nesse caso, em nome de uma análise sistemática das relações de reciprocidade, entre a lógica mercantil e o paradigma da dádiva no mercado local de alimentos orgânicos.

⁵¹ A partir de alguns trabalhos de Norman Long, Alberto Arce e Jan Douwe Van der Ploeg foi estabelecido uma conexão entre a “Perspectiva Orientada ao Ator” (POA) e o paradigma do desenvolvimento rural, como um método que busca enfatizar processos multi-nível, multi-ator e multifacetado, incluindo diversos atores, relações e situações lidando diversas questões sociais, institucionais, naturais e como neste caso, digitais. Para saber mais, consulte o artigo: GONZÁLEZ, Shirley Rodriguez; PEREIRA, Viviane Camejo; SOGLIO, Fabio del. **A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre o Desenvolvimento Rural**. Perspectivas Rurales. Nueva época, Año 13, n° 25, 2014.

3.1.1 A crítica da reciprocidade no Desenvolvimento local

A Teoria da Reciprocidade, inspirada na riqueza teórica de Marcel Mauss (2003)⁵², permitiu que muitos pesquisadores construíssem de diferentes formas e contextos uma noção de desenvolvimento configurada em visão holística que se conecta em uma lógica organicista de integração social. Muitos pesquisadores encontraram no “paradigma da dádiva” pressupostos e princípios de inovação no campo das ciências sociais, especialmente com a economia humana, por meio de uma “antropologia do dom”, procurando destacar o papel da “produção de valor”, através da complexidade cultural, simbólica e espiritual, distinta de uma leitura estritamente economicista e material. Nessas abordagens, se destacada de maneira geral, princípios opostos da troca capitalista, correspondendo um ato reflexivo de sociabilidade, através de regras sociais tendo um forte simbolismo também relacionado com o processo crítico de aprendizagem coletiva (CAILLÉ, 1998; 2002a; 2002b; SABOURIN, 2001; MARTINS, 2005; 2017).

No entanto, obviamente, assim como Sabourin (2009; 2011) é preciso evitar uma “idealização das práticas e dos sistemas de reciprocidade”, uma vez que levamos em conta que o capitalismo sobrepõe alienações, as relações de reciprocidade também conhece “alienações perigosas”. O sociólogo e antropólogo procurou identificar entraves negativos da teoria da reciprocidade por meio de suas análises da vida associativa de trabalhadores sindicalizados no campo da produção rural, tomado por ele como processos sociais subordinados a lógicas assimétricas de “alienações das relações de reciprocidade”. Considerando o contexto latino-americano, Sabourin (2009; 2011) reconhece que o processo de reciprocidade, enquanto um fenômeno econômico e social, em alguns casos, acaba prevalecendo a lógica de exploração do capital, tendo em vista as trocas mercantis desarmoniosas, especialmente entre camponeses e capitalistas, pequenos produtores e grandes mercados, além da mediação de terceiros como políticos oportunistas e grandes instituições do setor privado. Nesses casos, Sabourin (2011) alerta para a conjunção de sistemas mistos desequilibrados e opressores entre a lógica capitalista e reciprocidade, que se manifesta através das relações de “reciprocidade negativa”, como o paternalismo, clientelismo, populismo e o neo-paternalismo.

⁵² MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

No caso do MOGICO, é necessário direcionar aos poucos nossa atenção para a falta de interesse de representação em determinadas ações coletivas, como a recusa de cargos e papéis administrativos, a falta de motivação e os rodeios em seguir planos coletivos que procuram fortalecer a produção e organização da associação. Além da dependência organizacional de assistência política e técnica de outras instituições parceiras que se refletem na falta de comunicação entre os próprios produtores, visto que entendem ser apenas um papel relacionado aos técnicos e colaboradores associativistas (EMATER/MG, INTECOOP/UFJF, NEPA, PJF). Isto não quer dizer que ocorra uma “reciprocidade negativa” dentro da associação, porém, tomo as “dificuldades teóricas interpretativas” da reciprocidade para construir um diálogo crítico sócio-antropológico do desenvolvimento local através do contexto de ação da vida associativa. Desse modo, é possível reconhecer que o debate sobre o paradigma da dádiva, no âmbito coletivo, está relacionado com marcadores de empoderamento social tanto como desenvolvimento local, mas também, permite que questões provocadas pela “assimetria da reciprocidade” (dádiva agonística, paternalismo, clientelismo, etc) apareçam e coexistam no debate da vida social (SABOURIN, 2011).

Sendo assim, a noção de desenvolvimento local vinculada com a “teoria crítica da reciprocidade” se tornam importantes para as análises investidas nesta dissertação, já que se encontram no entorno de um debate teórico profundo relacionado com princípios de *idéia-força* da *abordagem social-relacional* (SCHMITT, 2011). Nesse sentido, se observa que o equilíbrio entre a lógica do capitalismo e da reciprocidade acabam se encontrando presentes desde o surgimento da associação, situada ao longo do tempo pelas características, estilos de vida e ações dos próprios atores entre o movimento de agroecologia e produção orgânica local. Apesar disso, a investigação também compreende que a reciprocidade também se estabelece como processo de aprendizagem coletiva, tanto no fortalecimento da produção e mercado de alimentos orgânicos, como no próprio ambiente de formação, criação e mobilização tecnológica.

3.1.2 Reciprocidade como aprendizagem coletiva no território

Tomando como partida a reciprocidade enquanto característica de ação associativa, veremos que o caminho tomado pelo social, geralmente se dá através de processos de aprendizagem coletiva. Nesse sentido, podemos considerar que o movimento dos atores, particularmente tratado no primeiro capítulo, surge em virtude da ação prática entre

“dar-receber-contribuir”, como um sistema de trocas básico, é acionado pela força do bem de práticas associativas (MARTINS, 2005). Observamos através, por exemplo, a partir do fluxo de relações cotidianas e processos sociais que emergem em um primeiro momento com consumidores e pequenos produtores, ainda como “monte de gente” por meio da comunidade escolar. As trocas de aprendizagem, a partir dos caixotes improvisados pelo pequeno grupo pioneiro de agricultores mobilizados pela primeira vez no espaço externo da Escola Paineira, ao passar do tempo vai se desenvolvendo, justamente por ser um espaço social não só de trocas de mercadorias, mas também por trocas simbólicas de organização cultural. Já que a relação originária entre produtores e consumidores de alimentos orgânicos em Juiz de Fora, inicia de forma arcaica, porém, graças a aprendizagem coletiva, aos poucos, começa a se transformar do informal ao formal, configurando assim, um corpo institucionalizado que se manifesta na criação da Associação, Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico.

O MOGICO enquanto uma organização institucionalizada, acaba se tornando uma ferramenta social de aprendizagem coletiva direcionada para o desenvolvimento local da agricultura orgânica, se destacando pelo seu papel de “ação pública” na região de Juiz de Fora. Para tanto, é importante destacar a conexão entre colaboradores e técnicos, especialmente, a assistência técnica por parte da Emater/MG, que no caso do MOGICO, surge pela intervenção das profissionais mulheres, mães de alunos da Escola Waldorf e técnicas agrônomas comprometidas com a agroecologia e produção orgânica⁵³. Graças ao envolvimento delas com o processo de aprendizagem no MOGICO, surge um Grupo de Trabalho (GT) na associação focado na formação técnica e social. Uma das grandes ações do GT, resulta na facilitação de um kit padronizado de barracas de feira, fomentada pela pasta política de incentivo à Agricultura Familiar no município, com apoio da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), através da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA). Com passar do tempo, o GT de formação técnica busca estabelecer ainda mais parcerias e alianças com outras instituições e organizações, públicas e privadas, o que também facilita a conquista de dois novos espaços de feira na cidade, além da recente criação da cesta coletiva, comercializada de forma *online*, que, nesse caso, tratando de tecnologia digital, ainda trago com mais detalhes nas próximas linhas.

⁵³ No primeiro capítulo, procurei destacar o papel das “Anas”, duas mães que estavam envolvidas com o grupo de pais e mães da Escola Paineira Waldorf, que também coincidiram com as técnicas da Emater/MG. Sem dúvida, as duas profissionais tiveram um papel forte e significativo na formação da associação, bem como, para o avanço do desenvolvimento social.

Por outro ângulo, também foi possível perceber que a permanência de eventos e rituais de formação, como o “Dia Agroecológico”, visitas de verificação, e mesmo as reuniões gerais, também apresentam fortes indícios simbólicos de incorporação do “paradigma da dádiva” enquanto um indício genuinamente não só de integração social, mas também de obrigação contida e fundada nas crenças e convenções socialmente imaginárias (MARTINS, 2005; 2017).

No caso do MOGICO, tais obrigações dar-receber-contribuir, enquanto práticas formada por regras sociais ocorrem em dois níveis entrelaçados: no processo social contínuo presente nos encontros do coletivo quando se mostra aberto e receptivo a contribuir frente às demandas dos produtores e consumidores, uma vez associados a ordem do coletivo; e nas visitas de verificação da conformidade orgânica propriamente dito (retratadas brevemente no segundo capítulo), onde é necessário que exista uma integração dos produtores orgânicos com as regras, normas e leis socialmente fiscalizadas pelo Controle Social, estabelecidas de acordo com a legislação da Produção Orgânica no Brasil⁵⁴.

Nesse sentido, a “sociologia da mobilização coletiva” de Daniel Cefai (2017) compreende que ocorre um pragmatismo por parte dos atores em ação, onde a reação dos atores acaba também refletindo ponto a ponto, enquanto ação em desenvolvimento e aprendizagem. Nessa linha, podemos entender que os reflexos dos próprios encaminhamentos e propostas que são mobilizadas durante as experiências coletivas acabam resultando em outras ações de aprendizagem, posteriormente aprendidas e confirmadas em outras situações sociais. Em muitas dessas situações, é possível notar que a Associação, por vezes, se toma por um variado número de sugestões possíveis de serem realizadas no cenário, constantemente, partindo dos atores envolvidos e não envolvidos com as problemáticas enfrentadas. Um leitor bem atento, poderá retornar e reconhecer que a maioria dos temas e oficinas organizadas pelo MOGICO apresentadas no primeiro capítulo, especialmente nos “Dias Agroecológicos”, são consequências do próprio contexto e das demandas sociais em que a Associação fica mobilizada naquele determinado momento histórico, consequente do resultado de aprendizagem coletiva e construção social do saber local (SABOURIN, 2001). Bom exemplo disso, é a própria

⁵⁴ Se tratando de uma “visita de verificação”, mesmo que se encontre alguma desconformidade, dado como um descuido ou pequena falha pelo coletivo, nota-se que a força simbólica em torno do coletivo permite que os produtores se comprometam a corrigir e re-organizar possíveis soluções cabíveis para que o coletivo geral se comprometa sem prejudicar o desenvolvimento da vida associativa. Para tanto, é fundamental que ocorra um firmamento de corresponsabilidade por parte dos envolvidos na visita, assinado e destacado no relatório de visita como uma desconformidade que será corrigida por parte daquele produtor envolvido.

consolidação do SPG, enquanto uma metodologia coletiva que exige a compreensão de cada ator comprometido com a certificação da conformidade orgânica.

No próximo subitem, brevemente poderemos reconhecer um pouco mais a importância da ação associativa enquanto um fenômeno social conectado com a inovação, capaz de instruir arranjos técnicos e construir alternativas, especialmente, estabelecendo pontos com a tecnologia.

3.2 TECNOLOGIA SOCIAL COMO FENÔMENO DA AÇÃO ASSOCIATIVA

Reconhecendo a ação associativa como um princípio de desenvolvimento local, também se tornou necessário refletir o fundamento dos arranjos sociotécnicos e o andamento das práticas localizadas, enquanto resultado diretos das tecnologias produzidas pela interação dos atores sociais. Tendo em vista uma análise articulada com diferentes abordagens da antropologia do desenvolvimento, é necessário que seja observado o ponto de partida dos atores, sem deixar de associar diferentes elementos com os quais os indivíduos constroem, interagem e decifram seus mundos, sejam sociomateriais, ambientais e digitais. Desta maneira, investigar a ação associativa é também um modo de reconhecer quais são as dinâmicas inovadoras e os agenciamentos dos atores na construção de suas próprias práticas territorializadas, observando principalmente as tecnologias que auxiliam, encaminham e nutrem a vida associada. Neste caso, tratando da associação MOGICO, a pesquisa procurou reconhecer suas interações, reações e adaptações tecnológicas no mercado local de alimentos orgânicos e da agroecologia como efeito da construção social do conhecimento local de suas ordens sociais (SABOURIN, 2001, 2011; NIEDERLE, 2017).

Com esse intuito, é importante compreender que existe um conjunto de Tecnologias Sociais (TS) que estão sendo desenvolvidas e contempladas por diversas iniciativas, instituições e organizações da sociedade civil (OSCs). Justamente para serem reconhecidas como alternativas modernas, simples e de baixo custo, garantindo soluções de sustentabilidade para um número significativo de atores, comunidades, empreendimentos econômicos e solidários (COSTA, et. al., 2013).

No Brasil, a trajetória histórica das Tecnologias Sociais (TS) resulta em um processo regulatório de Política Pública (PL 3329/2015), tendo em vista a legitimar a incorporação do Estado junto com a sociedade civil, enquanto processo de interface do desenvolvimento social que busca soluções alternativas para questões que afligem a população brasileira e seus variados

empreendimentos. Porém, apesar do avanço constitucional, Maciel (2019) diz que o processo histórico e jurídico que está se desenvolvendo ao longo do tempo, também pode estar ocultando e reprimindo de forma contraditória as organizações e suas construções do conhecimento, que ocorre através processo de ocultamento dos aspectos cognitivos e sociais, colocando em risco a burocracia estatal que não reconhece o esforço das mobilizações singulares que surge principalmente através de ação coletiva e das tecnologias alternativas e populares. O que, conseqüentemente, produz a vulgarização do conceito de Tecnologia Social (TS) como um “método” capaz de qualquer “apropriação instrumental” por parte de outros grupos sociais (MACIEL, 2009).

Maciel (2019, p. 5) identifica que as TS não podem ser reduzidas a “projetos, artefatos, técnicas e/ou metodologias”, mas, sensivelmente, observadas e apreendidas como “princípios, interações e processos coletivos de aprendizagem”. Seguindo este argumento, procuro compreender que a organização tecnológica que está sendo desenvolvida pelos *mogicanos* é resultado dos processos de aprendizagem e das trocas de conhecimento adquiridas através da ação associativa. Sendo elas, através de interconexões estabelecidas pelas próprias experiências, vivências e trajetórias vividas de produtores, consumidores e colaboradores, no andamento histórico e construtivo da associação.

Analisando o caso do MOGICO, é possível perceber duas configurações fundamentalmente tecnológicas, no ponto de vista socialmente interacional e pedagógico: a própria construção do Sistema Participativo de Garantia (SPG), reconhecido pelo Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG), que se equivalem como Tecnologia Social (TS), pois exige a participação direta do produtor com o coletivo, processo que compromete os próprios sujeitos interessados na rede social e técnica formada por diferentes pares; e a Aliança Social (AS) que surge enquanto um conceito constituído historicamente no MOGICO pelo envolvimento do Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada em Agroecologia (NEPA) na cidade de Juiz de Fora. O objetivo geral da AS é descrito pelo NEPA como uma tecnologia social capaz de criar redes envolvendo agricultores, organizações públicas e privadas, entre parceiros institucionais, técnicos e demais agentes públicos para a construção de uma

economia associativa e solidária, conciliando produção agroecológica e consumo responsável (NEPA, 2011)⁵⁵.

Nos capítulos anteriores, já cheguei a comentar sobre o NEPA, especialmente pelo papel desempenhado pelo casal Zé e Lia, que além de agricultores de origem urbana, também são coordenadores da ONG-NEPA, porém, entendo que ainda é importante trazer mais algumas informações a respeito dessa organização, devido a sua corresponsabilidade nos processos associativos na região. Vale destacar que o NEPA surge como organização civil sem fins lucrativos que nasceu em 1996 na cidade de Fortaleza (CE), buscando promover o desenvolvimento integral das comunidades rurais e urbanas através da integração do ser humano com a natureza, ajudando a fundar associações de agricultores, bem como, a própria capacitação de produtores e consumidores, demais agentes pelo interior do Ceará e outros lugares.

Desde de 2016, o NEPA vem atuando na cidade de Juiz de Fora com o objetivo de planejar e executar programas, planos e seus projetos, criando e transferindo tecnologias sociais em rede no âmbito da agroecologia biodinâmica, educação ecológica, sustentabilidade e saúde integral⁵⁶. A construção da Aliança Social (AS) na microrregião de Juiz de Fora, ocorre inicialmente a partir de parceria entre MOGICO e NEPA, em que é gerado uma série de eventos (como o Dia Agroecológico, oficinas, cursos, entre outros), mobilizações e ações localizadas, fazendo parte tanto do processo de formação, como de experimentações da Associação MOGICO em Juiz de Fora.

A Aliança Social (AS) formada entre o NEPA e MOGICO, ao longo do tempo foi que começou a conectar outros atores, instituições e situações sociais importantes que já apareceram em momentos anteriores nessa dissertação. Dentro disso, vale destacar a parceria e ações públicas estabelecidas pelos Núcleos de Estudos em Agroecologia da Universidade Federal de

⁵⁵ O conceito de Aliança Social (AS) foi certificado como Tecnologia Social (TS) no ano de 2011, por meio do Programa Transforma da Fundação Banco do Brasil. Para acessar informações: <<https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/alianca-social-as->>.

⁵⁶ Como já destaquei no capítulo anterior, o NEPA é responsável pelo Curso de Agroecologia Biodinâmica (até então três edições foram realizadas em 2016, 2018 e 2020) enquanto um espaço de formação e aprendizagem realizado no Sítio Pachamama, localizado no distrito de Penido, na zona rural de Juiz de Fora, onde ocorre a formação de produtores por meio de seis módulos, para que o participante possa vivenciar e observar o desenvolvimento da produção de alimentos, desde a preparação do solo, calendário agrícola, manejo agroecológico biodinâmico e a certificação orgânica. É importante destacar que o MOGICO foi a primeira turma do Curso de Agroecologia Biodinâmica no ano de 2016. Para saber mais, acesse: NOVAES, G. D. C. **Pensamento Biodinâmico e Aliança Social:** construindo o conhecimento no curso de Agroecologia Biodinâmica. In: IX Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2021, Brasília, DF. Encontro da Rede de Estudos Rurais.. Rio de Janeiro - RJ: Rede de Estudos Rurais, 2021. v. 2/2021. p. 01-19.

Lavras (NEA Mantiqueira/UFLA) e da Universidade Federal de Juiz de Fora (NEA EWÈ/UFJF); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/MG); Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora (INTECOOP/UFJF); ainda, recentemente, o Jardim Botânico/UFJF e demais agentes do município, como a Secretária de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) da Prefeitura de Juiz de Fora.

Reconhecendo os atores como agentes responsáveis não só pela ação, mas, sobretudo, pela configuração do desenvolvimento que procuro reconhecer as movimentações, eventos e mobilizações enquanto fenômenos e processos sociais projetados como reflexos da vida associativa, da prática de cooperação e aprendizagem coletiva. Mais à frente, busco trazer outras características e configurações que foram sendo confeccionadas pela ação associativa ao longo do tempo, essencialmente, através da organização social e divisão do trabalho institucional empregada pelos *mogicanos*, nas quais estão sendo observadas e traduzidas neste trabalho, de maneira conceitual como “tecnologias sociais”, ou talvez, a “tecnologia do social”, já que estão emergindo e sendo manifestadas por *invenções do social* e suas mobilizações coletivas (CALLON, 1995; AKRICH, CALLON; LATOUR, 2002; LATOUR, 2012; CEFAL, 2017).

É a partir desse ponto de vista que tenho buscado entender características e elementos singulares da ação associativa que têm surgido como resultado de agenciamentos e intervenções dos próprios atores sociais que procuram mobilizar e orientar suas práticas produtivas de cooperação, sejam por meio de aplicações tecnológicas como veremos mais à frente, ou mesmo, através de ferramentas sociais que estão sendo mobilizadas e orientadas durante as interações dos atores e suas perspectivas em movimento (LONG, 2007; LONG; PLOEG, 2011).

Como apresentado nos capítulos anteriores, foi possível entender que os dias agroecológicos, as feiras, a organização de controle social, os mecanismos de certificação participativa e as visitas de verificação da conformidade orgânica são também formas de agenciamentos tecnológicos da ação associativa no desenvolvimento local. Nos próximos subitens, procurei apresentar mais elementos de agenciamentos, arranjos e fluxos tecnológicos, ao seguir mais a fundo os rastros dos atores *mogicanos* e suas co-criações, principalmente, a partir da incorporação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) durante a ação associativa. Para tanto, também procurei observar as mobilizações e ações de desenvolvimento tecnológico como um fenômeno social consequente da reunião de interesses comuns e técnicos, buscando resolver pautas e discussões sobre a crise econômica, em que diferentes indivíduos de

uma sociedade e comunidade, mesmo que muitas vezes se encontram em posições divergentes, ainda assim procuram entrar em acordos, utilizar ferramentas disponíveis e tomar decisões para o avanço de ações coletivas.

3.2.1 A incorporação de tecnologias de informação e comunicação na vida associativa

Apesar das grandes dificuldades de pesquisa em plataformas digitais, é possível reconhecer que a incorporação de tecnologias de informação e comunicação (TICs) ocorre através do caráter produtivo da descrição de técnicas, inovações, produtos de conexões e origens, como um processo de “repovoamento” ao expor a reflexividade da “rede sociotécnica” (RIFIOTIS, 2014).

Buscando apresentar uma reflexão sobre a configuração sociotécnica dos atores sociais, vale recordar que no começo quando iniciei minhas análises sobre o MOGICO (2020), o mundo passava por mudanças em vista a crise econômica e humanitária dos primeiros meses de pandemia do Coronavírus (Sars-Covid19). Para tanto, Salazar, et. al. 2020 analisando este período, testemunhou que organizações de agricultores familiares e pequenos produtores rurais sofreram impactos significativos através de três dimensões que se encontram interligadas: a) problemas de manutenções produtivas e comerciais; b) distribuição e comércio de alimentos; c) queda na renda de agricultores e pequenos produtores rurais.

Tais impactos também aconteceram no MOGICO, já que foram relatados em diversas reuniões posteriores por meio de pautas, demandas e gargalos que emergiram daquele período (março de 2020 em diante). Dentro disso, a suspensão de feiras e outros espaços de comercialização, somado com a própria falta de “reuniões presenciais” deixaram os *mogicanos* em uma situação de grande dificuldade, em particular frente à crise econômica, visto que muitos tiveram que se afastar e diminuir a produção. Ainda por cima, fazendo ter que perder partes ou todo montante de safras para a comercialização produzida naquele período, o que, evidentemente, situação que ficou ainda mais agravada entre os agricultores familiares em um primeiro momento. Por outro lado, algo bem menos observado entre agricultores de origem urbana, uma hipótese possível está na situação socioeconômica dos mesmos, que em alguns casos, contam com outras fontes econômicas e ocupações de trabalho na cidade, conseguindo assim, sustentar em certa medida suas famílias frente à crise socioeconômica que se espalha no país.

Ocorrendo este fenômeno social e sanitário durante a minha pesquisa, pude notar que a associação buscou se mobilizar e orientar algumas práticas de caráter emergencial, espontâneo e adaptativo com ações frente à crise econômica. A primeira delas foi adotar reuniões *online*, buscando substituir as reuniões mensais que aconteciam sempre aos terceiros sábados do mês, logo após a feira na praça do Bom Pastor. Seguindo esta trajetória de pesquisa, percebi a necessidade coletiva de interagir e se mobilizar socialmente por meio de outras ferramentas digitais, acontecendo de forma crescente e incondicional pelo uso da internet, onde tive que adaptar - assim como a própria associação e suas ações - constantemente minha inserção como pesquisador dentro do coletivo, em que procurei estar presente de forma virtual e observar seus espaços de conversações nas redes digitais.

Entretanto, também vale destacar que naquele momento, por algum tempo continuei acompanhar o MOGICO cumprindo um “papel institucional”, como “formador” na Frente de Agroecologia, coordenado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Programa de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora (INTECOOP/UFJF). Ocupação que eu havia começado ainda em 2019, um pouco antes de a pandemia chegar no Brasil, em que, basicamente, a função consistia em acompanhar, auxiliar e investigar o coletivo em seus trabalhos e desenvolvimento, buscando orientar, construir e agir dando suporte as alternativas tecnológicas e de cooperação na perspectiva da Agroecologia e da Economia Popular Solidária.

Diante desse papel, procurei apoiar o coletivo em suas reuniões *online* que começaram acontecer através de plataformas digitais, especificamente, a “plataforma meet”, onde, em muitos momentos, fiquei responsável em abrir e supervisionar a sala virtual, bem como, encarregado de redigir as “Atas de reuniões”, já que muitos dos produtores e demais colaboradores que participavam, dizia não ter tanta intimidade com a “escrita digital”⁵⁷.

Aproveitei as diversas reuniões *online*, conversas no *Whatsapp* e publicações no *Instagram* que pude acompanhar para também navegar de forma digital na vida associativa e por consequência reconhecer e contemplar um conjunto de caminhos e possibilidades de pesquisa diante das tecnologias de comunicação e informação que estão constantemente em

⁵⁷ No total, tenho em meu arquivo pessoal 14 Atas de reuniões *online* definitivas do MOGICO (sem contar as minhas anotações sobre as reuniões presenciais disponíveis em meu caderno de campo). Em razão metodológica, durante as reuniões *online* que estou responsável pelas Atas, procuro organizar as pautas e informes em tópicos, apresento demais ideias que surgem na sessão e a lista de participantes. Além disso, busco redigir as atas como uma espécie de “conversação”, destacando o nome das pessoas, a tonalidade de suas palavras e frases ao longo da sessão. Logo depois de uma revisão, compartilho as Atas no grupo do *Whatsapp* e no *Drive* que está disponível o acesso de forma *online* para os associados.

desenvolvimento nos dias de hoje. Dessa maneira, compreendo o fato que a “digitalização” tem evidenciado múltiplos dispositivos, aplicativos e redes de conexão que integram e viabilizam atividades humanas atualmente, tornando-se “fundamentais para as relações que estabelecemos uns com os outros e com o mundo” (LINS, et. al. 2020, p. 2)⁵⁸.

A respeito disso, não é por acaso que Segata e Rifiotis (2016, p. 9) consideram a pertinência que a tecnologia e o digital tem ganhado diante da produção de conhecimento nas Ciências Sociais, e especificamente no campo da “cibercultura”, explorando e rompendo de sobremaneira a fronteira assinalada entre a Antropologia e Comunicação, já que reconhecem um campo de hibridismos entre corpos humanos e não-humanos, na forma da internet e dos seus dispositivos, como processos de “elasticidade da vida”, mesclando a “ficção científica, a ideia de futuro e as transformações da vida contemporânea”.

Ter vivenciado a pandemia da Covid-19 junto com o MOGICO, me fez entender a importância da internet, especificamente, incorporando e transformando o contexto de pesquisa “multissituada à plataformizada”, assim como, Gonçalves (2020) trouxe enquanto um exercício de entrelaçamentos entre ambientes digitais e suas relações com a vida social. Acompanhei os *mogicanos* a partir não só de suas ações localizadas no mundo presencial, onde todos atravessamos um processo de incorporação de tecnologias de informação e comunicação que foram potencializadas conseqüentemente por causa do “isolamento social”.

Por um outro lado, mesmo na ocorrência de diversas restrições de circulação provocadas pela pandemia do Covid-19, a internet e seus dispositivos digitais não deixaram que os *mogicanos* se comunicassem, pelo ao contrário, potencializaram a própria organização associativa através de múltiplos canais de comunicação. Sobretudo, ao se tratar de um sistema participativo, produtivo e alimentar institucionalizado por diversos agentes sociais mobilizados em redes “sócio-digitalizadas”, seja em espaços públicos, ou mesmo, por conexão banda larga.

Em outras palavras, ficando imerso um bom tempo em plataformas digitais, busquei realizar minha coleta de dados, observando e participando da vida associativa, em que pude formular uma reflexão sob um “novo” olhar no campo etnográfico, de modo digitalizado, que me

⁵⁸ O dossiê, *Estratégias para pensar o digital* organizado por Lins, Parreiras e Freitas (2020), publicado recentemente pela Cadernos de Campo (periódico online vinculado à USP)⁹, reúne pesquisas e interesses de campo advindas ou não da pandemia da Covid-19, apresentando mais um conjunto de caminhos e possibilidades em desenvolvimento através de pesquisas em ambientes virtuais, plataformas e dispositivos digitais. Para saber mais, acesse: LINS, B. A.; PARREIRAS, C.; FREITAS, E. T. **Estratégias para pensar o digital**. Cadernos de Campo (São Paulo, online). vol. 29, n.2, p.1-10, USP 2020.

deixou ainda mais, *de perto* e *de dentro* (MAGNANI, 2009), entre outras perspectivas multissituadas.

Além de frequentar os dias de feira e mediar boa parte das reuniões *online* (via plataforma meet) também procurei participar de “grupos de conversa” e de grupos trabalhos (GT) proporcionados pela multiplataforma do *Whatsapp*, na qual pude manter a constante coleta de informações das ações associativas mesmo por meio digital⁵⁹. O *Whatsapp* é uma “multiplataforma”, já que além de mensagens instantâneas e chamadas de voz, também é mobilizado como ferramenta de trabalho para o coletivo, visto que por meio dele, os produtores conseguem compartilhar informações técnicas relacionadas com a produção agrícola, manejos e preparos alternativos, ainda, por cima de notícias, cursos, imagens, vídeos, textos, entre outros materiais informativos. Em uma chave “sociotécnica”, o *Whatsapp* serve como uma “rede de conexões” viável entre os atores e suas ações, potencializando e horizontalizando a participação coletiva através de relações múltiplas “do saber/fazer” encadeadas no meio digital (SEGATA; RIFIOTIS, 2016).

Também é por meio do *Whatsapp* que os *mogicanos* agendam reuniões (presenciais e *online*), fazem e divulgam lembretes de eventos administrativos e burocráticos, como assembleias públicas e fóruns municipais/regionais que fazem parte da vida associativa e seus comprometimentos diante da “arena pública” na grande região de Juiz de Fora. É comum alguns produtores compartilhem “notícias” e “eventos aleatórios” da região e de lugares mais distantes que envolvem a agroecologia, associativismo e cooperativismo, desenvolvimento rural sustentável, questões ambientais e políticas da agricultura.

Os *mogicanos* buscam compartilhar imprevistos “naturais” diretos ou indiretamente relacionados com as unidades produtivas, como chuvas, geadas, desabamentos, pragas, queimadas e outros desequilíbrios que acontecem nos agroecossistemas locais da região. Em outros casos, também ocorrem pedidos de apoio, suporte técnico e ações por parte dos produtores à entidade, tendo em vista o papel jurídico da associação em proporcionar, responsabilizar e amparar dentro de casos que os *mogicanos* necessitam de representatividade frente ao poder público.

⁵⁹ Através da minha participação nas reuniões, tenho procurado deixar claro para o coletivo os meus procedimentos de coleta de dados, portanto, minha aproximação junto com os produtores está permitindo trocas de informações e interesses sobre a pesquisa, pois, acima de tudo, busco colocar o meu trabalho também como um processo sócio-técnico a serviço da associação.

Como exemplo, vale destacar a discussão que apresentei no segundo capítulo sobre o pequeno produtor rural, denominado "RS orgânico", vizinho de Cleiton e Jess que estaria vendendo produtos sem certificação orgânica, mas ofertados como produtos orgânicos. Especificamente, este caso é um entre outros que foi bastante discutido por vários dias em um grupo de conversa no *Whatsapp*, chamado "Comitê de Ética MOGICO". Desse jeito, o *Whatsapp* acaba sendo mobilizado, assim como, o próprio mobilizador, para denunciar práticas ambientais irregulares, ou mesmo por parte dos próprios associados.

Portanto, as tecnologias de informação e comunicação (TICs), ou somente o uso da internet, está fazendo parte de forma incisiva para organizar, compartilhar e comunicar uma infinidade de assuntos que se desenvolvem através da ação associativa. Outro exemplo é a utilização do *Instagram* e lojas virtuais que permitem a comercialização e divulgação da associação, buscando alcançar internautas consumidores(as)/comedores(as) de alimentos orgânicos, ou apenas interessados(as) na agricultura orgânica e agroecologia.

Também é importante dizer que o avanço das TICs estabelece um conjunto variado de ferramentas e procedimentos tendo como objetivo inovações que acabam incorporando tanto uma lógica industrial quanto empresarial, por meio de processos da gestão econômica e financeira conectada ao "universo digital do negócio agrícola" (FONTOURA; DEPONTI, 2018). Se acredita em outras realidades e grupos sociais da agricultura - ou mesmo, do agronegócio - que o uso de aplicativos digitais e outras ferramentas tecnológicas, têm auxiliado produtores rurais a acessarem a diversos serviços e banco de dados para monitoramento agrícola e melhoria da gestão na propriedade rural. Pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa e Pecuária (EMBRAPA) apontam isso como, um fenômeno da "agricultura digital" e/ou "agricultura 4.0" (MASSRUHÁ; LEITE, 2017).

Tendo em vista este argumento, os *mogicanos* também tentaram incorporar no início de 2020 uma plataforma digital desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) enquanto um "Caderno de Campo" de modo *online* a serviço de organização das propriedades rurais. No contexto do associativismo e na institucionalização de aspectos legislativos da produção orgânica, a possibilidade de utilizar outras plataformas digitais têm apresentado como objetivo atender pequenos produtores orgânicos a conseguirem obter de forma tecnológica a rastreabilidade e desenvolvimento do Plano de Manejo Orgânico (PMO), sendo transformado de modo digital,

cada vez mais para um funcionamento tecnocrático e procedimental da institucionalização no Sistema Participativo de Garantia (SPG).

Um pequeno grupo de agricultores do MOGICO que chegaram a testar a utilização deste aplicativo em teste, , que funcionou em pouco período de tempo, reclamam de má funcionalidade, somado com a falta de conexão da internet em zonas rurais, além de apresentar dificuldades de adaptação no cotidiano e jornadas de trabalho.

O uso de outras plataformas digitais está em pauta no MOGICO de três modos:

- 1) Formação para informar compromissos e responsabilidades associativas e comunicar noticiários de eventos, técnicos e produtivos da agricultura orgânica, notificando temas e discussões que permanecem em pauta rotineiramente na vida associativa dos produtores orgânicos.
- 2) Produção para o coletivo desenvolver novas plataformas e tecnologias para aplicar, regular e prevenir suas medidas de organização produtiva e controle social, sobretudo pela rastreabilidade da origem de produção e alimentos certificados na agricultura orgânica.
- 3) Cooperação para busca de colaboração, criação e ação de inovações coletivas e de um organismo de cooperatividade integrado nas redes sociais e digitais do movimento da agroecologia e produção orgânica.

Se consideramos o acesso dessas ferramentas tecnológicas e digitais, para além de uma chave *agribusiness*, como uma realidade que atualmente já ocorre entre os pequenos produtores e agricultores familiares do MOGICO, podemos reconhecer que as TICs estão aumentando as chances de comercialização de produtos agrícolas e alimentos orgânicos através da difusão de “novas plataformas” e “feiras virtuais” (como o site da cesta coletiva). Podendo ainda, dentro deste caminho sócio-tecnológico, promover de forma virtual “geração de valores” na produção camponesa, orgânica e da agroecologia, especialmente, em vista da relação direta entre produtores e consumidores para além da venda direta e presencial, visto que também proporciona a construção de espaços virtuais de interação e sociabilidade (PREISS, 2020).

Vale lembrar que no primeiro capítulo, no subitem “organizando a comercialização”, cheguei a apresentar a “cesta coletiva”, disponível na internet através de um site de vendas, onde os *mogicanos* comercializam produtos orgânicos de produtores individuais, mas que chegam em

uma única cesta na residência dos consumidores. Para tanto, também quero destacar que o processo de co-criação do site de vendas é resultado de uma ação associativa voltada para cooperação, onde os produtores procuraram desenvolver mais um canal de comercialização, enquanto uma adaptação em busca de enfrentar as restrições impostas pelo “isolamento social”.

É importante dizer que nos primeiros meses de venda *online*, as vendas não foram muitas, sendo comparadas ao espaço da feira, entretanto, através do investimento em *marketing digital*, as vendas começaram a melhorar e chegaram no seu ápice com a venda de 60 cestas por semana no ano de 2021. Apesar do número ainda baixo, é fundamental notar que a associação procurou agir por meio de inovações e tecnologia ao buscar expandir de modo digital seus canais de comercialização⁶⁰.

Até este momento, podemos afirmar que é por meio da internet, suas tecnologias e plataformas de mídias sociais (*Whatsapp, Instagram* e demais Aplicativos) que o MOGICO enquanto ação associativa tem procurado organizar e divulgar alguns aspectos simbólicos e culturais fundamentados na origem da associação. Sejam eles, valores estabelecidos durante o desenvolvimento do movimento da agroecologia e da agricultura orgânica na região, assim como a comercialização de produtos e alimentos orgânicos em redes sociais/digitais.

A partir da incorporação de tecnologias de informação e comunicação que podem ser vivenciadas pelo mundo virtual que é possível observarem os *mogicanos* em formato de rede social/digital e seus processos que fazem e dão sentido à vida associativa, mesmo que de maneira *online*, uma vez que é dessa maneira que tenho compreendido e rastreado o desenvolvimento de ações associativas e à incorporação de tecnologias de informação e comunicação.

Por outro lado, se temos a imagem da “associação” como um organismo socialmente vivo e conectado que reconhece suas informações em rede, entendemos que a vida associativa ocorre como um canal de tecidos sociais, tecnológicos e ecológicos, enquanto um emaranhado de particularidades, especificidades e sutilezas que se materializam através de espaços de formação social/digital. Especialmente, dando forma a produção da solidariedade e cooperação econômica,

⁶⁰ Recentemente, Wagner e Zé apresentaram para o coletivo algumas estratégias para se pensar a expansão da cesta coletiva, como exemplo, ao invés do site funcionar para pedido apenas nos finais de semana, com as mudanças propostas por eles, passaria a funcionar todos os dias da semana, entre outras mudanças específicas. No entanto, a associação ainda não aprovou a mudança da cesta coletiva, pois ainda depende de alguns ajustes e mais produtores capazes de fornecer produtos orgânicos para o funcionamento do plano de negócio.

bem como a vida de um organismo participativo e seus braços sociais/digitais - disponíveis e registrados no mundo real, como no virtual.

Desse modo, penso que os resultados da pesquisa social em ambientes e espaços incorporados pela *tecnologia do social*, tende apresentar um aglomerado de ideias e ações associativas, em que acontece, ao mesmo tempo, como um processo coletivo e técnico da associação. Produzindo assim por meio de conexões digitais, espaciais e sociais, a “visibilidade singular de fluxos, mostrando a pluralidade e a hibridização dos agentes em ação” (RIFIOTIS, 2014, p.148). Principalmente, enquanto estão buscando desenvolver e socializar suas opiniões, aptidões e trajetórias individuais frente ao coletivo.

Sinalizando assim, o diálogo entre os atores e suas diferentes perspectivas, sobre diversos rastros, sujeitos e suas múltiplas reflexões entre múltiplas agências, como um “conjunto de associações materiais e discursivas, ações performativas e dinâmicas conversacionais” dos atores que estão reunidos durante o curso de ação em que se está desenvolvendo tecnologia do social e a vida associativa (CHARÃO-MARQUES; SCHMITT; OLIVEIRA, 2017, p.18).

Quero dizer que para mim pensar tais fluxos e pluralidades por meio de plataformas digitais, especialmente nos dias de hoje, têm alterado o papel da pesquisa social, conectando modos de vida, diversas referências e outros mundos possíveis. Em nosso caso específico, seguindo os rastros dos *magicanos* de forma presencial e *online*, é possível encontrar propostas que ainda se encontram em desenvolvimento no mundo vivido, como por exemplo, a própria formação singular e histórica de novos canais curtos de comercialização que se apresenta de maneira social, ecológica e digital, tendo como objetivo fortalecer um mercado de produtores e conhecimentos da rede local. Uma vez assim, sendo localizado a rede de produtores, consumidores e colaboradores em um formato *on* e *off*, orgânica e institucional, que tem tomado a forma de compartilhar e ainda alimentar uma “cultura digital de produtos orgânicos” na cidade de Juiz de Fora, bem como, de todo alcance regionalmente espacial.

Para dar uma continuidade a reconstituição social da tecnologia na vida associativa, procuro no próximo subitem analisar um pouco mais interações humanas e não humanas enquanto resultado de uma relação direta de temas, fenômenos e debates da ação social, isto é, fluxos, pautas e encaminhamentos unidas na vida social e nas suas *reuniões* que tem possibilitado constituir um panorama da “rede sociotécnica” redesenhada pela observação da

aprendizagem coletiva e pelo uso de tecnologias de informação e comunicação, incorporadas na institucionalização mobilizadas nas experiências da *sociação-mogicana*.

3.3 REUNIÕES E PAUTAS MOBILIZANDO A REDE SOCIOTÉCNICA

Na última sessão do texto, precisei destacar o papel das tecnologias de informação e comunicação, já que estão servindo especialmente como ferramentas sociais de trabalho, mas também, como ambientes de sociabilidade das ações associativas. O que somente foi possível, por meio do acúmulo de *reuniões* que apresentaram durante a investigação novos rumos, transformações sociais e inovações coletivas, registradas e encaminhadas pela associação, o que me permitiu dar vida a algumas mobilizações da rede social e tecnológica do MOGICO.

Nos capítulos anteriores discorremos sobre a minha participação em diferentes situações *de perto* como pesquisador de campo entre os *mogicanos* (encontros agroecológicos, feiras de comercialização, visitas de verificação, entre outros). Onde, muitas vezes, busquei está colocado em uma posição provocativa e curiosa capaz de refletir algumas interseções entre a observação participante e pesquisa-ação, tendo em vista meu papel como “formador/facilitador de agroecologia”, uma vez vinculado no início com a INTECOOP/UFJF, e depois da minha saída (2021), colaborador e técnico (voluntário) associado ao MOGICO. De modo geral, tive que produzir uma participação ativa, me direcionando de acordo com as movimentações coletivas entre diversas funções, demandas e discussões de ideias na associação.

Desde de 2019 (ainda como bolsista da INTECOOP), procurei participar de modo regular em diversos tipos de *reuniões*, sejam elas de assembleias constitucionais, planejamento coletivo, grupos de feiras, fóruns, entre outras que ocorrem de forma rotineira presente na agenda da vida associativa. O que me propiciou uma certa familiaridade com o objeto de pesquisa, além de um olhar imerso e configurado por uma teia de relações subjetivas e pessoais, ao longo de um tempo, em que pude acessar diversos atores que circulam e se reúnem com o MOGICO.

Desde então, tenho procurado observar as reuniões da associação, ao mesmo tempo, como pesquisador-colaborador-facilitador de processos que giram em torno do movimento da Agroecologia na região. O que me permite formular uma dimensão instrumental, onde tenho, até o momento, procurado estruturar através de diversas notas de trabalho. Algumas vezes acompanhando os agentes e seus referentes encaminhamentos institucionais, pude testemunhar e colaborar com a mediação de situações políticas e econômicas, além de formular e documentar

amplos resumos das conversações e de performances das ações sociais. Para isso tenho feito reflexões em cima de uma sociologia das ações, através de espaços sociais e digitais, tomando como objetivo o reconhecimento das relações em rede, ao rastrear múltiplas agências que estão se desenvolvendo, particularmente, por meio de interações e discussões, representadas e estabelecidas sobretudo pelas pautas de reuniões, cada vez mais “multissituada à plataformizada” (GONÇALVES, 2020).

Em outro tempo, John Comerford (1999), quando realizou sua pesquisa entre trabalhadores, associações e sindicatos rurais em diversos espaços das organizações camponesas, procurou abordar as "reuniões" em si mesmas, por dentro dos seus procedimentos. Seja pelos eventos e espaços vivos de observação de falas e gesticulações, sobretudo, por buscar sociabilidade, valores, rituais, símbolos e a cosmologia do mundo vivido. Tomando em vista, aspectos essenciais de reprodução da vida social, suas práticas e representações de sociabilidades reconhecidas no universo social, Comerford (1999) chega argumentar que:

É a partir do momento em que uma forma específica de sociabilidade (associada ou não a um conjunto mais formalizado de procedimentos, como no caso das *reuniões*) passa a ser identificada e nomeada pelos próprios atores, está não apenas sendo posta em prática, mas também representada e associada a outras representações. Neste sentido, formas de ação (ou esquemas de ação) e representações são indissociáveis, formam pares, que se associam por sua vez a determinados atores sociais. (...) Identificar o repertório dessas formas de ação/representação, o modo como são relacionadas na prática, os agentes associados a elas e os mecanismos através dos quais são reapropriadas, deslocadas e transformadas, pode apontar para dimensões de uma “cultura” sendo permanentemente movimentada e construída por agentes socialmente situados, a partir das condições sociais específicas de cada segmento ou grupo social (e a partir, portanto, das relações entre esses segmentos) (COMERFORD, 1999, p.14).

Ainda segundo Comerford (1999), o exercício de analisar reuniões permite acessar uma dimensão generalista e socializada que ocorre em diferentes movimentos sociais e culturais, repletos de rituais e símbolos coletivos colocados na ação múltipla. Isto quer dizer que as concepções e representações dos agentes sociais, podem ocorrer por meio de variados modos, tanto por seus talentos subjetivos e formas de comunicação, bem como, também de saberes, trajetórias e experiências de vida. Neste caso, especificamente do MOGICO, onde tenho aproveitado para analisar reuniões e mobilizações, atores sociais e as incorporações em dimensões espaciais e tecnológicas - visto que existem diversas programações em movimento - independente, mesmo não ocorrendo frequência de encontros cotidianos ou regulares da Associação.

Estando socialmente construídas e situadas em uma agenda coletiva, as reuniões são organizadas e programadas pelas diversas “pautas” que buscam sinalizar e atualizar as informações que estão em movimento na rede de sociabilidade. Neste ponto de vista, procuramos entender as reuniões, como um espaço que está “de fato” disponível para a construção de diversos laços sociais, e que, por sua vez, tem se multiplicado, relativamente, através da organização e pela sequência espontânea de procedimentos, submetidas e definidas ao longo das *pautas*. Em outras palavras, posso dizer que pautas bem definidas, chega a apresentar um acúmulo de múltiplas relações construtivistas e emaranhadas durante o amadurecimento do conhecimento e das ações locais, que, além do mais - como veremos mais à frente - vem tecendo em virtude da aprendizagem coletiva, novas mobilizações como surgimento de novos agentes, associações e suas dinâmicas territoriais.

As *reuniões* observadas e documentadas - que, até então, formaram boa parte do meu material de trabalho de campo - são delineadas por uma agenda pré-estabelecida e constituída por certo certo número de *pautas*, que também permitiram que eu pudesse focalizar minhas estruturar minha pesquisa em uma “abordagem relacional”. Principalmente, como uma adaptação e estratégia de pesquisa digital, que durante a pandemia busquei trabalhar de forma *online*, encontrando como um caminho possível de observar as interações entre os associados, dando ainda mais atenção para análise de encaminhamentos, demandas, interesses, conversas e palavras que conduzem a “temáticas geradoras” de discussões, debates e ações orientadas dos atores (LONG, 2001, 2007; SCHMITT, 2011; GONZÁLEZ; PEREIRA; DAL SOGLIO, 2014).

Em seguida, apresento uma tabela com algumas pautas que procurei brevemente mapear, considerando “temas geradores” da Associação que de acordo com minhas análises de pesquisa sobre as reuniões foram as que mais destacaram durante o período de 2020 - 2022:

PAUTAS	Nº DE REUNIÕES	AÇÕES
Nova gestão / Documentação da Associação	5 ou mais	Criação de comissões; Legalização da Feira; Abertura de conta; título de utilidade pública; prestação de contas; Acordo de Feira; entre outros.

Recepção de novos produtores e consumidores	3 ou mais	Campanha sobre a produção orgânica local nas redes sociais/digitais; recuperação da listagem de antigos associados; criação de um Fórum sobre Agroecologia
Comissões e Grupos de Trabalho	2	Comissão de insumos; normas técnicas da produção orgânica; comunicação; comercialização; ética; formação e eventos.
Participação e Representatividade	3 ou mais	Participação das reuniões com o Polo Agroecológico; vendas institucionais; reunião com a prefeitura e outras instituições, entre outras.
Cesta coletiva	4 ou mais	Estrutura de funcionamento de entregas; fornecedores; site; mudanças para os próximos meses.
Selo Local e/ou Cooperativa	5 ou mais	Grupo de trabalho “transição orgânica”; necessidades de atendimento mercado institucional; padrão de qualidade agroecológico MOGICO procurando abastecer a demanda do mercado local e diminuir a compra de produtos de fora (São Paulo).
Organização da OPAC	5 ou mais	Assembleia; criação de uma nova Associação; certificação de novos produtores e interessados.

Tabela 3 : Pautas e eventos da Associação de acordo com o desenvolvimento local que foram selecionadas de acordo com o grau de importância no andamento das ações associativas, tendo como fio de orientação a organização dos produtores orgânicos e o desenvolvimento de novas associações. **Fonte:** Dados fornecidos nas Atas e organizado pelo autor.

Tomando partida a organização das pautas de reuniões, podemos perceber que os atores acabam seguindo e reconhecendo uma lógica de procedimentos roteirizados que no geral acabam dando partida a diferentes discussões conectadas direta ou indiretamente com a pauta principal. No caso do MOGICO, as reuniões e suas pautas surgem como ação associativa de forma interdependente, não só como uma “espécie de encontro ou agrupamento de pessoas” que se conectam no início por livre e espontânea vontade, mas, sobretudo, como uma ordem social,

estruturada e institucionalizada, em virtude do processo estruturante composto pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), que, por sua vez tem como necessidade documentar e legitimar suas ações em forma de rede para preservar e garantir enquanto entidade coletiva a sua responsabilidade social instituída e legitimada pelo Estado, de acordo com as convicções administradas pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Através de um cenário peculiar, as reuniões fornecem dados que permitem socializar ordens e conhecimentos, ideias e interesses, sejam comuns ou diferentes, de um monte de agentes sociais que se encontram responsáveis e assumem papéis institucionais. Especialmente, como atores que estão em constante movimento e precisam tomar decisões, seguindo de forma contínua, ações que têm como objetivo cultivar diversos valores, rituais e conexões sociais, legitimadas pelas pautas administradas e registradas em Atas da Associação.

No caso das Atas da Associação, em muitos casos que estive presente, tive que assumir o “papel de redator”, justamente, às vezes pela falta da figura de secretário, outra por falta de iniciativa dos próprios associados em assumirem papéis formalmente mais técnicos. Revelando assim, mais um entrave da associação que se decorre pela falta de representatividade dos próprios produtores e demais colaboradores que participam de modo mais ativo das reuniões⁶¹.

No próximo box, apresento um modelo de “ata” que foi utilizado e confeccionado durante a minha pesquisa participante na associação MOGICO com finalidade de exemplificar como é produzido o relatório das reuniões, além de mostrar como são construídas as discussões neste momento da vida associativa.

Box 3. Modelo de ata utilizado em reunião geral do MOGICO

Ata referente à reunião Geral da Associação Mogico, realizada na sala virtual da plataforma Zoom e iniciada às 18 horas e 30 minutos, no dia 17 de julho de 2021 Reuniram-se conforme a lista de presença - quinze participantes: *Antônio Neves, Arthur, Carlos Machado, Carla, Zé, Russo, Mariana, Marco, Marxwell, Nathana (Sítio Estrela de David), Rick, Sandra, Sidney, Wagner e Gabriel (redator da presente ata)*. Foi passada a palavra para o presidente em transição, Wagner deu início a reunião repassando as pautas a serem discutidas, sendo elas: questões referentes à sessão pública da prefeitura; recepção de “novos” membros; repasses do grupo de trabalho “selo local”. É dado início a uma pequena rodada de apresentação de novos interessados em participar da associação (Carla e Carlos Machado). Geralmente, a chegada de novos integrantes é por meio de outro integrante associado, através de um suporte e/ou apadrinhamento aos novos interessados. Wagner anuncia sobre a sessão pública que acontecerá no dia 21/07/2021 (programa municipal de compras institucionais, intitulado “Comida Boa”). A partir da reunião com os representantes da prefeitura, a princípio os agricultores que irão participar serão

⁶¹ Outro fato que recentemente foi analisado é o esvaziamento de reuniões presenciais, que acabaram retornando no ano de 2022, principalmente pela diminuição de contágio da Covid-19, nota-se que o coletivo que persistiu e se adaptou no cenário digital, acabou se acomodando e com o retorno da reunião presencial, apresentam dificuldades de locomoção e de manter a presença.

Cleiton, Randolph e Viva Orgânico. Russo inicia o repasse sobre a reunião do grupo de trabalho “Selo Local” que teve o seu nome alterado para “Transição Orgânica”, o GT aprofundou as discussões relacionadas ao tema, foram apontados alguns direcionamentos como a “não flexibilização de produtos não-certificados” na feira. No entanto, considerando uma reflexão sobre os produtos locais, o entendimento coletivo é a favor de valorizar os produtos agroecológicos e não-certificados como orgânicos a partir de outros meios que possibilitem o fortalecimento dos circuitos de comercialização da associação, bem como, algumas vendas individuais. Neste sentido, os produtos não-certificados e agroecológicos dos mogicanos serão submetidos a uma avaliação mais complexa, enquanto o grupo servirá como uma ferramenta de direcionamento e suporte para “os processos de transição orgânica”. Foi levantado questões-problemas relacionados com outros feirantes que ocupam o espaço da praça do Bom Pastor (durante a feira aos sábados) e as vendas que acontecem por “baixo do pano”. Russo destaca que os produtos mais difíceis de certificar e que também precisam de um olhar mais atencioso por parte da associação são os produtos de origem animal. Sandra diz que iniciou a entrada dos “papéis” na ABIO que garantem a certificação das galinhas e do entreposto que servirá para a produção de ovos. Zé lembra que o MOGICO começou suas atividades a partir do “controle social” e afirma que a associação optou trabalhar por meio da “lei orgânica”, o que trouxe benefícios e conquistas de espaços, mas também dificultou alguns processos. Zé deixa uma questão: será que o grupo está disposto a abrir este “outro espaço” (?) (referente aos produtos não certificados). Russo apesar de falar sobre algumas dificuldades, complementa e diz que vai persistir na produção de porcos em busca do processo de “transição orgânica”. Russo faz uma provocação e sugere a possibilidade por meio da Intecoop, procurar um suporte técnico com curso de Veterinária a partir de grupos de pesquisa e extensão, enquanto uma ferramenta de viabilidade educativa e não simplesmente punitiva, como geralmente acontece com outras consultorias e avaliações técnicas. Marco entende que o grupo precisa de fato se auto-ajudar, dando visibilidade aos produtos como o mel do Zé, o ovo da Sandra e a carne de porco do Russo. Marco ainda sugere que se algum produtor tem interesse em participar da experiência da “cesta online” com produtos não-certificados, o grupo pode criar um procedimento/protocolo para garantir o controle social, por exemplo, a partir da visita de verificação. Russo lembra que a GT “Transição Orgânica” será especialmente para tratar de produtos processados de origem animal que agarram por terem o processo de certificação mais complexificado. A comissão dará encaminhamento às discussões levantadas. Antônio traz como vontade do “grupo dele” a possibilidade de certificar um “viveiro de mudas” orgânico, localizado na propriedade do Cleiton. Marco esclarece dizendo que o Cleiton que deve tomar a frente do processo, já que é na propriedade dele. Carla pergunta como certificar a produção de “brotos”. Rick responde dizendo que a única ressalva é que as sementes precisam ser orgânicas. Rick ainda coloca outra pauta para discussão, como proposta de que as visitas realizadas por Ana Luísa no tempo em que acompanhou o grupo de forma técnica sejam aproveitadas para certificar a propriedade da Clara. Dentro da proposta, Russo complementa que seja considerado como mérito do núcleo familiar. Com outra proposta, Ricardo anuncia a visita coletiva na fábrica de Ração Orgânica em São José do Rio Preto/MG, a princípio as pessoas que se interessaram foram: Arthur, Russo, Rick e Sandra. Vale lembrar que a visita na fábrica vai constar como atividade/visita exigida para aqueles interessados em certificar e/ou renovar dentro do sistema participativo. Por último, Maxwell Ladeira se apresenta no final da reunião como produtor rural, especificamente como apicultor e representante de AGROJUF (Associação dos Produtores Rurais da Agroindústria Familiar de Juiz de Fora). Assegura a disponibilidade de dois espaços de comercialização conhecidos como “Armazém do Produtor”: localizados no Espaço Mascarenhas e na Rodoviária. Maxwell está sendo “apadrinhado” pelo Zé. Russo complementa a importância da presença do Maxwell no grupo, principalmente para o desenvolvimento do grupo de apicultores mogicanos, enfatiza sobre o “batizado” dele no grupo e que a parceria do MOGICO e AGROJUF acontecerá com o tempo. Zé coloca em questão relacionada ao “Armazém do Produtor”, será considerado uma ala de “orgânico” ou uma ala do “MOGICO” (?). Em outras palavras, decorrerá uma parceria entre as associações de forma individual ou coletiva (?). Para tanto, Maxwell enfatiza que para AGROJUF seria melhor que os produtores de forma individual mostrassem o interesse, mas claro, sem limitar a presença do coletivo dentro do espaço. Não havendo mais nada a tratar e nenhuma consideração a mais, deu-se por encerrada a reunião. Não há data prevista para próxima reunião.

Foi alterado alguns nomes dos participantes desta ata, procurando preservar suas identidades como já foi avisado no início da dissertação. Nota-se que a discussão apresentada na ata é uma forma de demonstrar como os atores sociais buscam socializar questões comuns e

demandas que afetam suas rotinas enquanto produtores orgânicos na região. Neste caso em particular, a discussão está relacionada diretamente com os processos de certificação de produtos da associação que ainda se encontram na situação de não conformidade orgânica, principalmente, devido aos altos custos e demais dificuldades relacionadas com a certificação da produção orgânica. Outra preocupação bastante comum dos membros da associação é sobre o acesso e a criação dos canais de comercialização na cidade de Juiz de Fora, no caso desta ata, se observou a presença de um novo associado que procura oferecer a partir de sua experiência novas alternativas de mercado local para o MOGICO. No geral, as discussões que emergem nas reuniões seguem pautas e encaminhamentos que já foram acordadas em momentos anteriores, quando coletadas nas feiras, comissões de trabalhos e nos grupos de conversa, ou mesmo, em reuniões passadas por meio de pautas que ainda não foram resolvidas e direcionadas.

Situado neste cenário, estive rastreando a complexidade de relações sociais e institucionais ao longo das diversas reuniões que participei na associação, procurando interagir e imaginar como algumas *pautas* específicas circulam a vida associativa dos produtores de alimentos orgânicos do MOGICO. Para tal propósito, tive a necessidade de buscar uma ampla formulação teórica, pois tenho reconhecido a “vida associativa”, como resultado de uma ordem complexa de fluxos e intermediações sociais, de uma realidade especializada, ou seja, multissituada em tempo e nos espaços de sociabilidade. O que repercute um repertório de ações, sentidos e ferramentas tecnológicas formadas pela ordem e orientação dos agentes sociais (LONG, 2007). Pois, a “mobilização social” parte da ação dos indivíduos e deles dentro do coletivo, enquanto procuram intervir e criar estratégias e inovações para se organizarem, dando sentidos às interações sociais e institucionais da vida pública, que, neste caso, tem permitido ordenar ao longo prazo o horizonte de encaminhamentos, tarefas e responsabilidades que se conectam entre a associação e cooperação entre os *mogicanos*.

Tomando como partida mais uma vez as ideias de Callon (1995), tenho organizado um “mapeamento de rede”, mesmo que exploratório, em vista de traduzir *configurações interessadas* e *disposições sociotecnológicas* que ocorrem no MOGICO. Enquanto Busco estabelecer em relação um conjunto de processos, práticas e conexões simultâneas que é possível imaginar serem confeccionadas entre “associações da associação”.

Em outras palavras, ao extrair o conhecimento das pautas de discussões dos próprios atores, encaminhamentos e entidades mobilizadas, procuro desenhar de modo espontâneo um

mapa de rede estabelecendo relações que podem ser conectadas no ambiente digital social, enquanto estão sendo constituídas entre constituídas entre um tecido de pontos, reflexivos, agregados e regulados por meio de *intermediação* e *intercooperação* do próprio coletivo, resultante de pautas e suas ações associativas. Isto é, interpretando, como que se configura um processo de “reagregação” das conexões entre humanos e não humanos que se complementam como partes elementares de uma mesma *rede* interligada e fundada por diversas interações sociais, produtivas e tecnológicas.

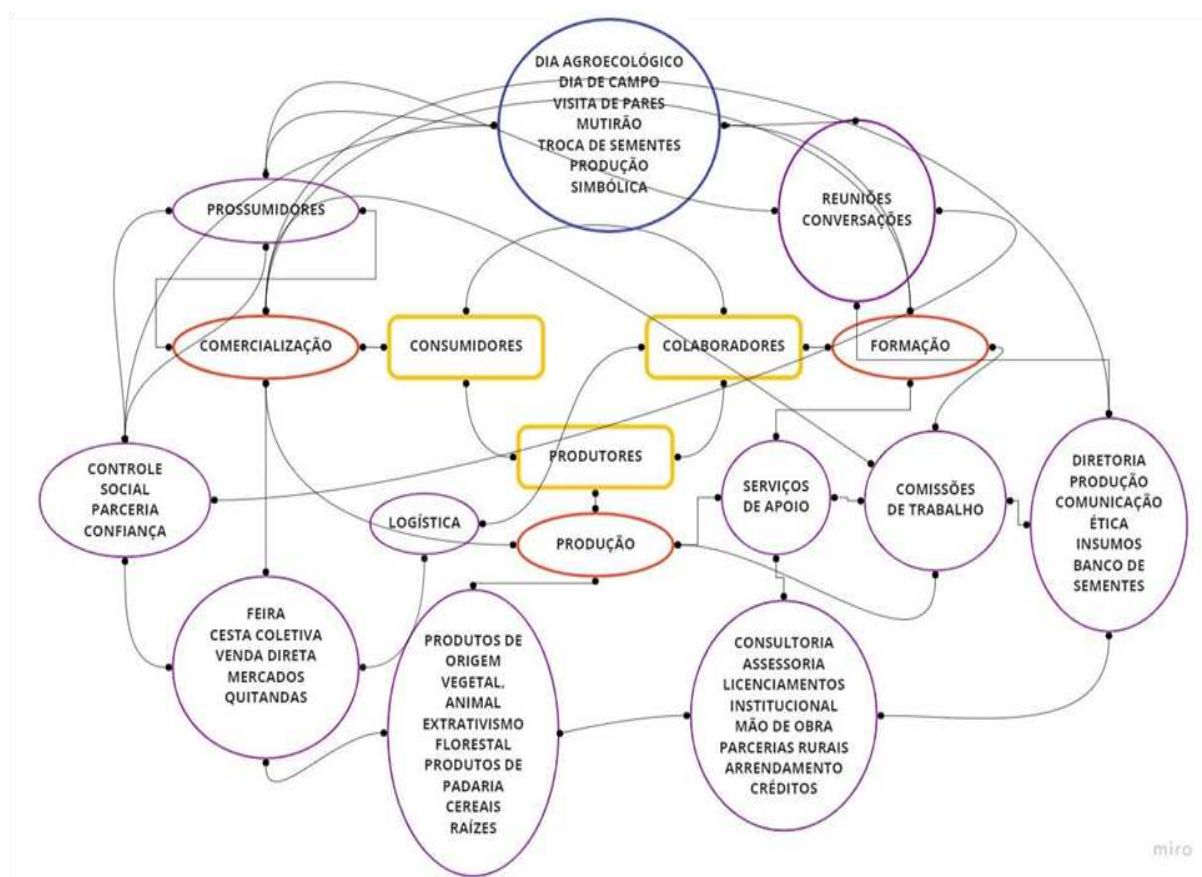


Imagem 19: Utilizei as ferramentas de trabalho do *software* “Miro” disponíveis gratuitamente na internet para elaborar um mapeamento de rede a partir de ações práticas e funções institucionais localizadas na Associação MOGICO, tendo como base nas interações dos três tipos de atores sociais (ao centro) que foram apresentados e considerados no primeiro capítulo como pilares de sustentação da associação. **Fonte:** Autor.

Levando em conta a complexidade das dinâmicas sociais, tecnológicas e alimentares no mundo contemporâneo, procurei realizar o mapeamento da rede, enquanto encaminhamentos de reuniões e fluxos de pautas da Associação MOGICO. Pois, demonstro como objetivo articular a diversidade de interligações sincronicamente entre atores, objetos, significados, articulações e

práticas sociais que se desenvolvem através de processos plurais enquanto uma “trama de interdependências” (SCHMITT, 2011).

Para tanto, tenho buscado trabalhar como plano de fundo a noção de “rede sociotécnica”, dado que existe a possibilidade de dar vida às interconexões entre atores sociais, situações e diferentes objetos, bem como, a combinação interconectada de suas práticas, criações e tecnologias. Já que neste caso, é conveniente destacar um desenho capaz de materializar a construção do conhecimento através de processos empíricos, performáticos e complexos, uma vez comprometidos em um organismo social, que, juridicamente é institucionalizado em um Sistema Participativo de Garantia (SPG) da Agricultura Orgânica (AO), tendo como fundo de experiência a construção social do mercado local de alimentos orgânicos na cidade de Juiz de Fora.

Mais uma vez através de uma “abordagem relacional” (SCHMITT, 2011; CHARÃO-MARQUES, et. al. 2017), reconhecemos a necessidade que a sócio-anthropologia das organizações, ações e mobilizações, ou mesmo, dos próprios estudos de desenvolvimento, existem em retratar a influência de diversos elementos do mundo material na vida dos sujeitos. Nesse sentido, a construção de idéias-forças - por meio de valores, símbolos, selos, pautas, etc. - pelo social não só apenas são "mobilizadas" pelos seres humanos como instrumentos para tomada de decisões, mas também acabam sendo protagonistas e, ainda, se transformando nas próprias agências capazes de orientar as próprias ações, o que também desenha um painel de relações e conexões interdependentes entre humanos e não humanos sob a vida associativa. Em outras palavras, considerando o próprio sentido da ação, podemos dizer que as próprias idéias acabam intervindo e modulando os associados, sobretudo, neste caso, traduzidas através de espaços, vínculos, regras, produtos, alimentos, territórios e ordens que se desenvolvem em arranjos sociais e institucionais, enquanto interconexões relacionais em forma de rede.

Tomando como princípio os pilares de formação (produtores, consumidores e técnicos) centralizadas no “mapeamento em rede”, procurei observar que os agentes sociais têm buscado se relacionarem através de diversos valores e ações que acabam se emergindo por *ordens, práticas e fluxos* de relações sociais, inovações e processos de cooperação, que tendem a transformar o desenvolvimento e realidade local (LOPES; SCHMITT; VASCONCELOS, 2018). Neste raciocínio, procurei mobilizar a “dimensão tecnológica” mais uma vez como resultado da própria organização social dos atores em sua formação e aprendizagem enquanto coletivo,

procurando articular o acúmulo histórico da Associação e de seus movimentos sociais e tecnológicos observados por meio de uma “rede de interdependências” (ABRAMOVAY, 2000).

De acordo com Abramovay (2000) podemos entender a rede sociotécnica como um processo de interações entre os agentes e seus resultados obtidos ao longo de uma “formação contínua”, uma vez materializada em *rede*, *nós* e *teias* que acabam configurando tecnológicas e alternativas sociais. Tomando isto como referência, os rastros dos agentes sociais configuram *teias* auto-reflexivas e interconectadas, orientadas por pautas e suas ações estruturadas por meio da organização dos produtores na Associação MOGICO.

Dando encaminhamento às análises finais desta dissertação, minhas últimas observações se dedicam a sistematizar alguns resultados concretizados da ação associativa na microrregião de Juiz de Fora, de acordo com a transformação das relações e cooperação regional, enquanto sócio-desenvolvimento do fenômeno associativismo local e suas mobilizações, assim como, encaminhamentos operacionais, em vista da criação de um novo Organismo Participativo da Avaliação da Conformidade (OPAC) na região. Enquanto projeto coletivo que conta com a necessidade de envolvimento e participação de mais agentes sociais comprometidos com o movimento da agroecologia, certificação participativa e produção orgânica na região. Sejam assim, através de novos encaminhamentos e ações práticas, articulação e políticas públicas, como de apoio ao desenvolvimento técnico, produtivo e institucional, sobretudo, em virtude da ação associativa e aprendizagem coletiva dos processos locais.

3.4 METAMORFOSE “ORGÂNICOS DA MATA”

Ao longo do tempo em que estive coletando dados de pesquisa junto com os produtores orgânicos do MOGICO, acabei tendo a oportunidade de navegar entre diferentes coletivos formados por instituições, organizações, comunidades e atores da microrregião de Juiz de Fora, principalmente, por consequência não só do meu papel como pesquisador, mas também, por causa do envolvimento técnico, institucional e ativista em diversas situações com o movimento da agroecologia, especialmente, através de espaços de formação, rodas de conversa e assembleias de agricultores. Algo que me fez permanecer em conexão e diálogo, despertando a curiosidade pelos conhecimentos tradicionais e o envolvimento técnico em rede com diversos sujeitos, principalmente com base no processo de *construção social do saber local* e

aprendizagem coletiva, que está sendo permanente conduzidos pelos próprios produtores e demais agentes locais (SABOURIN, 2001).

Tomando mais uma vez como partida o movimento de agroecologia, em que relatei algumas ações no primeiro capítulo, foi possível reconhecer que existe uma espécie de agência em desenvolvimento com foco na inovação organizacional da agroecologia como campo multidisciplinar na região, onde, como já foi possível perceber, estive acessando com mais profundidade através da vida associativa dos *mogicanos*. Por outro lado, a agenda do movimento de agroecologia se estende para além da Associação MOGICO, especialmente, tendo em vista os diversos encontros e ações geradas a partir da aprendizagem coletiva, sobretudo, por meio da articulação e aproximação de instituições, agricultores, técnicos e agentes municipais.

Nos últimos anos começaram a surgir novos produtores e agricultores familiares interessados na certificação da produção orgânica na microrregião de Juiz de Fora, especificamente, vindo de municípios mais próximos como Lima Duarte, Coronel Pacheco, Rio Pomba e comunidades rurais que se encontram localizadas entre as divisas da Zona da Mata Mineira, Sul de Minas, Vertentes e Vale do Café. Vale dizer que a grande maioria desses sujeitos chegam a procurar o MOGICO para conhecer o Sistema Participativo de Garantia (SPG), mesmo que apesar das dificuldades internas, a Associação é vista como a única referência em organização, produção e certificação participativa de agricultura orgânica na região.

No entanto, atualmente o MOGICO não é capaz de garantir a certificação de uma grande quantidade de novos produtores, principalmente, para aqueles que não se encontram associados. Visto que entre tantos motivos, como a falta de um corpo técnico e jurídico capaz de apoiar as transições de diferentes sistemas produtivos da agricultura orgânica, há um motivo específico que impede a adoção de novos produtores e agricultores familiares certificados, sendo este a própria falta de autonomia administrativa do MOGICO enquanto um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC).

Neste caso, podemos compreender que um “OPAC” funciona como uma espécie de *associação das associações*, especialmente formada por um aglomerado de organizações, agricultores, colaboradores e técnicos que de forma institucionalizada é reconhecida pela sociedade - como também, pelo Estado - como uma instância superior e jurídica da Produção Orgânica no Brasil. Isto quer dizer que o OPAC é definido como a representante legal e responsável pela fiscalização, administração e cumprimento das exigências legais que garantem

o acesso ao selo de certificação orgânica, tendo ainda como objetivo coordenar os procedimentos de avaliação da conformidade e viabilizar o funcionamento dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) vinculado a sua jurisprudência.

Vale recordar que o MOGICO na época em que começa certificar a produção orgânica dos seus produtores, decide fazer parte do Sistema Participativo de Garantia (SPG), coordenado e administrado pela OPAC mais próxima regionalmente, que, neste caso é organizada pela Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO/RJ). Algo que naquele momento, parecia ser o caminho mais viável e prático - já que na Zona da Mata Mineira ainda não contava com um OPAC regional, fazendo com que o MOGICO vinculasse o OPAC mais próxima de outra região - ou seja, oportunidade de facilitar acesso ao mercado de alimentos orgânicos na região, uma vez que a demanda imediata de certificação no ano de 2016 era de um pequeno grupo de produtores da Associação.

No entanto, passado alguns anos, a partir do surgimento de novas demandas de certificação na microrregião de Juiz de Fora, fez com que alguns *mogicanos* tomassem a frente e iniciassem um grande processo de inovação organizacional, procurando envolver a participação de instituições públicas e privadas na região. Para tanto, foi criada por meio de uma “intercooperação” uma primeira Comissão de Trabalho formada por membros do MOGICO, INTECOOP, EMATER/MG e NEPA que traçaram os primeiros planos de ação na região ainda no ano de 2019.

A primeira ação foi uma viagem em comitiva até a região de Sul de Minas para conhecer o processo de trabalho e o circuito produtivo ligado ao OPAC Orgânicos Sul de Minas, que está vinculado ao Instituto Federal do Sul de Minas (IFSULDEMINAS). Nesta viagem, esteve presentes agricultores de Juiz de Fora e região, técnicos da EMATER/MG, professores e membros da INTECOOP e NEPA, que acompanhados por responsáveis pelo projeto do OPAC Orgânicos Sul de Minas e técnicos da EMATER/MG da região puderam conhecer a cooperativas locais, propriedades rurais e um pouco mais do sistema local de conhecimento. É importante enfatizar que o OPAC Sul de Minas está localizado na sede do IFSULDEMINAS, além disso, não possui funcionários contratados, já que a rotina administrativa ocorre através de um projeto de extensão coordenado por professores, pesquisadores e alunos do IFSULDEMINAS que colocam à disposição bolsistas responsáveis para o funcionamento administrativo e organizacional.

Em seguida, o segundo plano de ação ocorreu a partir de eventos de sensibilização, chamados de “Oficinas Agroecológicas” que ocorreram em vários dias enquanto um *ciclo itinerante*, tendo como objetivo mobilizar produtores, agricultores, comunidades, agentes públicos e demais interessados a seguirem juntos no movimento da agroecologia e na construção de uma nova Associação regional. Para tanto, pude participar de alguns dias que ocorreram os eventos, procurando colaborar através de mediações nos debates e na sistematização dos conhecimentos, uma vez fabricados e traduzidos de acordo com a aprendizagem coletiva.

Ao todo ocorreram quatro Oficinas Agroecológicas que foram divididas em vários dias, onde foi possível observar alguns diálogos e as relações entre os diversos atores. Logo a frente, apresento uma tabela constando algumas características dos quatro eventos de sensibilização a partir da mobilização feita pela Comissão de Trabalho:

LOCAL	PÚBLICO ENVOLVIDO	ENCAMINHAMENTOS
Casa de Cultura, sede da INTECOOP em Juiz de Fora/MG	MOGICO, produtores e agricultores da Microrregião de Juiz de Fora, Fórum de Economia Solidária, AGROJUF, artesãos, técnicos da EMATER/MG, INTECOOP/UFJF, NEPA	Mobilizar novos produtores e agricultores da região para o Movimento da Agroecologia, organizar um calendário de novos encontros, certificação e produção orgânica regional, agricultura urbana, ensinamentos sobre Sistema de Gestão e Planejamento Estratégico
Sítio do Catumba, Piau/MG	Agricultores familiares de comunidades rurais em Piau, Coronel Pacheco, Tabuleiro, Rio Pomba, EMATER/MG, INTECOOP, NEPA	Mobilizar novos produtores e agricultores da região para o Movimento da Agroecologia, incluir no calendário de encontros, certificação e produção orgânica regional, ensinamentos sobre Sistema de Gestão, Plano de Manejo, visita guiada pelo Sítio do Catumba associada ao MOGICO, Agroindústria, processados orgânicos, Cultura da Banana e mulheres no campo

Assentamento Denis Gonçalves, Goianá/MG	Agricultores familiares próximos, colonos da Serrinha, camponeses, assentados da reforma agrária, educadores do campo, EMATER/MG, INTECOOP/UFJF, NEPA	Mobilizar produtores e agricultores da região para o Movimento da Agroecologia, incluir no calendário de encontros, certificação e produção orgânica regional, discussão sobre a convencionalização da Produção Orgânica, a valorização do conhecimento na Agroecologia, Turismo da Reforma Agrária, Ensinamentos sobre o Planejamento estratégico, Plano de Manejo comunitário, CSA e Cooperativismo regional
Casinhas Restaurante, Lima Duarte/MG	Produtores e agricultores familiares de Lima Duarte e suas comunidades rurais em Ibitipoca, São Domingos da Bocaina e Lopez, bem como, Bias Fortes, Quilombolas da Comunidade Colônia do Paiol, Associação dos Municípios do Circuito de Ibitipoca, EMATER/MG, INTECOOP/UFJF, NEPA	Mobilizar produtores e agricultores da região para o Movimento da Agroecologia, incluir no Calendário de encontros, certificação e produção orgânica regional, discussão sobre o mercado de produtos orgânicos, turismo rural e a valorização do conhecimento local, Relação do Parque na Serra Negra da Mantiqueira com as comunidades no entorno, Educação do Campo e Agroecologia na região, Ensino sobre Plano de Manejo Orgânico, Sistema de Gestão, Planejamento estratégico, leite orgânico e Associativismo

Tabela 4: Sistematização de situações e atores a partir das Oficinas Agroecológicas. **Fonte:** Dados de anotações próprias, relatórios compartilhados e organizados pelo autor.

Após o *ciclo itinerante* das Oficinas Agroecológicas, que graças a parceria da Emater/MG contou com a presença de um número considerável de pequenos produtores e agricultores familiares, uma vez que os técnicos extensionistas são os responsáveis de mobilizar e conduzir alguns dos produtores até os locais de oficinas, a Comissão de Trabalho do organiza o 1º Seminário Regional de Certificação Participativa da Produção Orgânica, em Juiz de Fora/MG, que ocorreu em dois dias (18 e 19 de setembro de 2019) no Auditório de Estudos Sociais, localizado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Tendo como objetivo reunir mais uma vez alguns produtores que participaram das Oficinas Agroecológicas, mais algumas lideranças e agentes sociais para a discutir sobre a certificação participativa e

produção orgânica, e principalmente, a mobilização e formação de um novo Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) na região.

Neste encontro, se reuniram cerca de 120 agentes sociais, sendo uma parte formada pelos sujeitos que foram envolvidos durante as oficinas agroecológicas, somado com mais outros agricultores, produtores e técnicos, comunidade acadêmica, através de professores, pesquisadores, estudantes e trabalhadores técnicos administrativos da educação (TAEs), bem como, agentes municipais, estaduais e federais, além de outras organizações, instituições e representações do Polo Agroecológico na Zona da Mata Mineira (Projeto de Lei nº 4.029/2017).

A programação do Seminário contou com apresentações e atividades, mais uma vez conduzidas por representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), como o engenheiro agrônomo Marcelo Laurino e a fiscal de agropecuária Lúcia Bortoliny, ambos membros do corpo de auditores fiscais da Divisão de Produção e Desenvolvimento Agropecuário da Superintendência Federal de Agricultura do Governo Federal (DPDAG/SFA). Além deles, também ocorreram outros relatos de experiências da Articulação Mineira de Agroecologia (AMA) e do Polo Agroecológico, mobilizada por representantes do núcleo de Viçosa/MG e região, como Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), Raízes da Mata, a OCS Trem Natural de Barbacena/MG e, ainda, representantes da Organização de Produtores Agroecológicos do Alto Rio Branco, Localizado na região da Mantiqueira, ao Sul de Minas.

Devido a grande mobilização e envolvimento dos produtores, técnicos, professores e demais organizações e instituições que participaram do Seminário, foi organizada uma nova comissão de trabalho, formada de forma voluntária e aberta a todos os produtores e agricultores interessados, que começaram a se reunir, ainda em 2019, na sede da INTECOOP/UFJF em vista de agenciar a formação e constituição do novo OPAC na região.

Além dos produtores do MOGICO, estão reunidos produtores do MST em Goianá, de Lima Duarte, Rio Novo, Matias Barbosa, Simão Pereira, Barbacena (Trem Natural), Rio das Flores, Arantina e de outras organizações e localidades, que juntos buscam seguir uma agenda de encontros e reuniões para a construção de uma nova Associação na região. Tendo como objetivo, a formalização do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) que surge oficialmente no dia 20 de agosto de 2021, na qualidade de Associados e Colaboradores em Assembleia Geral para a constituição da Associação de Agricultores e Agricultoras Orgânicos e

Agroecológicos da Zona da Mata Mineira, em que, de modo resumido, adota o nome de “Associação Orgânicos da Mata”⁶².

Com cerca de 60 associados, entre produtores e colaboradores, a nova Associação Orgânicos da Mata ainda enfrenta algumas dificuldades de articulação e funcionamento, principalmente, devido a uma nova rodada de regulamentação e redação de uma série de documentos necessários para a funcionalidade institucional do corpo jurídico da entidade, uma vez que fazem parte das exigências estabelecidas, demandadas e condicionadas pelo MAPA.

O que nos cabe perceber até este momento, é que o desenvolvimento da ação associativa tem ocorrido de acordo com o tempo de processo social e aprendizagem coletiva em que os produtores e colaboradores da Orgânicos da Mata estão alcançando e transformando, mesmo que de forma voluntária, em vista de confeccionar documentos e demais compromissos sociais. Como consequência disso, alguns *mogicanos* também se encontram não só com as demandas do MOGICO, mas também com as novas tarefas da Orgânicos da Mata, já que a própria associação compõe o quadro de Conselho Fiscal e ainda, tendo alguns membros na própria Diretoria.

Encaminhando para o final desta dissertação, o mais importante é frisar que a metamorfose Orgânicos da Mata está ocorrendo acima de tudo por meio de um processo de aprendizagem coletiva e construção do conhecimento entre os *mogicanos*, técnicos, organizações e novos produtores que somados formam uma nova associação, que se dá início a partir de diversas reuniões realizadas em um primeiro momento na sede da INTECOOP/UFJF (a partir de novembro de 2019 até março de 2020), mas com a chegada da pandemia o processo continua pela internet até os dias atuais. Durante as diversas reuniões, os produtores com auxílio dos técnicos e formadores da Frente de Agroecologia (INTECOOP/UFJF) construíram coletivamente o Estatuto da nova Associação (Orgânicos da Mata), assim como, o próprio Regimento Interno e Manual de Procedimentos tomando como base alguns documentos de outras experiências de OPAC no Brasil. Durante as reuniões, os documentos estão sendo escritos de forma conjunta, linha por linha, através de uma tela onde os documentos principais são projetados para todos e

⁶² Vale lembrar que a partir da Pandemia do Covid-19, principalmente no período de 2020-2022, muitas reuniões e discussões coletivas sobre o Estatuto da entidade, regimento interno e demais documentos necessários para a judicialização de um OPAC, ocorreram de modo *online*, sobretudo, a própria Assembléia Geral de constituição em que aconteceu emergencialmente por meio da internet, reunindo, ao mesmo tempo, por volta de 50 pessoas que ficaram logadas na Plataforma Meet. Assim que a Assembléia Geral do dia 20 de agosto de 2021 terminou, os nomes e assinaturas que precisavam ser contidos em um documento de Ata foram coletados por meio de carta correspondência.

todas, o que permite que os interessados discutam em conjunto, dando opiniões, apontando mudanças textuais e frases a serem digitalizadas.

No dia 30 de março de 2022, a nova associação Orgânicos da Mata realiza uma reunião junto com Manoel Mota e Lydia Bortolini, auditores fiscais do MAPA e responsáveis pela revisão dos documentos emitidos pela nova associação no início de 2022. Nesta reunião, os auditores fiscais apresentam algumas correções necessárias que devem ser feitas pelo coletivo, dentro deles, a elaboração de um Manual de Procedimentos que tenha a “cara” da OPAC Orgânicos da Mata, constando como deve ocorrer, por exemplo, a “Visita de Pares” e a “Visita de Comissão de Avaliação”⁶³.

É importante destacar que no início, principalmente quando os encontros ocorrem de forma presencial na sede da INTECOOP/UFJF, a participação era mais expressiva, no entanto, quando o processo começa ser *online* ocorre uma redução considerável do número de participantes, sendo eles a maioria de produtores que colaboraram bastante na escrita coletiva. Esta dinâmica de aprendizagem e escrita coletiva faz com que os próprios produtores construam um conhecimento e ditam as próprias ordens relacionadas à legislação, fiscalização e normas de conduta sobre o Sistema Participativo de Garantia (SPG) da qualidade orgânica. Ainda existem algumas demandas na escrita para serem concluídas, para tanto, a nova associação cria alguns Grupos de Trabalho (GT) para agilizar alguns processos, por exemplo, como o de correção do Manual de Procedimentos.

Mas como exercício de mobilização, os novos produtores associados a OPAC Orgânicos da Mata já começaram realizar algumas visitas de verificação entre os associados do MOGICO, e também em unidades produtivas ao Sul de Minas, estimulando as conexões e dinâmicas sociais dos SPGs, procurando fortalecer o movimento de Agroecologia e o reconhecimento do mercado de qualidade dos alimentos orgânicos, sobretudo, por meio da certificação participativa e produção orgânica na grande região.

Nessa trajetória sem a previsão de uma finalização, que se mostra necessário discutir o que ocorrerá futuramente no cenário, seja através das interações e conflitos entre a “associação de associações”, especialmente, tendo em vista as problemáticas e críticas à convencionalização

⁶³ Segundo Manoel Mota, auditor fiscal responsável pelo MAPA, a diferença entre as duas visitas é simples, as visitas de pares ocorre através de pessoas que moram bem próximas geograficamente (pequeno grupo formado por dois ou mais fornecedores internos), que acompanhado de um formulário/relatório, façam um primeiro olhar interno, uma espécie de “primeira peneira”; enquanto a visita de comissão de avaliação possa ocorrer entre diferentes grupos externos, uma ou mais vezes ao ano, sendo uma propriedade sorteada entre os demais grupos.

da agricultura orgânica e agroecologia, só será possível com outros investimentos na indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão ao tomar como partida as diversas ações, reuniões e pautas que estão se desenvolvendo a cada momento pelos sujeitos envolvidos.

Por esse motivo, só nos resta uma profunda imersão nos processos de transição agroecológica e orgânica reconstituídos e desenhados de acordo com as ordens e orientações dos agentes sociais que estão em trânsito e investindo esforços na Aliança Social (AS) nesta região. Pois, precisamos reconhecer por si só que a mobilização e conexão entre diferentes coletivos, sendo organizações, associações, instituições e demais atores sociais refletem uma rede de alianças diversificadas e produtivas, abundante de conhecimentos, propostas e inovações sociais. O que certamente amplia possíveis considerações a mais que nos propomos a enxergar até aqui.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões deste trabalho são na realidade sugestões para repensar a prática de pesquisa e extensão em organizações sociais, buscando trazer o papel de uma ciência social que se volta para a prática de colaboração, planejamento e desenvolvimento da vida associativa. Consequentemente, resultante das observações e análises contidas na pesquisa participante.

Desde o início do trabalho de pesquisa com os pequenos produtores, agricultores e agricultoras familiares associados ao MOGICO, notamos o papel forte das instituições parceiras como EMATER/MG, NEPA, INTECOOP/UFJF, que se mantiveram presente, sempre que possível, durante processos de formação, produção e comunicação coletiva. Fortalecendo assim, agenciamentos sociais, através de seus intermediadores, colaboradores e facilitadores que desenvolveram de formas alternativas uma assistência técnica baseada na reprodução de “alianças institucionais”.

É importante ressaltar que as políticas de extensão rural no Brasil tiveram mudanças marcantes, principalmente nas últimas décadas. No caso das instituições clássicas de assistência técnica e extensão rural (como EMBRATER, EMATER, entre outras), o trabalho que antes ocorria por uma equipe técnica, formadas por profissionais, qualificados e direcionados para o processo de desenvolvimento, atualmente, se vêm na maioria dos casos, considerando outras regiões do Brasil, em equipes reduzidas, ou mesmo, apenas a um profissional responsável por diversos produtores e agricultores familiares (PRADO; RAMIREZ, 2011).

O que não deixa de ser diferente em Juiz de Fora, onde, atualmente, existem poucos técnicos da EMATER/MG responsáveis por uma multidão de produtores distribuídos em longas distâncias na grande região. No caso da produção orgânica, existe apenas uma técnica capacitada para atender uma grande demanda que vimos surgir a partir dos pequenos produtores e agricultores familiares orgânicos do MOGICO. Nesse caso, notamos justamente que a solução desenvolvida pelas organizações foi de integrar a colaboração entre diversos atores, em particular, se baseando na Aliança Social (AS), promovida pela ONG/NEPA na região. O que tem demonstrado a importância do caráter construtivo das ações sociais do desenvolvimento local que buscam gerar novas institucionalidades, recomendações alternativas e capacidades políticas que são estabelecidas especialmente pela intermediação entre os atores, organizações e instituições, encontrando-se mobilizados para a promoção de novas políticas públicas de Agroecologia e Produção Orgânica no território.

Durante a escrita final da dissertação, foram surgindo diversos achados de pesquisa que chamam nossas atenções, por exemplo, encontramos na noção de vida associativa uma nova leitura reflexiva acerca do conceito clássico e convencional de associativismo utilizado para os estudos sobre formas de organização social. Na medida em que contemplamos a “vida social” como aspecto dinâmico, artesanal e interativo, destacando também uma *abordagem relacional* e minuciosa que centraliza e identifica os atores sociais como os próprios co-criadores de suas formas de se organizar e existir no decorrer de desenvolvimento local (LONG; PLOEG, 2011; SCHMITT, 2011; ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2021). O que se complementa através da aplicação de estratégias e métodos de pesquisa participante de maneira diversificada, como os pontos de vista da microssociologia, etnografia e pesquisa/ação, além de outras formas prováveis de se criar e fazer investigação em conjunto com os atores sociais.

Considerando as características dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG), foi possível refletir que não existe um padrão e regularidade com outras experiências sociais possíveis de SPGs no Brasil, especialmente, devido à heterogeneidade dos atores sociais e suas formas de se organizar e habitar os territórios. No caso do MOGICO, se percebe que existem falhas por parte de alguns produtores em seguir de forma exata os decretos e instruções normativas recomendadas pela legislação de Produção Orgânica no Brasil. Na maioria das vezes, os deslizes ocorrem pela falta de registros exatos dos Planos de Manejo Orgânico (PMO), bem como a comprovação de suas evidências nas unidades produtivas. Do mesmo modo que compreendo também que o PMO além de ser uma documentação necessária para certificação participativa, também se apresenta como um escrito detalhado que busca com excelência “traduzir” aquilo que está na roça, o que talvez explique seu nível de complexidade em ser confeccionado por uma parte dos produtores orgânicos.

Particularmente, analisando o controle social gerado pelo SPG da associação MOGICO, foi possível reconhecer que existe um esforço entre os atores sociais para manter a sociabilidade enquanto um princípio de valorização e responsabilização coletiva da própria certificação participativa. Assim, fazendo referência às idéias de Turner (2005), também reconheço que o “selo” de avaliação da conformidade orgânica, se apresenta como uma espécie de “rito de passagem” em que o produtor busca não apenas adentrar e permanecer no mercado de alimentos orgânicos, mas também de ser reconhecido através da suas capacidades produtivas e propriedades simbólicas entre outros produtores associados e não associados, como também

garantir seus direitos que são caracterizados pela autogovernança da certificação participativa estabelecidos através do Estado, e que podem ser contempladas pela sociedade de modo geral.

O MOGICO enquanto uma organização coletiva de diferentes sujeitos e suas múltiplas experiências, apresenta como um lugar onde os próprios produtores e demais associados podem exercer seus conhecimentos e interesses em investigar os temas de agricultura orgânica e agroecologia na prática. Ou seja, reconheço que não é de interesse apenas da pesquisa social compreender as formas de como os atores sociais se organizam na associação, mas que também é deles o próprio interesse de como manter ao mesmo tempo a estabilidade e diversidade de seus valores culturais e crenças, além de construir suas formas características de organização coletiva. Como consequência disso, se encontra um processo consistente de valorização da autoimagem da associação, onde a grande diversidade de seus participantes acaba se refletindo o tempo todo como uma identidade comum, estabelecida de modo singular pela sua forma de associação.

Nesse sentido, se entende que o movimento de agroecologia em conjunto com o MOGICO é o caminho para que as alianças institucionais possam continuar ainda mais fortalecendo não só práticas alternativas e modos de fazer agricultura, mas também do exercício da democracia, envolvendo diretamente os pequenos produtores e agricultores familiares, consumidores, técnicos, colaboradores, organizações, mas também novas associações e instituições na região de Juiz de Fora. A partir do envolvimento democrático, identifico que o processo de constituição participativa poderá refletir ainda mais no fortalecimento do mercado local, além dos processos de certificação participativa da qualidade orgânica, agregando valores à pequena produção dos produtores regionais.

Nessa mesma configuração, também se entende que novas formas de construção democrática baseados na ordem social da agroecologia, potencialmente poderão influenciar a longo prazo o desenvolvimento local e regional, através de tecnologias sociais, relacionadas com projetos de saúde e sustentabilidade, frente às demandas e desafios da região. No caso de Juiz de Fora, possivelmente novas institucionalidades e políticas públicas de agroecologia e economia popular solidária, especialmente aliadas com as ideias de segurança e soberania alimentar, além de promover eventos, cursos e ações pontuais, poderão com o tempo fortalecer ainda mais o desenvolvimento da cidadania de produtores marginalizados pelo cinturão verde de Juiz de Fora, responsáveis por uma pequena parte de abastecimento no mercado de alimentos do município.

As alianças institucionais, mesmo que estejam enfrentando entraves e desafios, muitos deles, relacionados com a falta de mobilização dos próprios produtores, enquanto sequela de desajustes marcados pela pandemia, já têm demonstrado novas reações e movimentos promissores, principalmente, por meio da constituição de uma agenda comum de novas ações e encontros. Além disso, a formação de novas associações, como a Orgânicos da Mata, além de pequenas cooperativas em formação da agroecologia e agricultura familiar na microrregião de Juiz de Fora, também é um reflexo de um sentimento coletivo, marcado pela resiliência, aprendizagem e união de valores e crenças que circulam na associação das associações.

Em vista disso, se pode compreender que associação de associações configura um estágio de empoderamento dos próprios produtores, organizações e instituições parceiras que estão presente no movimento de agroecologia em Juiz de Fora. Dessa forma, a consolidação desse cenário permite que os pequenos produtores, agricultores e agricultoras familiares consigam adentrar em outras esferas políticas e constitucionais, demandando de modo coletivo, a participação em decisões governamentais, nesse caso, em nível local. Sendo assim, esta configuração acaba fortalecendo o trabalho em rede de outros atores e agentes sociais, promovendo a médio e longo prazo um provável círculo virtuoso de desenvolvimento e integração regional.

Essas últimas definições representam minhas propostas para regionalização da agroecologia e produção orgânica em Juiz de Fora. Nesse sentido, percebo que a associação MOGICO cumpre uma função especial de promoção da vida associativa, como socialização de valores, regras e crenças culturais e espirituais, além de ferramenta social para a realização de virtudes relacionadas à sustentabilidade, produtividade e sonhos coletivos. Sabe de um lado que o caminho para “transição agroecológica” exige ainda mais o comprometimento dos diversos atores que estão diretamente envolvidos no contexto de desenvolvimento local, principalmente dos mais beneficiados nesse processo, ou seja, os próprios produtores e consumidores no processo de construção social.

Porém, também concluo que a insistência potencial das organizações e instituições, por meio da especialização de suas equipes, uma vez que tenham acesso a novos recursos de trabalho, poderá apresentar um horizonte contagiante de possibilidades e de transformação social, ao lado daqueles que caminham, cuidam e colhem os alimentos das futuras gerações.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. São Paulo, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, 1998.

_____. **A rede, os nós, as teias: tecnologias alternativas na agricultura**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 34(6), p.159-177. nov./dez, 2000.

AKRICH, M.; CALLON, M; LATOUR, B. **The key to success in innovation: Part I, the art of interessement**. International Journal of Innovation Management, v. 6, n. 2, p. 187-206. 2002.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Revista Nera, ano 13, nº 16 - jan/jun, 2010.

ALTIERI, M; TOLEDO, V. **The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants**. The Journal of Peasant Studies, vol. 38, n. 3, p. 587-612. 2011.

ALVES, A. C. de O; SANTOS, A. L. de S. dos; AZEVEDO, R. M. M. C. de. **Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória**. Revista Brasileira de Agroecologia. Rev. Bras. de Agroecologia. 7(2): 19-27, 2012.

ARCE, Alberto; LONG, Norman. **Forging a New Anthropology of Development: common ground and contention issues** In Biersche T; Blundo G; Jaffré Y. y Tidjani Alou M. (comps.). *La rigueur et l'engagement. Essais autour de Oeuvre de Jean-Pierre Olivier de Sardan, Khartala*, Paris. 2007.

_____. **The rise and challenges of an Anthropology of development**. Wageningen University, 32 p. 2010

ARCE, Alberto; CHARÃO-MARQUES, Flávia. **Desenvolvimento, materialidades e o ator social: orientações metodológicas para aproximações territoriais**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 2021. p. 40-65. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-5>.

AUN, Nádia Jarouche. **A importância das redes rurais e da agricultura orgânica em ambientes de montanha: estudos de caso em Trás-os-Montes (Portugal) e Região Serrana Fluminense (Brasil)**. 2018. 103f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ. 2018.

AZEVEDO, Elaine de. **O ativismo alimentar na perspectiva do locavorismo**. Ambiente & Sociedade. São Paulo v. XVIII, n. 3, p. 81-98, jul.-set. 2015.

BORGUINI, R. G; TORRES, E. A. F. DA S. **Alimentos orgânicos: qualidade nutritiva e segurança do alimento.** Segurança Alimentar E Nutricional,13(2), p.64-75. 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Programa de desenvolvimento da agricultura orgânica: PRÓ-ORGÂNICO. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Lei nº 11.326/2006, Estabelece as diretrizes para formulação Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília DF. de 24 de julho de 2006. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11326&ano=2006&ato=981MTRU5kMRpWTf02>>.

_____. ONU Reforça a Importância da Agricultura Familiar. **Portal Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/10/onu-reforca-aimportancia-da-agricultura-familiar>>, consultado em 01/04/22.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.029/2017, Projeto que institui a Zona da Mata mineira como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, **Diário Oficial da União**, Minas Gerais, Belo Horizonte, 27 de dezembro de 2018.

_____. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Formação de Organizações de Controle Social. 1 ed. **Diário Oficial da União**, Brasília DF: MAPA, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/publicacoes/projeto-mercado-s-verdes-e-consumo-sustentavel/guias/guia-ocs-formacao-de-organizacoes-decontrole-social-ocs>>. Consultado em 15/08/2021.

_____. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria Nº 52, de 15 de março de 2021. 55 ed. **Diário Oficial da União**. Brasília DF: MAPA, 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-52-de-15-de-marco-de-2021-310003720>>. Consultado em 18/08/21.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A partilha da Vida**. São Paulo: Cabral Editora, 1995

_____. **O afeto da Terra**. Campinas: Editora Unicamp, 2000

_____. **Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil**. Ruris, v.1, n. 1, p.37-64. mar. 2007.

BRANDENBURG, Alfio. **Ciências Sociais e Ambiente Rural: principais temas e perspectivas analíticas**. Ambiente & Sociedade. vol. VIII. nº 1, jan/jun. 2005.

_____. **Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental**. Ambiente & Sociedade. Campinas, v. XIII, n. 2, p. 417-428, jul.-dez. 2010.

CAILLÉ, Alain. **Nem holismo nem individualismo metodológico:** Marcel Mauss e o paradigma da Dádiva. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 13. n. 38. São Paulo, 1998.

_____. **Antropologia do dom:** o terceiro paradigma. Petrópolis: Editora Vozes, 2002a.

_____. A dádiva das palavras: o que dizer pretende dar. In: MARTINS, P.H. (Org.) **A dádiva entre os modernos.** Discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Editora Vozes, pp.99-136, 2002b.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica:** compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (orgs). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 328p. p. 173 - 198, 2013.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Drama, ritual e performance em Victor Turner.** Sociologia & Antropologia [online]. 2013, v. 3, n. 6 [Acessado 27 Maio 2021] , pp. 411-440. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752013v363>>. ISSN 2238-3875. <https://doi.org/10.1590/2238-38752013v363>.

CARNEIRO, Maria José. **"Rural" como categoria de pensamento.** Ruris, v.2, n.1, março, 2008.

_____; PALM, Juliano Luiz. **Modo de vida de agricultores familiares de montanha:** um estudo de caso de São Pedro da Serra, Nova Friburgo, R.J. Iluminuras (Porto Alegre) , v. 17, p. 180-202, 2016.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito.** Rio de Janeiro: Editora 34. 1989.

CODONHO, Camila Guedes. **A Produção orgânica como promotora de novas ruralidades:** Reflexões entre associações de produtores (neorurais) do sul de Minas Gerais. Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais , v. 9, p. 181-207, 2015.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta:** sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Dumará Distribuidora de Publicações LTDA. Rio de Janeiro, 1999.

CORREIA, D.; FERNANDA DOS SANTOS, A.; PAULA DO AMARAL BRITO , K.; DIAS DA SILVA GUERRA , L.; JOSÉ VIEIRA , K.; LECI DE SOUZA REZENDE , C. **Auxílio emergencial no contexto de pandemia da COVID-19:** garantia de uma proteção social?. JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care | ISSN 2179-6750, v. 12, 26 out. P.1-9. 2020.

COSTA, A. et. al. (Org.) **Tecnologia Social e Políticas Públicas.** São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.

CHARÃO-MARQUES, F; SCHMITT, C. J; OLIVEIRA, D. **Agências e associações nas redes de agroecologia:** práticas e dinâmicas de interação na serra gaúcha e na zona da mata mineira. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 15–42, 2017. DOI: 10.5902/2236672528128.* Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/28128>. Acesso em: 17 out. 2022.

CREHAN, Kate. **The Fractured Community:** Landscapes of Power and Gender in Rural Zambia. Berkeley, Calif: University of California Press, c1997 1997. <<http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft0779n6dt/>>

DA COSTA, M. B. B; SOUZA, M; JÚNIOR, V. M; COMIN, J. L; LOVATO, P. E. **Agroecologia no Brasil: 1970 a 2015.** *Agroecologia 10 (2); 63-75, 2015.*

DAMATTA, Roberto. **Repensando E. R. Leach.** In: Roberto DaMatta (Org.). *Antropologia.* São Paulo: Editora Ática, 1983, pp. 7-54.

DAS, Veena. **Critical Events:** Anthropological Perspective on Contemporary India. New Delhi: Oxford University Press. 230 pp. 1995.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development:** the making and unmaking of the Third World. Princeton / New Jersey: Princeton University Press, 1995.

_____. **Una minga para el postdesarrollo:** lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales. Lima: Programa Democracia y Transformación Global / Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2010

FAGUNDES, Eliete M. M. **Retalhos Homeopáticos,** vol I e III, 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Hipocrática-Hahnemanniana, 2013.

FERNANDES, Gabriel B.; ROMANO, Jorge O. **Aliança pela Agroecologia na América Latina:** potencialidades e desafios. *Agroecologia e os objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. v. 13, n. 3, set. 2016.* Disponível em: <https://aspta.org.br/files/2019/12/Agriculturas_V13N3_site.pdf>

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa. **A institucionalização do Mercado de Orgânicos no Mundo e no Brasil:** uma interpretação. Tese (doutorado). Instituto de Ciências Sociais e Humanas. Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. 2005.

FONTOURA, Fernando Batista de Oliveira; DEPONTI, Cidonea Machado. **Desenvolvimento rural:** a importância das TICS e dos controles econômicos e financeiros na visão dos agricultores familiares do Vale do Caí-RS. *R. Brasil. Planejamento. Desenvolvimento, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 85-103, jan./abr. 2018.* Disponível em: <<file:///C:/Users/Conceito%203/Downloads/Dialnet-Desenvolvimento Rural-6343860.pdf>>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FOOTE-WHITE, William. **Sociedade de Esquina**. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada; tradução OLIVEIRA. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed. 2005.

Fundação Banco do Brasil. **Aliança Social (AS)**. 2011. Acesso no dia 22 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/alianca-social-as>>.

GIULIANI, Gian M. **Neo-ruralismo**: o novo estilo dos velhos modelos. Disponível em: . Acesso em: jan. 2017.

GOODMAN, David; DUPUIS, E. Melanie; GOODMAN, Michael K. **Alternative Food Networks**: Knowledge, practice, and politics. Routledge, New York, USA, 2012.

GONÇALVES, I. V. **Da etnografia multissituada à “plataformizada”**: aproximações entre antropologia e estudos de plataforma. Cadernos de Campo (São Paulo, online), vol. 29, n.2; p.1 - 20; USP, 2020.

GONZÁLEZ, Shirley Rodriguez; PEREIRA, Viviane Camejo; DAL SOGLIO, Fabio. **A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre o Desenvolvimento Rural**. Perspectiva Rurales. v. 13. p.101-121, 2014.

GUIMARÃES, Taila da Silva, **Circuitos Curtos de Comercialização de Produtos Orgânicos**: o Caso de Nova Friburgo - RJ. 2017. 94p. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Departamento de Fitotecnia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

GLUCKMAN, Max. **Análise de uma situação social na Zululândia moderna**. In FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). Antropologia das sociedades contemporâneas - Métodos. São Paulo: Global, pp. 227-344. 1987.

HIRATA, Aloísia Rodrigues; ROCHA, Luiz Carlos Dias. (Orgs.). **Sistemas Participativos de Garantia do Brasil**. Histórias e Experiências. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS). Pouso Alegre. 2020.

HOLMGREN, David. **Permacultura**: princípios e caminhos além da sustentabilidade. Tradução Luzia Araújo. – Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. Disponível em: <biowit.files.wordpress.com/2010/11/livreto-permacultura-1.pdf>.

HLPE. 2020. **Impacts of COVID-19 on food security and nutrition**: developing effective policy responses to address the hunger and malnutrition pandemic. Rome. <https://doi.org/10.4060/cb1000en>. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/cb1000en/cb1000en.pdf>>

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Substituição da base de dados da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões**

Geográficas Intermediárias. 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>>.

IFOAM. **General Assembly em Mar Del Plata.** Argentina, Nov. 1998. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2013/09/IFOAM_alimentosorganicos.pdf>.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA. **La agricultura familiar y el abastecimiento agroalimentario ante la pandemia Covid-19 en América Latina y el Caribe.** Programa de Desarrollo Territorial y Agricultura Familiar. Costa Rica, junio 2020.

KUPER, Adam. **Antropólogos e antropologia.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede.** Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LINS, B. A.; PARREIRAS, C.; FREITAS, E. T. **Estratégias para pensar o digital.** Cadernos de Campo (São Paulo, online). vol. 29, n.2, p.1-10, USP 2020.

LOCKERETZ, W. **Organic Farming.** An International History (Org.). VOGT, G. The Origins of Organic Farmings. CABI International, North American, 2007. p. 9 - 30.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor.** México, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colegio de San Luis. 2007.

_____. PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura.** In: SCHNEIDER; S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 21-48.

LÓPEZ NETTO, A.; ASSIS, R. L.; GUEDES, C. A. M.; AQUINO, A. M. **Denominações territoriais agroalimentares: experiências da União Europeia e do Mercosul para o desenvolvimento territorial dos ambientes de montanha.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 298-93, 2015.

LOPES, H. R. SCHMITT, C. J. VASCONCELOS, J. M. **Ordens, práticas e fluxos na constituição das sementes crioulas: apontamentos a partir do tecido mundo da rede de intercâmbio de sementes (RIS) na região de Sobral-CE.** Desenvolvimento Rural Interdisciplinar. Porto Alegre, v.1, n.2, dezembro/2018 – abril/ 2019.

MACIEL, A. L. S. **Tecnologias sociais e políticas públicas: atualizando o cenário e o debate no Brasil.** IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA, São Luís, Maranhão, Brasil. 2019.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como prática e experiência**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009.

MARTINS, Paulo Henrique. **A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação**. Revista de Ciências Sociais [online]. n. 73, 2005. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/954>>; DOI:10.4000/rccs.954.

_____. **A dádiva e o terceiro paradigma nas ciências sociais: as contribuições antiutilitaristas de Alain Caillé**. Sociologias. ano 19. nº 44. 2017, p. 162-196.

MAZZETTO, Carlos Eduardo Silva. **Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato**. Revista Geografias, Belo Horizonte, v.4, p. 46-63, 2007.

MASSRUHÁ, Silvia Maria Fonseca Oliveira; LEITE, Maria Angela de Andrade. **Agro 4.0: Rumo à agricultura digital**. Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA). Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1073150/agro-40---rumo-a-agricultura-digital>>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

MÉNDEZ, Ernesto. V; BACON, C. M; COHEN, R. **La agroecología como un enfoque transdisciplinar, participativo y orientado a la acción**. Agroecología, 8(2), 9-18. Recuperado a partir de <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/212061>, 2013.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. **Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil**. In. SAMBUICHI, R. org. et al. A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília, IPEA, 2017.

NIEDERLE, Paulo André. **Os agricultores ecologistas nos mercados para alimentos orgânicos: contramovimentos e novos circuitos de comércio**. Sustentabilidade em Debate. Brasília, v. 5, n. 3, p. 79-97, set/dez, 2014.

_____. **Mercados como ordens sociais: uma alternativa pluralista aos dualismos da sociologia da agricultura**. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 37, n. 2, p. 88-101, 13 dez. 2017.

NIEDERLE, Paulo; RADOMSKY, Guilherme F. W. **Quem governa por dispositivos? A produção das normas e padrões para os alimentos orgânicos no Brasil**. Revista TOMO. N. 30. DOI: 10.21669/tomo.v0i0.6714. 2017

NORDER, Luiz Antonio; LAMINE, Claire; BELLON, Stephane. BRANDENBURG, Alfio. **Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias**. Ambiente & Sociedade. São Paulo. v. XIX, n. 3. 2016.p.1-20.

NOVAES, Gabriel Duque Coelho. **Neo-ruralismo e a Paisagem cultural: um estudo empírico em Paty do Alferes**. Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2017.

_____. **Pensamento Biodinâmico e Aliança Social: construindo o conhecimento no curso de Agroecologia Biodinâmica**. In: IX Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2021, Brasília, DF. Encontro da Rede de Estudos Rurais.. Rio de Janeiro - RJ: Rede de Estudos Rurais, p. 01-19; 2/2021.

ORMOND, José Geraldo Pacheco; Paula, Sergio Roberto Lima de; FILHO, Paulo FAVERET; ROCHA, Luciana Thibau M. da. **Quando o passado é futuro**. Revista de Agronegócios da FGV. Agroanalysis. Vol. 22, núm. 7, 2002.

PAULINO, Jonatta Souza; GOMES, Ramonildes Alves. **Sementes da Paixão: agroecologia e resgate da tradição**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 53, Nº 03, p. 517-528, Jul/Set 2015

PEREIRA, P. H. **O Brasil no meio da luta comercial entre Estados Unidos e China**. Valor Econômico - Opinião. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-brasil-no-meio-da-disputa-comercial-entre-eua-e-china.html>>.

POULAIN, Jean-Pierre; PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. **O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares**. Rev. Nutr., Campinas, 16(3):245-256, jul./set., 2003.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologia da Alimentação: Os comedores e o Espaço social alimentar**. 2ª ed., Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

PRADO, Erly do; RAMIREZ, Matheus Anchieta. **Agricultura Familiar e extensão rural no Brasil**. Editora. FEPMVZ. Belo Horizonte. 120 p. 2011. ISBN: 978-85-87144-45-4.

PREISS, P. **Challenges facing the Covid-19 pandemic in Brazil: lessons from short food supply systems**. Agric Hum Values, Agriculture, Food & Covid-19, May 2020. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7214848/>>

PREISS, P. et al. **Os sistemas agroalimentares e a crise Covid-19: é possível um cenário mais justo e equitativo?** In: SANTOS, R; POCHMANN, M. (Org.) Brasil pós-pandemia: reflexões e propostas. São Paulo: Alexa Cultura: São Paulo, 2020a. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1VdaLK7UJxZ2ICqtYyHhgbNDWj661nNHj/view>>

PLOEG, Jan Douwe van der. **On regimes, novelties, niches and co-production**. IN: WISKERKE, J. S. C. and PLOEG. J. D. van der. Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Assen: The Netherlands, Royal Van Gorcum, 2004.

_____. **The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability: in an are of empire and globalization.** London Earthscan, 2008.

_____. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano.** tradução de Cláudia Freire - 1 ed. São Paulo; Porto Alegre. Editora UFRGS, 2016.

RAMOS, Flávia Soares. **Um estudo relacional sobre as/os novas/os agricultoras/es de origem urbana e sua participação no setor agroalimentar da Região da Grande Florianópolis (SC).** Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2022.

RIFIOTIS, Theophilos. **Etnografia no Ciberespaço como “repovoamento” e explicação,** 2014. In. SEGATA, J. RIFIOTIS, T. (Org.) Políticas etnográficas no campo da cibercultura. Brasília: ABA publicações; Joinville; Editora Letradágua, 2016.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África.** Lisboa, Seara Nova, 1975.

RUAS, E. D.; BRANDÃO, I. M. de M.; CARVALHO, M. A. T.; SOARES, M. H. P.; MATIAS, R. F.; GAVA, R. C.; MESONES, W. G. de L. P. **Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável – MEXPAR,** Belo Horizonte, p. 134, 2006.

SABOURIN, Eric. **Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba.** *Estudos Sociedade e Agricultura*, 16, 2001. p.37-61.

_____. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária, Col. Terra Mater, 2009.

_____. **Paternalismo e clientelismo como efeitos da conjunção entre opressão paternalista e exploração capitalista.** *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 1, p. 5-29. 2011. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/334>. Acessado em 17/09/22.

SANTOS, Aline M. CRUZ, Antonio C M. **Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: Interdisciplinaridade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária.** e-cadernos ces. 02, 2008.

SEGATA, Jean. RIFIOTIS, Theophilos. (Org.) **Políticas etnográficas no campo da cibercultura.** Brasília: ABA publicações; Joinville; Editora Letradágua, 2016.

_____. **Covid-19, biossegurança e antropologia.** Horiz. Antropol. Porto Alegre, ano 26, n. 57, p. 275-313, maio/ago. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832020000200010>>.

SARDAN, Jean-Pierre Olivier. **Da nova antropologia do desenvolvimento para a sócio-antropologia dos espaços públicos africanos**. Tradução: FAURE, Xavier. Raízes, v.35, n.2, jul-dez, 2015.

SILVA JUNIOR, Roberto Donato da; DE BIASE, Laura. **Na encruzilhada dos saberes e práticas: inserções antropológicas sobre estranhamento e alteridade no interior da Agroecologia**. Revista Brasileira de Agroecologia 7(2): 3-18 (2012).

SOARES, Ana Luiza Telles. **Protocolo de apoio às visitas de verificação para a conversão à produção orgânica de unidades agrícolas do sistema participativo de garantia Abio/Mogico, Juiz de Fora-MG**. Dissertação. Instituto de Agronomia, Programa de Pós-graduação em agricultura orgânica. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

SOARES, L. P. G; NEVES, D. L; CARVALHO, J. M. de. **Produção de carne bovina em sistema orgânico: desafios e tecnologias para um mercado em expansão**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Brasília DF, 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1002261/producao-de-carnebovina-em-sistema-organico-desafios-e-tecnologias-para-um-mercado-em-expansao>> Acesso em 28 de setembro 2021.

SOBRINHO, M. H. F; GUEDES, C. A. M; CASTRO, M. C. D. **A indicação Geográfica do café da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais como ferramenta de desenvolvimento territorial**. Interações, Campo Grande, MS, v. 22, n. 1, p. 279-294, jan/mar. 2021.

SCHMITT, Claudia Job. **Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional**. Sociologias, Porto Alegre, 13 (27): 82-112, mai./ago. 2011.

_____. **Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira**. SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (orgs). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 173 - 198. 328p. 2013.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da. Agricultura Familiar: categoria teórica e/ou ação política?. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, v. 18, n. 3, p. 435-446, jan. 2009. ISSN 1983-7828. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/622>>. Acesso em: 16 out. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.18224/frag.v18i3.622>.

SCHNEIDER, Sérgio. et al. **Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação**. Estudos Avançados [online]. 2020, v. 34, n. 100 [Acessado 6 Agosto 2021] , pp. 167-188. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.011>>. Epub 11 Nov 2020. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.011>.

SCIALABBA, Nadia El-Hage. Foreword. In: LOCKERETZ, Wiliam (Ed.). **Organic farming: an international history**. Oxfordshire, OX: CABI Head Office; Cambridge, MA: CABI North American Office, 2007.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Tradução: MENEZES, Marilda A. de; GUERRA, Lemuel. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan/jun. 2002.

THIOLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHÖSLER, Hanna; BOER, Joop de; BOERSEMA, Jan. **The Organic Food Philosophy: A Qualitative Exploration of the Practices, Values, and Beliefs of Dutch Organic Consumers Within a Cultural–Historical Frame**. Journal of Agricultural and Environmental Ethics, v.26, 2012.

TARDELLI, Gabriel Calil Maia. **O poder colonial em ação: contribuições de Max Gluckman e George Balandier para o estudo do colonialismo**. Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 6 (12): 265-280, agosto a dezembro de 2019. ISSN: 2358-5587.

TURNER, Victor. **A floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu** Niterói: Ed. UFF, 2005.

WACQUANT, Löic. **Corpo e Alma**. Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002.

WEZEL, Aron.; et al. **Agroecology as a science, a movement and a practice**. A review. Agronomy for Sustainable Development. INRA, EDP Sciences, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1051/agro/2009004>.